



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

JULIANE DE LIMA BARROS

**RACISMO AMBIENTAL E DIREITO AO LAZER NO ESPAÇO PÚBLICO:
um estudo sobre o Parque Santana Ariano Suassuna**

Recife

2019

JULIANE DE LIMA BARROS

**RACISMO AMBIENTAL E DIREITO AO LAZER NO ESPAÇO PÚBLICO:
um estudo sobre o Parque Santana Ariano Suassuna**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestra em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Orientadora: Profa. PhD. Ana Rita de Sá Carneiro Ribeiro.

Coorientador: Prof. Dr. Daniel Gaio.

Recife

2019

B277r Barros, Juliane de Lima

Racismo ambiental e direito ao lazer no espaço público: um estudo sobre o Parque Santana Ariano Suassuna / Juliane de Lima Barros. – Recife, 2019.

167f.: il.

Orientadora: Ana Rita de Sá Carneiro Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2019.

Inclui referências, apêndice e anexo.

1. Necropolítica. 2. Racismo ambiental. 3. Direito ao lazer. 4. Espaço público. 5. Parques. I. Ribeiro, Ana Rita de Sá Carneiro (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2021-31)

JULIANE DE LIMA BARROS

**RACISMO AMBIENTAL E DIREITO AO LAZER NO ESPAÇO PÚBLICO:
um estudo sobre o Parque Santana Ariano Suassuna**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestra em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 18/03/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ana Rita de Sá Carneiro Ribeiro (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Maria de Jesus de Brito Leite (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Teresa Cristina Vital de Souza (Examinadora Externa)

Faculdade Joaquim Nabuco

Profa. Onilda Gomes Bezerra (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco

*Ao meu povo negro das periferias sem parque,
que percorre a cidade para ter um dia de lazer
e às minhas tias lena e lia e seus amores infinitos
pelos sobrinhos.*

AGRADECIMENTOS

Essa talvez seja a hora mais importante do trabalho, a de agradecer a quem de alguma forma direta ou indiretamente contribuiu para que ele existisse. Por mais que a vida acadêmica seja solitária, nunca me faltaram mãos, palavras e afeto e boas energias. Eu sei que nunca estive só.

Agradeço à minha orientadora Ana Rita Sá por aceitar o desafio da orientação de um tema totalmente novo na sua área, pela tranquilidade, pelas correções cuidadosas e minuciosas, por ser essa professora dedicada e leve, sempre em busca de conhecimento. Grata também, a toda equipe do Laboratório da paisagem, especialmente as professoras Onilda, Lúcia Veras e a Joelmir pelo carinho, força e incentivo que demonstraram ao acreditar na importância da minha pesquisa.

À minha banca examinadora deste trabalho: professoras Cristina Sousa, Maria de Jesus (juju) e Onilda Gomes Bezerra, a banca mais amorosa e incentivadora que já existiu. Minha gratidão por todo carinho na correção da minha dissertação e pelas ricas contribuições deixadas e absorvidas com muito zelo.

Ao meu coorientador Daniel Gaio e a minha irmã e parceira Janayna Cavalcante pela presença, carinho e dedicação na construção deste trabalho. Obrigada!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento que viabilizou esse mestrado, a equipe da secretaria do Departamento do Mestrado em Desenvolvimento Urbano e a nossa guerreira Renata Albuquerque pelo apoio incondicional em tudo que eu precisei nesse tempo.

À minha “aloprada” turma do mestrado por desde o começo me incentivar a manter o tema desta pesquisa, em especial, Gabi Azevêdo, Myllena, Felipe, Flavinho Tavares, Nath Messina, Deyglis Fragoso, Sávio Almeida, Carol Neves, Fabrício, à Raquel Meneses e especialmente Igor Jordão, que me apresentou ao MDU e esteve presente do início ao fim.

Às minhas amigas e amigos da Ordem dos Advogados do Brasil - PE, sobretudo a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Igualdade Racial; aos amigos a Escola Superior de Advocacia de Pernambuco e ao Coletivo de Juristas Negras de Pernambuco.

Aos skatistas do Parque Santana e da cidade do Recife, especialmente José Ribeiro, Anderson Trow e João Neto, pelo acolhimento, dedicação e interesse em contribuir com informações importantes para a pesquisa.

Às minhas amigas amadas Ciani Neves (sempre); Dô Melo e Flavinha Amorim e aos queridos aos amigos amados Diego Balduino e Anthony Marcos e Guga Beltrão pela disposição apoio na finalização deste trabalho. À Zilda, Lane pelo eterno carinho e cuidado e alegria e à Rejane Gabriel pelo livro essencial sobre políticas públicas de esporte e lazer, meu imenso carinho.

À toda minha família pelo apoio e a confiança e a minha gêmea Juliana Lima pelo primeiro livro sobre Racismo ambiental, que por um momento eu achei que não chegaria a usar. Agradeço infinitamente e por toda minha vida às minhas tias, lena e lia, dois anjos da guarda que as deusas me presentearam e a minha mãe nina por me encorajar, inspirar e por ser a mulher revolucionária que eu ainda serei na vida.

À Serena Maria, minha filha, o coração que bate fora do meu peito, pela paciência de esperar pela conclusão deste trabalho com tanta alegria, compreensão e beijos, ao meu bebê Isaac Daniel, gerado durante a conclusão desse trabalho e que já nascerá de uma mãe mestra e por fim, ao meu amor Pedro Balensifer pelo carinho e apoio no caminho desta jornada, que parecia não ter mais fim. Que a partir de agora, possamos cada vez mais juntos construir a nossa.

FIM DE SEMANA NO PARQUE

*Olha o meu povo nas favelas e vai perceber
Daqui eu vejo uma charanga do ano
Toda equipada e o tiozinho guiando
Com seus filhos ao lado estão indo ao parque
Eufóricos brinquedos eletrônicos
Automaticamente eu imagino
A molecada lá da área como é que tá
Provavelmente correndo pra lá e pra cá
Jogando bola descalços nas ruas de terra
É, brincam do jeito que dá
[...]
Olha só aquele clube, que da hora
Olha aquela quadra, olha aquele campo, olha
Olha quanta gente
Tem sorveteria, cinema, piscina quente.
[...]
Aqui não vejo nenhum clube poliesportivo
Pra molecada frequentar nenhum incentivo
O investimento no lazer é muito escasso
O centro comunitário é um fracasso*

(RACIONAIS MC'S, 1994)

RESUMO

A pesquisa trata do racismo ambiental nos espaços públicos, tendo como objeto empírico os conflitos sociais do Parque Santana Ariano Suassuna, localizado no bairro de Santana, próximo a Vila de Santa Luzia e o bairro de Casa Forte. O objetivo do trabalho foi verificar como a prática de racismo ambiental aparece no uso e gestão do Parque e sua interferência no acesso à garantia do direito ao lazer das populações em situação de vulnerabilidade social. Para chegar até a definição de racismo ambiental apresentada no trabalho, a pesquisa dialoga com diversas áreas das ciências humanas, como filosofia, geografia, sociologia, antropologia, direito e o próprio urbanismo. As bases teóricas do trabalho estão na teoria da Necropolítica, desenvolvida pelo filósofo Achille Mbembe e na teoria do espaço de Henri Lefebvre. Enquanto a primeira ressalta a lógica de poder e controle do Estado em relação a população negra que desagua no Brasil associada pelo mito da democracia racial, a segunda apresenta diferentes maneiras de conceber o espaço a partir do espaço social. As abordagens procuram subsidiar as questões relacionadas ao lazer e garantia deste direito à população negra. A partir do levantamento histórico sobre o lazer enquanto um direito social, chega-se até os parques públicos como meio de acesso a essa garantia. Contudo, observamos que os parques por si não suprem a necessidade da população, sobretudo a de baixa renda, tanto pela dificuldade de acesso como pela falta de gestão participativa e ausência de políticas públicas de esporte e lazer inclusivas, fatores que contribuem para a desigualdade e consequentemente o racismo ambiental nesses espaços.

Palavras-chave: Necropolítica. Racismo ambiental. Direito ao lazer. Espaço público. Parques.

ABSTRACT

The research deals with environmental racism in public spaces, having as an empirical object the social conflicts of the Santana Ariano Suassuna Park, located in the Santana neighborhood, near Vila de Santa Luzia and the neighborhood of Casa Forte. The purpose of this work was to verify how the practice of environmental racism appears in the use and management of the Park and its intervention in the access to the guarantee of the right to the leisure of the populations in situation of social vulnerability. To reach the definition of environmental racism presented in the paper, the research dialogues with several areas of the human sciences, such as philosophy, geography, sociology, anthropology, law and urbanism itself. The theoretical bases of the work are in the theory of the Necropolitics, developed by the philosopher Achille Mbembe and in the space theory of Henri Lefebvre. While the former emphasizes the logic of power and control of the State in relation to the black population that exists in Brazil associated with the myth of racial democracy, the second presents different ways of conceiving space from the social space. The approaches seek to subsidize issues related to leisure and guarantee this right to the black population. From the historical survey on leisure as a social right, one arrives at public parks as a means of accessing this guarantee. However, we observe that the parks themselves do not supply the need for the population, especially the low income, both for the difficulty of access and for the lack of participatory management and absence of public policies for inclusive sports and leisure, factors that contribute to inequality and consequently environmental racism in these spaces.

Keywords: Necropolitics. Environmental racism. Leisure rights. Public spaces. Parks.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A POPULAÇÃO NEGRA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	22
2.1	Raça e racismo: bases conceituais	23
2.2	A população negra no espaço público e o mito da democracia racial	33
2.3	Espaço público, territórios e as delimitações de poder sobre o direito ao lazer	40
2.4	Os movimentos por justiça social e o racismo ambiental no Brasil	51
3	O PARQUE COMO EXPRESSÃO DO DIREITO SOCIAL AO LAZER NO ESPAÇO PÚBLICO	62
3.1	O lazer no espaço público: histórico da afirmação de um direito	62
3.2	Parques públicos no Recife: instrumentos de lazer para valorização do solo urbano	71
3.3	A Tutela Constitucional do Direito social ao lazer	76
3.4	Os parques e as políticas públicas e gestão de esporte e lazer na cidade do Recife	79
4	O PARQUE SANTANA NO CONTEXTO DO RACISMO AMBIENTAL ...	87
4.1	Formação e caracterização do Parque Santana Ariano Suassuna	87
4.2	Indicadores sociais	92
4.3	Análise de gestão	96
4.3.1	<i>O acesso ao Parque Santana</i>	<i>96</i>
4.3.2	<i>Festivais e Eventos</i>	<i>99</i>
4.3.3	<i>Acesso aos equipamentos e a relação com a democratização do espaço</i>	<i>102</i>
4.3.4	<i>A construção do parCão</i>	<i>103</i>
4.3.5	<i>O acesso ao campo de futebol</i>	<i>104</i>
4.3.6	<i>A intervenção para melhorias da pista do skatepark</i>	<i>105</i>
4.3.7	<i>Intervenção no equipamento e o acesso à quadra de tênis</i>	<i>109</i>
4.4	Análise de uso e das relações sociais: os conflitos e as disputas territoriais	111
4.5	O racismo ambiental no Parque Santana	124
4.6	Contribuições para o debate sobre o racismo ambiental nos espaços de lazer	127

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS	136
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIO-CULTURAL DOS USUÁRIOS DO PARQUE SANTANA	142
	ANEXO A – PLANO DE TRABALHO DO INSTITUTO DE GESTÃO DO ESPORTE E DA CULTURA (IGEC)	146

1 INTRODUÇÃO

A escolha por esse tema de pesquisa teve várias motivações, mas duas foram as principais. A primeira delas está relacionada ao espírito de luta política da pesquisadora pela equidade racial e igualdade de direitos e oportunidades. A segunda veio da experiência de trabalho como educadora social e gestora de um programa de esporte e lazer na prefeitura do Recife entre os anos de 2010 e 2012, quando coordenava a equipe de educadoras e educadores da Região Político Administrativa 2 (RPA 2) nos bairros de Dois Unidos, Alta Santa Terezinha, Linha do Tiro, Beberibe, Arruda e Campo Grande.

A ausência de espaços públicos para a prática de atividades de lazer nestes bairros, impossibilitava os grupos de convivência de realizarem seus encontros ao ar livre e consequentemente de obterem uma boa relação com a apropriação do espaço público, com o seu bairro e com a cidade, onde muitas vezes o exercício da alteridade depende dessa experiência.

Verificou-se nesse momento a carência de parques e espaços destinados ao lazer comunitário nos diversos bairros populares da cidade que ensejou questionamentos em relação à localização e manutenção dos parques da cidade e sobre o direito ao lazer dos grupos sociais que habitavam os bairros populares em detrimento dos bairros nobres.

A segregação socioambiental e direito à moradia relacionados ao racismo ambiental foi o tema de um projeto de pesquisa que chegou em minhas mãos para avaliação no início do meu mestrado. A partir daí percebi que a ausência de parques como símbolo de um espaço destinado ao lazer e a qualidade de vida das pessoas nas periferias da cidade, em detrimento às áreas de habitações mais abastadas, tinha nome e sobrenome e chama-se “racismo ambiental”. Caracterizando-se pela omissão ou prática diretiva que prejudique determinados grupos raciais.

O Parque Santana foi escolhido como unidade de análise nessa pesquisa, porque (i) é envolvido por um notório conflito entre grupos sociais distintos desde a sua criação em 1984 (ii) foi requalificado e ampliado em 2012 para atender as comunidades dos bairros de Casa Forte e Santana, porém frequentado pelas comunidades de Cardoso e Vila de Santa Luzia, comunidades vulneráveis, do ponto de vista sócio econômico; (iii) devido a sua localização estratégica, entre bairros nobres e populares é possível realizar um estudo sobre racismo ambiental, considerando os aspectos da estrutura social e urbana a que estão submetidas as comunidades.

A necessidade de conhecer quais os processos sócio-históricos específicos estão envolvidos nas relações de poder e se mostram incorporados ao atual modelo de gestão, que relacionados com os grupos sociais contribuem para a dominação de uns em detrimento de outros, deu margem a esta pesquisa que visa trazer um novo olhar sobre racismo ambiental nos parques da cidade, descrevendo e problematizando as práticas de lazer de diferentes grupos sociais nesse espaço.

Em diferentes campos acadêmicos, novos debates vêm sendo construídos a partir da questão racial, que passam a evidenciar aspectos históricos inseridos na realidade ocultadas pelo mito da democracia racial, que durante muito tempo ofuscou as verdades sobre raça e racismo no Brasil.

O processo de marginalização a que foi submetida a população negra no Brasil com a chegada dos estrangeiros e absorção da mão de obra europeia e não da mão de obra dos libertos, no Brasil impediu a ascensão social e o desenvolvimento de uma classe média negra no país. Juntando a isto os planos de desfavelização¹ e executados durante as intervenções urbanas no processo de higienização das cidades causaram sérias consequências negativas a essa população.

À medida em que as condições materiais de existência influenciam as relações entre indivíduo e sociedade, esse trabalho adequa-se a necessidade de debater a questão racial na formação das cidades e o lugar da população negra nos espaços de lazer, considerando sua importância para a qualidade e vida das pessoas e como um dever do Estado, chamando a atenção para a dimensão espacial das relações raciais.

A história das cidades e seu desenvolvimento urbano tem nas relações étnico-raciais, em especial, entre as pessoas brancas e negras, decorrente de uma formação histórica (pós) colonial, uma dimensão característica, apresentando-se como importante para compreender a formação do modelo racial brasileiro, assim como o planejamento, em muitos casos passa a promotor do racismo. Dessa forma, não se pode compreender a formação econômica, política ou cultural das principais cidades brasileiras sem entender sua composição e as suas relações étnico-raciais (SALES JÚNIOR, 2017).

A fim de discutir a relação do planejamento das cidades com o racismo a pesquisa propõe um novo tema, trazido da geografia, para o desenvolvimento urbano, numa visão sobre o urbanismo subalterno a fim de debater sob a necessidade da

¹ Implica em desfavelização a destruição violenta dos assentamentos populares precários, denominados “favelas” e expulsão dos moradores para as áreas periférica da cidade.

“decolonialidade” no espaço das cidades, destacando a identificação do sujeito na sociedade, discriminado por sua imagem e por sua essência.

O presente trabalho procura discutir o conceito de racismo ambiental como uma das esferas do racismo em nossa sociedade, sobre a perspectiva do planejamento urbano, no sentido de reconhecimento da invisibilidade do conflito racial historicamente posto, mas ocultado pelo mito da democracia racial nos espaços de lazer.

Nesse sentido, a pesquisa se propõe a apresentar um desdobramento do racismo ambiental, cuja prática costuma ser estudada em zonas rurais e comunidades tradicionais e moradias urbanas, sendo as atividades oferecidas nos parques, um diferencial e uma nova abordagem sobre o tema, buscando apresentar qual a relação do racismo ambiental com o direito ao lazer

Buscou-se compreender como os diferentes atores ocupam o mesmo espaço público, adaptando modificando e subordinando as suas vontades específicas.

Observando que mesmo que o trabalho do planejamento urbano não seja apontar as causas da injustiça que está posta, vemos que os conflitos ambientais afetam a população como um todo, à medida que é clara a desigualdade social, ocasionada pelo racismo e exclusão social nas cidades, decorrentes também da política urbana desenvolvida durante todos esses anos no Brasil e na cidade do Recife.

Considerando raça como fator estruturante da nossa sociedade, destacou-se a discriminação nos espaços públicos a partir dos conflitos territoriais identificados nos parques, verificando a presença do racismo ambiental nos espaços de lazer da cidade do Recife, tendo como unidade de análise o Parque Santana, localizado no bairro de Santana, construído na margem do Rio Capibaribe, próximo a moradias de grupos sociais mais abastados, que convivem com a presença de frequentadores da outra margem do rio, bairro de grupos sociais de poder aquisitivo bastante inferior.

Desde o ano de 1984 quando foi inaugurado, o parque atravessa conflitos internos devido ao choque sócio econômico e cultural dos seus usuários que dificulta a integração social na tomada de decisões no espaço. Ao ponto que sua localização ser “considerada quintal das habitações de alta renda e espaço de recreação da população de baixa renda, que habita o outro lado do rio, no bairro da Torre”. Além disso, a implementação de uma associação de amigos do parque não logrou êxito devido à falta de identidade entre os grupos sociais. (SÁ CARNEIRO & MESQUITA, 2000, p. 62).

A fim de discutir qual a relação dos parques urbanos com o racismo e um dos seus desdobramentos, o racismo ambiental, numa visão sobre o urbanismo subalterno e a necessidade da “decolonialidade” no espaço das cidades, este trabalho tem a responsabilidade de unir teorias de diversas áreas em torno da problemática da população negra e discutir o lugar do negro no espaço público, reunindo autores como Achille Mbembe, Henri Ascerald, e Selene Herculano, preocupando-se em estabelecer conexões no sentido de compreender as relações étnico raciais que envolvem os conflitos de poder e as estruturas sociais racializadas. Além de Henry Lefebvre, que foi incluído por tratar do espaço social, que numa ampla interpretação evolui para questões sociais de maneira geral.

Portanto, considerando-se que o fator raça não pode ser ignorado dos estudos científicos e nesse sentido, também não poderá estar descolado do urbanismo, que precisa analisar a participação dos negros no processo de formação e ocupação das cidades, dessa maneira, a pesquisa teve como objetivo geral discutir as relações de gestão e uso do Parque Santana a partir da noção de racismo ambiental, na perspectiva do direito social ao lazer da população negra na cidade do Recife – PE.

Especificamente buscamos: a) descrever os aspectos gerais da questão negra conceituando: o negro, a raça, a racialidade e o racismo no Brasil; b) contextualizar o espaço público e o território como espaços de disputas de poder; c) identificar as legislações garantidoras do esporte e lazer e suas respectivas políticas públicas nos parques; d) caracterizar o racismo ambiental no parque a partir indicadores sociais²; da atuação da gestão; do uso e das relações sociais; e) discutir formas de combater e reduzir os impactos do racismo ambiental nos espaços públicos.

No Brasil, as relações sociais são marcadas por profundas desigualdades, fazendo-se necessário reconhecer que, devido a presença do racismo em nossa sociedade, ainda persistem as diferenças entre pobres e pretos, dessa forma optamos por analisar o problema numa perspectiva articulada entre raça e classe verificando como o discurso de classe intervém nas relações raciais.

² Compreende-se como indicadores sociais a índices populacionais que demonstram a relação raça/cor dos moradores dos bairros próximos ao Parque.

Metodologia

A metodologia de análise com a qual trabalhamos está relacionada com as questões pertinentes ao racismo e ao direito ao lazer, dando suporte à elaboração das hipóteses fundamentais que se articulam ao tema geral da pesquisa, no sentido que obter um embasamento sobre as correlações históricas, socioeconômicas e culturais dentro de uma perspectiva de cidadania.

Buscou-se compreender através do materialismo histórico, que de acordo com Minayo (2009), procura analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação, que nesse sentido, fazem parte da realidade do Parque Santana – compreendendo essas particularidades, a partir da leitura de uma totalidade.

O método que propiciou a base lógica da investigação, foi desenvolvido a partir da realidade encontrada e da experiência vivida, junto aos grupos sociais acompanhados, exigindo a conciliação de diferentes disciplinas, como a Filosofia, a Geografia humanística-cultural, o Direito e claro o Urbanismo, utilizando-se da técnica do estudo de caso, no Parque Santana.

Como instrumento para a coleta de dados, utilizou-se a da observação de campo, que permite ao pesquisador analisar aspectos da realidade através de um contato direto com a unidade estudada, recorrendo também a pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas.

Em relação à pesquisa documental, buscou-se através do Plano de trabalho do IGEC (Instituto de Gestão do Esporte e da Cultura) analisar qual o tipo de proposta política³, e as atividades oferecidas que foram planejadas para o parque e se estas buscavam incluir socialmente os diferentes grupos sociais sobretudo em relação a tomada de decisão sobre as dinâmicas no espaço do parque.

A pesquisa enfatizou aspectos importantes para a caracterização do racismo ambiental nos espaços públicos, configurando-se pela exclusão de pessoas negras, mas também pela relação do grupo o *Santana Crew* e dos demais skatistas da modalidade street com o racismo ambiental, evidenciando que mesmo que não sejam totalmente compostos por pessoas que se autodeclaram negras, a sua interação com a rua e a

³ A proposta política à qual nos referimos diz respeito aos modelos de gestão democrático e autoritário. Onde o democrático inclui a participação popular através dos mecanismos de controle social das políticas públicas, como mecanismos de escuta da comunidade e atendimento às demandas. Já a gestão autoritária implementa as políticas que lhes convém sem consultar à comunidade.

associação a pobreza a criminalidade os torna alvo da discriminação e do preconceito. Compreendido na medida em que este grupo se relaciona com o espaço e vivencia conflitos e disputas territoriais.

De forma que, na ausência de autores que tratassem especificamente sobre o racismo ambiental no espaço público, foi necessário reunir autores que tratavam sobre a temática racial, ambiental e territoriais urbanas para compor o referencial teórico que embasou o trabalho, tendo Henri Lefebvre como um dos principais teóricos da base conceitual sobre o espaço.

A pesquisa tratou de particularidades do racismo no Parque Santana, para compreender como este mecanismo opera as desigualdades raciais e sociais interferindo na qualidade do uso dos seus frequentadores e na relação do parque com os seus usuários.

Com base no pressuposto conceitual e a partir da contextualização da problemática formulou-se as seguintes perguntas: como o racismo ambiental interfere no acesso ao lazer dos diferentes grupos raciais? Até que ponto o poder público é responsável pelo racismo ambiental nos parques e como a gestão pública pode reduzir o impacto do racismo ambiental nos parques da cidade?

Para responder a estas indagações observou-se em campo o dinamismo de interações para ocupação e sobrevivência em um espaço como o parque Santana, onde as políticas públicas de lazer não contemplam os diversos grupos sociais que costumam frequentar o ambiente. Observou-se que a ausência de investimento na contratação de instrutores para acompanhamento de atividades sistemáticas nas diversas modalidades esportivas que o parque oferece e de materiais para o desenvolvimento destas modalidades, seria um apoio essencial para inclusão de pessoas cuja renda econômica não lhes permite praticar determinados esportes pela falta de recursos financeiros.

Nesse sentido, são hipóteses desta pesquisa: a) os equipamentos públicos de lazer não são direcionados à população negra devido ao baixo poder político e aquisitivo desta maioria; b) a política administrativa da gestão tende a excluir a população dos processos decisórios do parque; c) os grupos sociais de baixo poder aquisitivo, sofrem racismo ambiental ao viverem em lugares com menor infraestrutura e com acesso limitado aos equipamentos públicos de lazer.

Essas hipóteses implicam em um cerceamento sobre o direito ao lazer sobre essas comunidades, uma vez que possuem o acesso limitado às opções de lazer

oferecidas pelo poder público devido às condições econômicas incompatíveis com as exigências de algumas modalidades.

O trabalho está estruturado em três capítulos: no primeiro, debate-se a questão racial trazendo definições sobre os conceitos de raça e racismo e “o ser negro” enfatizando os processos de produção do racismo e a presença negra no espaço urbano, através de elementos demonstrados pela abordagem sociocultural e multidisciplinar. Achille Mbembe e Ronaldo Sales foram os principais autores utilizados para esta abordagem. A análise sobre a concepção de espaço e poder inicia-se com a definição de espaços públicos sugerida por Henri Lefebvre na perspectiva da produção do espaço, vivido, concebido e percebido, articulando as bases teóricas com uma abordagem cultural, pós-estruturalista sobre território e poder para compreensão sobre as questões discriminatórias que estruturam o racismo em nossa sociedade oferecendo as bases para a construção do conceito de racismo ambiental.

O segundo capítulo traz um breve histórico sobre o lazer e sua afirmação como direito social, desde a antiguidade até os nossos dias, ressaltando a discriminação sobre os grupos sociais menos favorecidos no alcance aos espaços às políticas públicas de esporte e lazer, até chegar aos parques como espaços urbanos produzidos pelo mercado como meio de obter o capital, favorecendo os grupos sociais de maior poder econômico e majoritariamente brancos, com padrão normativo socialmente aceitos em detrimento dos grupos com menor poder aquisitivo, habitantes de comunidades sem poder político e em sua maioria negros.

O terceiro e último capítulo apresenta o resultado da pesquisa sobre o racismo ambiental no Parque Santana, onde foram analisados aspectos da gestão, através do acesso ao uso dos equipamentos esportivos e os eventos promovidos no parque através da parceria entre o poder público e a iniciativa privada e os conflitos sociais no parque, buscando identificar os aspectos que influenciam a prática discriminatória do parque afim, de obtermos uma resposta a problemática exposta com base no racismo ambiental.

O arcabouço teórico, aqui apresentado, tem como principal intuito auxiliar na análise das práticas institucionais racializadas que imperam de forma desumana sobre grupos vulneráveis a ponto de provocar desigualdades no acesso à direitos e garantias fundamentais, promovendo a injustiça social e racismo ambiental.

Enfim, o trabalho pretende ampliar o debate acerca da inclusão social a partir do reordenamento dos espaços públicos de lazer, unindo o direito ao desenvolvimento urbano.

Procedimentos metodológicos da pesquisa de campo

Para obtenção de dados para a pesquisa foram realizadas cerca de duas visitas por semana em dias e horários diferenciados e nos fins de semana entre os meses de Janeiro à Julho de 2018, no intuito de observar a rotina do parque quanto aos seus usuários e das pessoas que costumavam frequentar o espaço, quais equipamentos eram mais utilizados pelos diferentes grupos sociais e quais os motivos da escolha.

O recorte temporal da pesquisa se dá partir da requalificação do Parque Santana no ano de 2012, observando o seu planejamento, uso e gestão administrativa, verificando qual o grau de participação da população nos espaços decisórios a fim de compreender as causas dos conflitos sociais entre os usuários do Parque verificando como a prática do racismo ambiental aparece no uso, na gestão por parte do poder público municipal e nas relações sociais.

Utilizou-se a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com as lideranças do local afim de conhecer o nível de apropriação e pertencimento sobre o território. Foram realizadas ao todo 15 (quinze) entrevistas, divididas entre moradores dos bairros circunvizinhos ao parque, como Poço da Panela, Casa forte, Santana e Torre, (local onde está localizada a Comunidade da Vila Santa Luzia) e com os gestores do parque, funcionários do IGEC e da Secretaria de Turismo de Lazer da Prefeitura do Recife, sendo 2 (duas) com moradores da Vila Santa Luzia, 3 (três) com moradores de Santana, 2 (duas) com gestores da Secretaria de Turismo, Lazer e Esportes do IGEC e 03 (três) com os tenistas usuários da quadra e 05 (cinco) com os skatistas do coletivo *Santana Crew*⁴. Além da aplicação de 40 (quarenta) questionários e observação de campo, aplicados entre os diferentes equipamentos esportivos do parque, como quadra de tênis, academias populares de ginástica, quadras poliesportivas e as pistas de cooper e bicicross, e skatepark. Com o intuito de obter informações sobre o perfil socioeconômico e cultural dos usuários destes seguimentos.

⁴ Expressão em inglês quer significa “equipe técnica”. O termo costuma ser utilizado por grupos urbanos de grafite e música, para identificar coletivos de arte.

Foram realizadas cerca de 40 (quarenta) visitas ao campo, durante os anos de 2017 e 2018, para realização de entrevistas com os administradores do parque, acompanhamento dos grupos pesquisados e observação sobre a dinâmica de uso e ocupação do espaço destacando os padrões éticos raciais e sociais dos praticantes de cada modalidade e dos usuários do parque. Em campo, observou-se que num primeiro momento o parque parece um espaço popular frequentado por pessoas de vários grupos sociais, que utilizam os equipamentos esportivos e de lazer de forma aleatória de acordo com sua vontade. Mas ao analisarmos com atenção, percebemos as diferenciações sociais que o território apresenta, demonstrando que determinados espaços são utilizados por grupos sociais de maior poder econômico e que também possuem maior poder político, interferindo nas dinâmicas do parque.

Durante a aplicação do questionário não foi fácil explicar do que se tratava o tema desta pesquisa em determinados equipamentos. Por exemplo na quadra de tênis o tema racismo chegou a ser considerado “pesado” por um usuário, para ser discutido em um trabalho de pesquisa sobre o parque, tratando-se de uma acusação séria, na sua opinião, “porque todos somos iguais”.

Em geral, a pesquisa procurou verificar o acesso e permanência da população negra no Parque. relação ao gestão analisou-se a participação das comunidades na tomada de decisões e a responsabilidade do poder público na resposta às suas reivindicações; no tocante ao uso e relações sociais, analisou-se o acesso dos diferentes grupos sociais aos equipamentos do parque. Observa-se então, a relação do grupo o *Santana Crew* e dos demais skatistas da modalidade street com o racismo ambiental, evidenciando que mesmo que não sejam totalmente compostos por pessoas que se autodeclaram negras, a sua interação com a rua e a associação a pobreza a criminalidade os torna alvo da discriminação e do preconceito.

A observação em campo identificou que há pouca possibilidade de uso sistemático de todos os equipamentos, primeiramente porque a prefeitura não disponibiliza profissionais habilitados para acompanhar as atividades sistemáticas que deveriam ocorrer nas quadras poliesportivas e de tênis, tampouco materiais voltados à essas práticas. Há também uma ausência de políticas públicas e programas de inclusão sociorracial que favorecessem os grupos sociais de menor poder econômico em detrimento às ações que favorecem grupo sociais com maior poder político e econômico.

Dessa forma, com foco no direito ao lazer das comunidades vulneráveis, em especial da população negra, a pesquisa verificou se há configuração da prática de racismo ambiental no uso e na gestão de um espaço público destinado ao lazer como o Parque Santana Ariano Suassuna, tendo em vista a interferência no acesso à garantia do direito ao lazer das populações em situação de vulnerabilidade social, tendo como objeto os conflitos sociais no parque.

2 A POPULAÇÃO NEGRA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

*“A cidade não para a cidade só cresce.
O de cima sobe e o de baixo desce”.*

(Chico Science e Nação Zumbi, A cidade)

Será atribuída, nas páginas que seguem, grande importância à compreensão sobre os conceitos de raça, racismo e o “devir negro”, sendo o principal arcabouço teórico baseado nas contribuições de Achille Mbembe (2014; 2016), entendendo a partir dos elementos apresentados, como a raça tornou-se um critério básico de classificação da população mundial e determinante para a afirmação do sistema capitalista, utilizada para forjar relações de dominação (QUIJANO, 2005).

Faremos a articulação entre as perspectivas subjetivistas sobre o problema da raça e as questões que envolvem o Estado e suas ações efetivas, bem como discutiremos as relações entre raça e classe, que interessam especialmente ao objeto desta investigação, em diálogo com autores como Kabengele Munanga (2004); Ronaldo SALES JÚNIOR (2009); Teresa Cristina Sousa (2011), Renato dos Santos (2012) e Silvio Almeida (2018). Tendo como pressuposto que, para analisarmos a questão racial em qualquer instância, é necessário definir os conceitos de raça e racismo, sobretudo para deixarmos evidente, a conjuntura com a qual a população negra precisa lidar diariamente no Brasil e em boa parte dos países colonizados.

Os elementos aqui compreendidos como dispositivos amplos de separação seguem à serviço das lógicas de poder no que se refere ao processo de construção econômica, cultural, política e social da inferiorização do negro em nossa sociedade. Também nos provocam para enfrentarmos o desafio de sair do nosso lugar de privilégio e começar a enxergar como o outro, ao tempo que aprendemos a ver o negro como algo negativo a partir dos estereótipos criados em um período em que essas práticas eram permitidas e legitimadas pelos poderes estatais.

O objetivo é que ao longo desta leitura, seja possível perceber esses dois pressupostos, como variáveis centrais da análise e elementos estruturantes da nossa

sociedade, firmados como projetos políticos de Estado e forjados como de dispositivo de segregação para operar divisões através da ideia de superioridade racial.

Sendo condição essencial para o Estado moderno funcionar, a existência destes elementos leva à reflexão de que esta é a condição que o autoriza a exercer o poder legítimo sobre a morte e a vida das pessoas (MBEMBE, 2016).

2.1 Raça e racismo: bases conceituais

Ao contrário do que nos acostumamos a saber, a questão do racismo não envolve apenas um sentimento de repulsa em relação a cor da pele ou da cultura diferente da sua. Não se trata somente de um sentimento abstrato e subjetivo que transforma o outro em alguém por quem não demonstramos importância ou um sentimento de simpatia pela simples coloração de sua pele. Envolve ações e comportamentos que produzem resultados racialmente discriminatórios, incorporados ao inconsciente coletivo.

A partir desta linha de raciocínio, observa-se que o conceito de “raça” é adaptado com o objetivo de legitimar uma inferioridade tida como natural entre indivíduos, nesse sentido “a raça é aquilo que permite identificar e definir que grupos de populações são, individualmente, portadores de traços diferenciais e mais ou menos aleatórios” (MBEMBE, 2014, p.71). Nesse entendimento os conceitos de “raça” e de “negro” são invenções e construções socioculturais de um imaginário social para diferenciar pessoas a partir de sua origem étnica, envolvendo disputas espaciais, territoriais e de poder, construídos para legitimar as relações de dominação entre os diferentes grupos que habitam o mesmo território. De forma que em relação ao lugar do negro, face à conjuntura racializada internalizada em nossa sociedade, o autor destaca:

Os processos de racialização têm como objetivo marcar estes grupos e populações, fixar o mais possível os limites nos quais podem circular, determinar exatamente os espaços que podem ocupar, em suma, conduzir a circulação no sentido que afaste quaisquer ameaças e garanta a segurança geral. Trata-se de fazer a triagem destes grupos de populações, marcá-los individualmente como espécies, séries e tipos, dentro de um cálculo geral do risco, do acaso e das probabilidades, de maneira a poder prevenir perigos inerentes sua circulação e, se possível, a neutralizá-los antecipadamente por paralisação, prisão ou deportação. A raça, deste ponto de vista funciona como um dispositivo de segurança (...). A raça é simultaneamente, ideologia e tecnologia do governo (MBEMBE, 2014, p.71).

É nesse sentido que é demonstrado como a raça é um elemento estruturante da sociedade, mesmo não existindo do ponto de vista natural, físico ou genético. Isto, relacionado a forma como ocidente concebeu o negro, enquanto como figura imaginada de acordo com os propósitos europeus, mas não como indivíduos percepção esta que foi incorporada pelo pensamento brasileiro.

Demonstra-se, dessa maneira, a necessidade de apurar as bases da sociedade brasileira no que concerne às relações raciais, no intuito de perceber que estas ultrapassam o nível individual e internacionaliza-se no seio social.

Assim, é notório que mesmo com a negação da pertinência de diferenças biológicas entre seres humanos que permitam sua classificação em grupos raciais, no cotidiano das relações sociais a raça continua a ser um princípio regulador de comportamentos, tratamentos e relações. Tomando como referência os desdobramentos históricos aos quais está submetida a população negra no Brasil, do ponto de vista econômico e cultural nos dias atuais, observa-se que “reconhecer a igualdade biológica não necessariamente impulsiona reconhecimento de igualdade social” (SANTOS, 2012, p.39-40).

Dessa forma, são múltiplos os fatores que envolvem o preconceito e a discriminação racial contra pessoas negras, pois apesar do racismo constituir um dispositivo de separação que atua sobre diversos grupos, no Brasil, é centralmente acionado contra a população negra.

Nosso entendimento parte do ponto de vista da filosofia, através da Teoria Racial Crítica, que analisa as regras da definição sobre o ser Negro. A crítica proposta, busca reafirmar as verdades e saberes dessa origem, conforme afirmação que se projeta sobre um dos elementos dessa discussão:

A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projecção ideológica cuja função é desviar a atenção dos conflitos antigamente entendidos como mais verosímeis – a luta de classes ou a luta de sexos (...) encontrando parte da sua justificativa no velho mito da superioridade racial. (MBEMBE, 2014, p 27)

Sob esta perspectiva o autor reforça o papel divisor da raça na sociedade:

Por princípio de raça, subte-se aliás, a forma espectral de divisão e de diferença humana susceptível de ser mobilizada para fins de estigmatização e de exclusão, de segregação, pelos quais tenta isolar,

eliminar e até destruir fisicamente determinado grupo humano (MBEMBE, 2014, p 102).

A visão do autor reflete a crítica a um modelo eurocêntrico de ver e entender o mundo, que obedece a um sistema de hierarquias coloniais dentro de um discurso de fácil assimilação que valoriza um determinado saber contrapondo-se aos demais, sobretudo no que diz respeito aos saberes do continente africano. A partir dessa lógica, observa-se que raça é uma das matérias primas com que se fabrica a diferença e o excedente, uma espécie de vida que pode ser passada sem reservas, ou seja, a raça não é só aquilo que racismo percebe, atuando como um dispositivo que opera divisões pelo qual se operam fissuras na sociedade e regulam-se as relações coloniais. Em suma, para Mbembe (2014, p. 70) “Enquanto instrumento, a raça é, portanto, aquilo que permite simultaneamente nomear o excedente, associando-se ao desperdício e a despesa sem quaisquer reservas”.

Os elementos desse conjunto de sobreposição humana estão intimamente ligados à justificativa para o tráfico negreiro e a negação do Continente Africano e seus diversos povos separados por grupos étnicos, como lugar de civilizações e culturas. Sendo a possível estrutura de base que ensinou gradativamente todas as negatividades produzidas contra a população negra.

Uma das formas dessa intervenção que legitimou a negação do negro como ser humano, de maneira racional e cultural foi o processo a escravidão e de abolição deste regime, que, por exemplo, no Brasil não permitiu nem pensou políticas públicas para os libertos após a abolição da escravatura, favorecendo o surgimento de um grupo social marginalizado, desinteressante para o mercado e facilmente substituível (e substituído) pelo qual o país ensinou o desprezo, cerceando direitos e compromissos.

A maneira negativa com a qual a sociedade brasileira vê o negro, é uma herança assimilada da cultura europeia e surge a partir de um modelo de ocupação espacial, que advém de um projeto de conhecimento e poder eurocêntrico da modernidade, construído pela pressão política e psicológica exercida pela elite dominante como descreve Kabengele Munanga:

O modelo sincrético, não democrático, construído pela pressão política e psicológica exercida pela elite dirigente, foi assimilacionista. Ele tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada numa visão eurocêntrica (MUNANGA, 2004, p. 109).

A modernidade concebida por Munanga (2004) tal qual nos reportamos, foi criada a partir de uma colonização europeia e de um sistema de expansão territorial que consagraria a supremacia branca e se consagrou no decorrer da Segunda Revolução Industrial, que criou um ambiente de vários processos reformadores sobretudo em aspectos culturais, como no caso do Brasil. Utilizando-se dessa forma, do mesmo poder de barganha historicamente conhecido dos países subdesenvolvidos e explorados economicamente.

Se antes a exploração da África era realizada por meio do sequestro de pessoas para fins de escravidão, hoje, essa exploração se dá através de técnicas adaptadas ao tempo, como a instalação de empresas multinacionais para a exploração da mão de obra barata, e por outros meios que impedem o desenvolvimento econômico e tecnológico (MBEMBE, 2004, p. 84). A divisão racial do trabalho foi, portanto, um dos suportes para o desenvolvimento econômico do país, que relegou aos negros o trabalho braçal não remunerado que proporcionou acumulação de excedente sustentando economicamente a colônia por muitos séculos e mantendo os privilégios da elite até os dias atuais.

Nessa conjuntura sociopolítica, sendo a raça, “uma construção social, princípio de classificação que regula comportamentos e relações sociais (...) é um critério básico de classificação da população mundial, crucial para a afirmação do sistema capitalista” (SANTOS, 2012, p.38), assim a questão do racismo vai além do sentimento subjetivo, sendo uma maneira de manutenção de poder, legitimada para operar desigualdades.

Nesse sentido, as dimensões espaciais das relações sociais, por um processo social baseado na raça e na cultura e definida pelo autor como “racialidade”, criam hierarquias que estruturam a experiência da dominação e da exploração e organizam as trajetórias desiguais de indivíduos e grupos nos diferentes contextos do capitalismo (SANTOS, 2012). De forma que a “raça” acabou responsável pelo sistema de relações de poder de dominação dos corpos, sendo “as combinações das superposições de hierarquias definindo múltiplos eixos de subalternização e discriminação de indivíduos e grupos” (SANTOS, 2012, p 42). Citando como exemplo prático desse processo:

Ser mulher, negra, praticante de candomblé e baiana condiciona experiências sociais distintas da de um homem, branco, cristão e paulista – e isso vale tanto na Bahia quanto em São Paulo. Ambos do ponto de vista das relações de classe, podem ser proletários, ocupar posições semelhantes na estrutura produtiva, mas suas experiências de

dominação, controle e exploração do capitalismo serão distintas (SANTOS, 2012, p. 42).

O destaque acima, deságua no subjetivismo ao qual a questão racial nos remete ao nos confrontarmos com situações de racialidade nas relações sociais. Logo, “a cor é vista como importante na orientação de poder, em algumas áreas e momentos, enquanto é considerada irrelevante em outras” (SANSONE, 1996, p. 183 apud SANTOS, 2012, p.412).

Protagonista de um cenário de pouca visibilidade, a população negra encontra-se submetida a condições subalternas em relação ao acesso a espaços prioritários a qualidade de vida e existência humana, como trabalho, segurança, educação, saúde, lazer e moradia, que no caso brasileiro devem ser ofertadas através das garantias dos direitos fundamentais previstos constitucionalmente.

Isto implica dizer, como exemplo, que as pessoas negras são facilmente aceitas nos espaços historicamente reservados a elas, devido, sobretudo, a ausência de políticas que oportunizassem formação educacional e ofertas de trabalho desde o período pós-abolição. Este processo faz com que a população negra permaneça ocupando funções e atividades anteriormente exercidas.

Por isso não nos acostumamos a ver com frequência pessoas negras em profissões como medicina, engenharia, direito, arquitetura, mas é comum a presença de pessoas negras trabalhando em profissões que exijam apenas nível técnico ou nenhum grau de escolaridade, como nas áreas de serviços gerais. Enfermagem, magistério fundamental, empregos domésticos, garis, pedreiros, garçons ou no comércio ambulante são bons exemplos de profissões onde a população negra é facilmente encontrada.

As diferenças também ocorrem nas áreas de cultura e esporte. Mesmo com a facilidade de acesso aos espaços culturais, não é comum nos eventos mais sofisticados com custos mais elevados como shows, teatros e cinemas, a presença de negros. Bem como os esportes que requerem maior poder de compra não são praticados por boa parte desta população no Brasil. Contudo, havendo muito mais popularidade no futebol, que pode ser praticado em qualquer lugar e sem uso de equipamentos e materiais.

Sansone (1996 apud SANTOS, 2012, p.15) explica que essas diferenças são as “áreas moles e áreas duras” das relações sociais, que nesses espaços são considerados “contextos de interação”. Para o autor, essa distinção entre áreas envolve a valorização do pertencimento racial e a definição dos sistemas de posições (mais ou menos

hierarquizadas), na medida em que a raça regula as relações e os comportamentos dos envolvidos nos diferentes contextos, conforme o destaque:

Há na nossa sociedade um complexo padrão de relações que mistura, no cotidiano das relações sociais, momentos onde há interações marcadas por horizontalidade, integração e igualdade entre brancos e negros, e ao mesmo tempo, outros momentos onde há verticalidades, hierarquias e diferenças que são transformadas em desvantagens ou vantagens desiguais entre esses grupos. Esta mistura entre momentos de horizontalidade e momentos de verticalidade é que permitirá que, a um só tempo, convivam na sociedade (i) uma representação de si própria como sendo uma “democracia racial” e (ii) a reprodução e a consolidação de desigualdades baseada na raça, o que deveria ser extirpada, caso horizontalidade, integração e igualdade fossem princípios ordenadores das relações raciais vigorando em todos os momentos da construção do tecido social (SANTOS, 2012, p.45).

Sendo assim, mesmo que a ciência biológica afirme a existência apenas da raça humana e dessa forma demarque uma nova maneira da sociedade interpretar as diferenças, a racialização ainda é um critério de separação de espaços e diferenças. Por outro lado a tese biológica sobre a existência de apenas uma raça acabou sendo incorporada e mal interpretada por parte das pessoas que rejeitam as políticas de ações afirmativas como instrumento de alcance à equidade social, a exemplo das cotas. Tal justificativa defende que o mérito para alcançar os espaços mais disputados na sociedade, como universidades e mercado de trabalho devem ser conquistados apenas pelo esforço pessoal, independente da condição sociorracial, devido a condição de igualdade humana.

Vale salientar que as relações de trabalho no Brasil colonial, baseada na divisão internacional do trabalho estabeleceu relações de poder fundamentadas nas teorias racistas⁵ incorporadas pelo Estado Moderno. Assim, a população negra acabou limitada aos espaços determinados pelo seu poder socioeconômico.

Esse tipo de defesa acaba dirimindo a relevância do papel do Estado frente à responsabilidade com a população economicamente vulnerável, desrespeitando o princípio constitucional de igualdade que pressupõe que as “pessoas colocadas em situações diferentes devem ser tratadas de forma desigual, proporcionando-lhes

⁵ Um exemplo clássico das teorias racistas é do médico e escritor Nina Rodrigues, que no ano de 1957, defendeu o tratamento desigual entre brancos e negros no âmbito do direito penal, sob o argumento de que a legislação penal deveria distinguir os criminosos de acordo com o seu “desenvolvimento racial”, eis que as “raças inferiores” naturalmente apresentariam menor aptidão ao respeito às leis (HOFBAUER, 2006 apud ALMEIDA, 2016).

tratamento isonômico, tratando igualmente os desiguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades” (NERY JUNIOR, 1999, p. 42). Dessa forma, a defesa de qualquer atitude ou defesa contrária ao princípio, comungam com os projetos de poder que sustentam a permanência da discriminação racial como o princípio regulador de hierarquias sociais, sobretudo nos espaços de decisão.

Pensamento semelhante expressa Munanga (2004), ao destacar as obras do antropólogo Darcy Ribeiro⁶, cuja temática literária discute as relações sociais sem, contudo, observar as nuances do racismo em seu discurso, pois afirma:

Como acreditar numa suposta harmonização quando o biológico e o social não se conjugam, porque no Brasil, apesar do conteúdo integrador e assimilacionista defendido por Darcy, os mestiços constituem, pela sua importância numérica, a categoria social mais excluída e mais discriminada? Basta olhar a cor das vítimas do Carandiru, de Vigário geral (...) Eles ocupam cada vez mais a posição subalterna do negro, conjugando o critério de cor com o critério econômico. (MUNANGA, 2004, p.116-117).

O autor analisa as relações sociais no Brasil, cujo ponto forte é a mestiçagem, enquanto continuidade de um projeto de racialização, considerando uma identidade mestiça e uma identidade negra. Onde a identidade mestiça, como projeto da elite brasileira, tentou velar o racismo ao tempo que nunca o combateu, enquanto a identidade negra era renegada, mas crescente entre a população negra em virtude da necessidade de organização em torno da não aceitação social e da afirmação da identidade (MUNANGA, 2004).

No campo das relações espaciais os critérios de raça e cor influenciam sobre fenômenos e dinâmicas sociais, dessa forma:

O racismo aparece, então como sistema multidimensional de classificação social, que (no caso brasileiro) tem em traços corpóreos (cor da pele, cabelo, entre outros traços fenóticos) o principal traço diacrítico classificatório, mas que pode associar outras variáveis para compor um sistema de dominação, controle e exploração social. Isto resulta da complexidade dos sistemas classificatórios, e da forma como eles são operados dentro das regras sociais (SANTOS, 2012, p.49).

⁶ O autor se remete a obra “O povo brasileiro” de 1995.

Essas hierarquias sociais são percebidas nas nuances que a racialidade nos impõe, Munanga (2004), reafirma que a diferença na cor da pele dos negros pode influenciar sua posição na sociedade. Ao tempo que “categorias intermediárias e câmbios de sistemas de classificações servem para acomodar tensões que abalem a ordem social racializada” (SANTOS, 2012, p.53). Esse ordenamento social racializado, segundo o autor, está presente na “branquitude” dos espaços de riqueza, classificações estas que se vinculam ao controle dos meios básicos de existência social, resultado dos impactos de uma base científica que posteriormente sustentou a democracia racial como forma de velar o racismo brasileiro. Portanto:

do ponto de vista biológico e sociológico, a mestiçagem e a transculturação entre povos que aqui se encontram é um fato consumado, a identidade é um processo sempre negociado e renegociado, de acordo com os critérios ideológico-políticos e as relações de poder (MUNANGA, 2004, p.118-119).

Neste ambiente o Estado oferta garantias, ou melhor, garante esses direitos a uma determinada parcela da população, em detrimento de outra, que sucumbe aos serviços prestados de forma precária. A ideia reflete a tentativa de controle social sobre a população marginalizada, seguindo a lógica do que Achille Mbembe vem denominar necropolítica, uma forma de social de eliminação da massa populacional sem função para o capital.

O conceito baseado na Teoria do Biopoder de Michel Foucault, ou seja, no poder sobre a vida, relaciona-se à prática dos Estados modernos de exercerem regulação sobre os que a ele estão sujeitos, pelas inúmeras formas de controle dos corpos e das populações de forma que o racismo é essencial para justificar a “função assassina do Estado”. A partir desta ótica:

a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem vive e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2016b, p.123).

Dessa maneira, o termo necropolítica, bastante complexo para pensar a lógica de poder, tem a ver com os regimes de distribuição desigual da morte, referindo-se a um tipo de política entendida como o trabalho de morte na produção do mundo.

A configuração capitalista atua na concorrência pelo emprego cada vez mais escasso, que elimina cada vez maior quantidade de pessoas, provocando uma enorme população sem função na produção da economia, sendo essa grande maioria formada por pessoas negras. Implica dizer que a precária infraestrutura urbana, a escassez de equipamentos públicos e a violência policial podem ser considerados como mecanismos de controle e gestão da vida, o que representa a ideia do “fazer viver e deixar morrer” dentro da lógica do biopoder, que recai com grande ênfase sobre esse grupo social, desfavorecido de poder econômico e político.

É dessa maneira que o Estado efetuando seu poder sobre ao cidadão, oferece qualidade de vida a quem pode pagar desfavorecendo quem não pode. Mbembe (2016b, p.128) ao explica ainda que “na economia do biopoder a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é condição para a aceitabilidade do fazer morrer”.

A ideia de biopoder de Foucault como o direito de matar, funciona sob o controle da divisão das pessoas que devem viver e que devem morrer, relacionada por Achille Mbembe (2016), aos conceitos de estado de exceção e o estado de sítio, como base normativa do direito de matar. Esse controle que “pressupõe a divisão da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma diferença biológica entre uns e outros que Foucault rotula como “racismo”. (MBEMBE, 2016b, p.128).

Mbembe (2016b), considera justificável que o racismo tenha lugar na racionalidade do biopoder, pois é uma tecnologia destinada ao seu exercício, no sentido que: “mais do que um pensamento de classe, a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a práticas das políticas do ocidente (...) especialmente para o domínio dos povos estrangeiros” (MBEMBE, 2016b, p.128).

Este domínio estrangeiro ao qual o autor se refere iniciado no período colonial com a escravidão dos povos africanos, perpetuou-se até os dias atuais através das práticas do mercado sobre os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Dessa forma, o colonialismo dá ao mundo um novo modelo de administração, que não se ampara no equilíbrio entre a vida e a morte. De modo que: o desemprego estrutural e a criminalidade são sintomas da uma crise estrutural do capitalismo sobre a questão racial, assim como o genocídio de negros e negras, onde a exclusão é registrada através da violência. Este é o instrumento do Estado para controle da eliminação física das

massas subalternas. “Sendo nesse contexto que a lógica do capital, se expressa na questão racial; o genocídio é uma solução para controlar uma massa sem função” (CARDOSO, 2018, p. 957).

Na tentativa de evidenciar uma realidade ocultada pelo mito da democracia racial sobretudo no Brasil, grande parte da sociedade evita debater sobre a questão fazendo uso de um discurso que afirma que “todos somos iguais” e que só existe uma raça, a humana. Observa-se que a formação construtora da subjetividade racial busca as estruturas do racismo para definir o lugar dos negros na sociedade e se mascaram em discursos já desconstruídos pela ciência e outros órgãos estatais como exemplo do próprio poder judiciário⁷, dessa forma:

Com a negação da pertinência de diferenças biológicas entre seres humanos que permitam sua classificação em grupos raciais, no cotidiano das relações sociais a raça continua a ser um princípio regulador de comportamentos, tratamentos e relações: reconhecer a igualdade biológica não necessariamente impulsiona reconhecimento de igualdade social. (SANTOS, 2012, p.38).

A ausência de pessoas negras nos espaços de poder é sempre justificada pela falta de pessoas capazes e com formação para exercerem as funções específicas. Quando na verdade, ela é regulada por uma estrutura historicamente construída que diz exatamente quem manda e quem obedece. A diáspora africana espalhou pessoas do continente africano pelo mundo através do tráfico para trabalharem na condição de escravos. E o processo escravista interrompido muito tardiamente e sob forte resistência da classe dominante no Brasil, tem sua marca a condição de manutenção do status que beneficiou e beneficia partes privilegiada da população em detrimento a uma outra sem acesso a direitos mínimos como educação e moradia. É nesse sentido que raça e racismo são mecanismos operadores de desigualdades:

Podemos afirmar que “o racismo está presente nas relações sociais como forma mais comumente conhecida de julgar uma raça como sendo inferior, argumento estrategicamente usado para a dominação (...) Toda e qualquer expressão de racismo parte de uma diferença concreta, real, que é supervalorizada a favor do grupo que se julga superior, porque é dominante” (SOUSA, 2011, p.54).

⁷ O poder judiciário tende a decidir com base na premissa de que somente os atos intencionalmente discriminatórios infringiriam a igualdade constitucionalmente consagrada, ignorando quaisquer demais formas de atitude discriminatória. (ALMEIDA, 2016, p. 11)

Isto significa que a compreensão sobre o racismo ambiental requer uma passagem sobre o processo histórico brasileiro, que envolve as relações pessoais e estatais, assimila a ideia de “que qualquer relato histórico do surgimento do “terror da modernidade⁸” precisa tratar de escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica” (MBEMBE, 2016, p. 130). Isto desagua no entendimento e no reconhecimento sobre outros tipos de racismo que se ramificam e implicam no atual contexto de desigualdade em nosso país.

Dessa forma, o autor afirma que o contexto da colonização traz a figura humana do escravo como de uma sombra personificada, resultado da perda do seu lar, dos direitos sobre o seu corpo e do status político, que equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social.

Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto de que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade do seu dominador. Dado que vida do escravo é como uma “coisa” possuída por outra pessoa, sua existência é a figura perfeita de uma sombra personificada (MBEMBE, 2016, p.132).

A partir desses conceitos, torna-se mais evidente que o racismo, não é apenas um sentimento subjetivo pessoal. Trata-se do modo de operação do capitalismo mantenedor das desigualdades e hierarquias sociais, que delimitam o lugar as pessoas nas dinâmicas espaciais da cidade, bem como o acesso a direitos e garantias fundamentais, proporcionadas pelo Estado. Daí sua responsabilidade tanto no sentido de manutenção dessa dinâmica como o de sua erradicação. O debate introduzido a partir desses conceitos diz respeito ao lugar da população negra no espaço urbano e as nuances do racismo na sociedade brasileira.

2.2 A população negra no espaço público e o mito da democracia racial

Frustrada a tentativa de embranquecimento da população no Brasil, surge entre os intelectuais brasileiros da segunda década do século XX a necessidade de “modernizar a nação” com o intuito de fazê-la parecer o mais próximo possível do

⁸ O autor utiliza a expressão “terror da modernidade” para definir os abusos de poder do Estado moderno contra as pessoas negras, que no Brasil, por exemplo, implica no genocídio da juventude negra e na repressão do Estado em relação às favelas e ao tráfico de drogas.

modelo civilizatório europeu. Esse cenário procurou apresentar o país como um exemplo de sociedade democrática, onde as relações raciais eram pacíficas, criando assim, mitos sobre a verdadeira conjuntura social, posteriormente desmistificada pelas ciências humanas.

Dessa forma, chamou-se “mito da democracia racial” a teoria da convivência harmônica e pacífica entre os diferentes grupos raciais do nosso país. É considerada entre os estudiosos a ideologia que dificulta o reconhecimento do racismo e da discriminação na sociedade brasileira (FERNANDES *apud* SALES JÚNIOR, 2009).

A democracia racial pode ser vista como a instituição de uma nova ordem hegemônica. Tal tendência de integração do “negro” entra em ressonância com o movimento modernista que, em 1922 a 1927, contribuiu para a criação de uma percepção de cultura e identidades nacionais que seria apropriada pelos movimentos sociais negros em seus discursos de integração social das pessoas negras. A heterogeneidade e a mistura são consideradas características da cultura brasileira, sendo o negro elemento dessa mistura. O importante no movimento modernista não estava na constatação daquela mistura (...), mas, na sua valorização. De posse dessa valorização, os movimentos sociais negros deferiram uma ofensiva contra as teorias racistas de inferioridade do negro, da degeneração do mulato ou do branqueamento da população (SALES JÚNIOR, 2009, p.46).

Nesse sentido o mito da democracia racial é descrito como um dispositivo ideológico de reprodução das relações raciais, que pautou o pensamento social brasileiro, impediu a tematização pública do racismo e efetivou-se através de duas formas de discurso: o desconhecimento ideológico das relações raciais e o não-dito⁹ racista, consolidado através das relações paternalistas e patrimonialistas cordiais. Assim, instaurou-se pelo deslocamento do discurso racial (racista ou não) do âmbito do discurso formal e público, constituindo o que o autor chama de “desconhecimento ideológico”, configurando-se não pela ausência de conhecimento, mas pela marginalização deles, tidos irrelevantes em relação aos interesses da elite que considerava o discurso racial algo “vulgar” (SALES JÚNIOR, 2009).

Em outras palavras, falar sobre a existência do racismo, que inferiorizava a população negra dentro da sociedade era praticamente proibido, pois remetia o país ao

⁹ “O não-dito é uma técnica de dizer alguma coisa sem, contudo, aceitar a responsabilidade de tê-la dito, resultando daí a utilização pelo discurso racista de uma diversidade de recursos, tais como, figuras de linguagem, trocadilhos piadas e injúria racial” (SALES JÚNIOR, 2009, p.16).

atraso e a ignorância que se pretendia esconder. Contudo as práticas racistas continuavam sendo legitimadas pelo Estado, mas ocultadas pelo discurso.

Os problemas de dependência, subdesenvolvimento, marginalização, autoritarismo e patrimonialismo que configuram o período colonial, adentraram o período pós-colonial, pois as narrativas historiográficas oficiais cristalizaram imagens da população negra como apática, infantilizada, desmobilizada excluída dos processos de decisão política. Dessa maneira:

O processo civilizatório, modernizante, portanto, não se deu sem deslocamentos nem sem antagonismos. O pensamento e as instituições modernas nunca se tornaram plenamente objetivos, tiveram suas identidades sucessivamente deslocadas: movimentos contra-hegemônicos, inconfidências, quilombos, revoluções, resistências, sincretismos, miscigenações..., deslocamentos dos quais emergiram diferentes mitos: o mito da luta das raças, o mito da democracia racial, o mito do racismo cordial. Entendemos por mito um espaço de representação que funciona como princípio de leitura, chave de uma representação (SALES JÚNIOR, 2009, p. 37).

A ideia foi bastante difundida pela obra “Casa grande e senzala”, escrita pelo sociólogo Gilberto Freyre, na década de 1930. Através da sua narrativa, Freyre descreve, a partir uma visão paternalista os atos “civilizatórios” dos portugueses, como a introdução/imposição da religiosidade, da língua e os costumes ao tempo em que os movimentos apresentam um imaginário do Brasil como um país ordeiro, progressista e cordial a partir da mestiçagem e da tolerância racial como foram processos naturalmente aceitos e harmoniosos entre as três as raças.

Dentro deste período histórico ressaltamos também a questão da formação dos Estados nacionais. Conforme aponta Almeida (2018), a formação dos Estados nacionais exigiu uma profunda organização da vida social que englobou não só aspectos políticos e econômicos mais também a constituição das entidades. Desse modo, reforça que entender o racismo enquanto processo histórico é necessário para compreender que “as características biológicas ou culturais só são significantes de raça ou gênero em determinadas circunstâncias históricas” (ALMEIDA, 2018, p.43).

Essa reflexão se dá no sentido da importância dada ao peso das classificações raciais, na definição dos comportamentos individuais ou de grupos e nas estratégias políticas do próprio. Desse modo o autor reforça que:

Os diferentes processos de formação nacional dos Estados contemporâneos, não foram produzidos apenas pelo acaso, mas por projetos políticos. Assim, as classificações raciais tiveram papel importante para definir as hierarquias sociais, a legitimidade na condução do poder estatal e as estratégias econômicas de desenvolvimento. Demonstram isso a existência de distintos modos de classificação racial: No Brasil, além da aparência física de ascendência africana, o pertencimento de classe explicitado na capacidade e na circulação social. Assim: a possibilidade de “transitar” em direção a uma estética relacionada à branquitude somada aos hábitos de consumo da classe média pode fazer alguém racialmente “branco”. O mesmo não acontece no EUA, cujo processo de classificação racial no bojo do processo de formação nacional conduziu o país a uma lógica distinta do que se refere à constituição identitária. (ALMEIDA, 2018, p.43)

O processo de formação nacional traz consigo o cerne da natureza do Estado moderno, que segundo Chauí (2000), são as práticas e os sentimentos políticos em que a consciência do cidadão se forma referida à nação e ao civismo. Este processo histórico configurado como uma “invenção da nação” auxilia na compreensão da passagem das concepções sobre civilidade de dois conceitos ligados as ideias da época no Brasil, o de “caráter nacional” para a construção da “identidade nacional” o que implica em dizer:

Na ideologia do “**caráter nacional brasileiro**”, a nação é formada pela mistura das três raças – índios, negros e brancos e **a sociedade mestiça desconhece o preconceito racial**. Nessa perspectiva, o negro é visto pelo olhar do **paternalismo branco**, que vê a afeição natural e o **carinho com que o branco e negros se relacionam**, completando-se uns aos outros, num trânsito contínuo entre a casa-grande e a senzala. Na ideologia da “**identidade nacional**”, **o negro é visto como classe social**, a dos escravos, e sob a perspectiva da escravidão como instituição violenta que coisifica o negro, cuja consciência fica alienada e só escapa fugazmente a alienação nos momentos de grande revolta (CHAUÍ, 2000, p. 26 e 27).

Compreendendo a conjuntura política de subalternidade humana na sociedade brasileira, em nenhum dos casos apresentados os negros são reconhecidos como pessoas, capazes de criar, de ter consciência política diferenciadas e consequentemente, sem direito à condição de sujeitos sociais e políticos, pelo contrário, o país é referência no mito da democracia racial e reforçou por décadas políticas de branqueamento.

Para Chauí (2000), a sociedade brasileira, sendo essencialmente autoritária se disfarça de pacífica e democrática, camuflando sua verdadeira realidade social, dando origem ao cerne da democracia racial.

A Organização das Nações Unidas para Ciência e Cultura (UNESCO) esforçou-se em combater a ideologia racista que serviu de suporte para o Nazismo, impactada pelos horrores do holocausto, coordenando uma pesquisa comparativa de estudos sobre as relações raciais em diferentes regiões brasileiras. O objetivo inicial desses estudos era oferecer ao mundo lições de civilização e cooperação racial utilizando como exemplo a experiência brasileira.

Maio (2000) descreve que a UNESCO esperava encontrar uma solução para a superação dos desequilíbrios ideológicos raciais vividos em diversos contextos internacionais, contudo a agência intergovernamental, se viu diante de um conjunto de dados sistematizados sobre a existência do preconceito e da discriminação racial no Brasil, que evidenciaram uma forte correlação entre cor ou raça e status socioeconômico. A pesquisa trouxe à tona o mito da democracia racial brasileira e gerou fortes dúvidas sobre as relações harmoniosas no Brasil, conforme destacado.

Uma instituição internacional, criada logo após o Holocausto, momento de profunda crise da civilização ocidental, procura na periferia do mundo capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular. Por sua vez, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros haviam assumido como desafio intelectual não apenas tornar inteligível o cenário racial brasileiro, mas também responder à recorrente questão da incorporação de determinados segmentos sociais à modernidade (MAIO, 2000, p. 116).

No final do sec. XIX, a elite brasileira desenvolveu um discurso racista “universalista” e dominante que procurou impor sua cultura aos grupos menos favorecidos, reprimindo suas manifestações culturais e religiosas durante todo século XX e durante décadas tratando como problema de polícia (MUNANGA, 2004).

Os estudos sociológicos no Brasil observaram algo importante sobre a conjuntura social brasileira. Uma delas foi que “a escravidão foi a ideologia inicial e o racismo é muito mais que um preconceito. É um sistema de dominação” (SOUSA, 2011, p. 29). Enquanto se divulgava a cordialidade das relações raciais para o mundo, restavam claras as diferenças socioeconômicas relacionadas que prejudicavam com maior evidência a população negra. Tendo como um dos principais fatores a chegada dos estrangeiros e absorção da mão de obra europeia e não da mão de obra dos libertos, impedindo assim, o desenvolvimento e a ascensão social dos negros através do acesso aos bens.

Entre algumas medidas discriminatórias legitimadas pelo país que impediram a possibilidade de ascensão socioeconômica da população negra ao longo do tempo estão a Lei nº 650 de 18 de setembro de 1850 – Lei da Terra¹⁰, promulgada no mesmo ano da Lei Euzébio de Queiroz, que previa o fim do tráfico negreiro e sinalizava a abolição da escravidão no Brasil. A partir de sua promulgação estipulou-se que a aquisição de terra no Brasil só seria possível através da compra e venda ou da doação do Estado. Conforme Sousa, (2011, p.125), a Lei da Terra de 1850 constituiu “um divisor de águas no acesso às terras do Brasil. Surgida exatamente pelo iminente processo de abolição com o intuito de assegurar o destino de terras e garantir o interesse das oligarquias pelo latifúndio” (ibidem, p. 125)

Desta forma, também não houve acesso à educação, moradia digna e ao mercado de trabalho assalariado que funcionaram como “a determinação do lugar que deveriam ocupar a partir do novo modo de produção”. Como ressalta Monteiro (2017, p. 25) “foi negado o acesso à terra, o trabalho formal e não houve nenhuma política de reparação ou indenização”. “Passaram então da condição de ex-escravos à condição de excluídos, enquanto cidadãos livres” (SOUSA, 2011, p.134). Como consequência...

Com a introdução do trabalho livre no país, os indivíduos que permaneceram na zona rural mantiveram a vinculação com as casas-grande e quiçá a mesma relação com os senhores de engenho, em umas situações e em outras trabalhavam apenas em troca de comida e dormida; os que já estavam ou vieram para a área urbana foram ocupar os chamados mocambos. (SOUSA, 2011, p.133)

Na cidade do Recife, por exemplo:

A busca tanto por espaço físico, quanto por alternativas de trabalho fez com que vários aglomerados fossem criados na cidade, com a

¹⁰ “Art. 1º – Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas (terras do Estado) por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente”.

“Art. 12 – O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias para a colonização dos indígenas; para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões, e assento de estabelecimentos públicos; para a construção naval”.

“Art. 18 - O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem”.

construção de mocambos por aqueles que proviam da zona da mata, face a escassez de postos de serviço (SOUSA, 2011, *ibidem*, p. 124)

Uma outra política foi o plano de “desfavelização” executado durante as intervenções urbanas no processo de higienização das cidades, em meados do século XX, atingindo principalmente a população negra.

Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, estavam em processo de urbanização, destruindo prédios antigos para abertura de avenidas, ao tempo em que apagava vestígios da sociedade colonial. As medidas de modernização, não visavam apenas melhorias nas estruturas das cidades, mas camuflar um passado de atraso em decorrência da exploração da mão de obra escrava.

Paralelamente aos conflitos raciais, já no início do século XIX, o Brasil passava por um processo de urbanização, industrialização e mudanças intensas nas relações sociais e na mentalidade das pessoas que saíram da Zona Rural para a Zona Urbana. Grandes cidades como São Paulo, Rio Janeiro, transformaram-se em centros de modernização tecnológica e institucional, como demonstra Niemayer (2002), sem incluir a recente mão de obra negra de forma igualitária nas relações trabalhistas, o que nos remete a afirmação de que “a formação das cidades é o processo histórico de exclusão de negros e negras”. (MONTEIRO, 2017, p. 25)

Nesse contexto de marginalização, o surgimento das precárias moradias dos morros deu margem a formação das favelas, que passaram a integrar a paisagem das cidades, próximo aos bairros nobres, sem, contudo fazer parte deles, sendo o convívio necessário entre os diferentes grupos, devido ao uso da mão de obra barata e desprovida de direitos. Contudo, os trabalhadores e trabalhadoras poderiam morar perto dos seus empregos, mas não tão perto da elite que lhes garantia a sobrevivência. (MONTEIRO, 2017).

A desigualdade na distribuição de renda não é percebida como forma dissimulada no *apartheid* social ou como socialmente inaceitável, mas é considerada natural e normal, ao mesmo tempo que explica porque o povo “ordeiro e pacífico dispense anualmente fortunas em segurança, isto é, em instrumentos de proteção contra os excluídos da riqueza social. Em outras palavras, a sociedade brasileira está polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes. (CHAUÍ, 2000, p.93)

De forma que o Estado e as suas instituições jurídicas, por exemplo, não só foram constituídas pelo que ele chama de “violência fundadora da modernidade”, mas:

Foram os principais instrumentos de reprodução da ordem, do progresso e da razão modernos, detentores da violência legítima do Estado moderno. É o que denominaremos “Hegemonia Branca”. Declararmos todos iguais, na instauração de uma ordem republicana e democrática, pós-colonial, quando uns são mais iguais que os outros, é ocultar as desigualdades raciais geradas pela velha ordem colonial. Não ocorreu (...) a correção das desigualdades históricas (SALES JÚNIOR 2009, p.36).

Por essas razões, o debate sobre o racismo ambiental no Brasil permeia os estudos sobre os elementos históricos responsáveis pela discriminação racial e a segregação no Brasil, sendo fundamental a compreensão sobre a concepção de “raça” e como esta acabou incorporada aos mecanismos sociais e ressignificada no sistema capitalista para a exploração da mão de obra da população negra.

Assim, o estudo sobre o racismo ambiental encontra barreiras no Brasil, devido a ideia propagada pelo mito da democracia racial, que intensificou a existência da cordialidade nas relações raciais e da harmonia no processo de assimilação étnica. Contudo, é no contexto político americano, e no seu entendimento e diferenciação sobre o sistema de segregação espacial, que o assunto ultrapassa o argumento da ausência da discriminação racial no Brasil e dos seus desdobramentos nos espaços e nos territórios.

2.3 Espaço público, territórios e as delimitações de poder sobre o direito ao lazer

A compreensão sobre o processo histórico que delimitou espaços e territórios de poder a partir da cor e da condição social das pessoas, desde o período colonial, é importante para analisarmos as diferenças, muitas vezes pouco percebidas.

“Compreender a história da cidade significa levar em consideração que a variável “espaço” exerce é o emaranhado das relações humanas que ela abriga” (COUCEIRO, 2003, p.25). Nesse sentido a herança patrimonialista enraizada nas instituições e na sociedade cria obstáculos à separação entre espaço público e privado, em que o peso e a pressão da história são desumanizadores, numa formação histórico-social particular.

Portanto, a relação entre as pessoas e o espaço nesse caso, específico, exigiu uma análise a partir de uma abordagem pós-estruturalista, onde a realidade é considerada uma construção social, subjetiva em processo constante de mudança, configurando um trajeto para situar a produção do espaço a partir de diversos autores.

Assim, a relação política dos grupos sociais com o espaço público é abordada na obra “O direito à cidade” de Lefebvre (2008), onde o autor apresenta sua teoria analisando vários aspectos sobre o que considera “a ciência da cidade”. Considerando a ótica do autor o estudo sobre a cidade deve considerar diferentes pontos de vista de maneira multidisciplinar, a fim de entender a dinâmica de ocupação e distribuição dos diferentes grupos nos espaços. Nesse sentido, afim de discutir a importância da democratização dos espaços públicos, o autor afirma:

O direito à cidade manifesta-se como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitá-la e a morar. o direito à obra (à actividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implícitos no direito à cidade (LEFEBVRE, 2008, p.1).

Dessa forma, apresenta a lógica da apropriação através do controle direto das pessoas sobre a forma de habitar a cidade, de sua relação econômica de dominação das políticas públicas urbanísticas, refletindo a necessidade, na cidade de lugares que não sejam tomados por valor de troca e lucro, avançando numa concepção de cidadania na percepção da produção de obras humanas coletivas, sendo este um dos fatores determinantes sobre a forma de habitar a cidade e o cuidado sobre os bens públicos e a participação popular.

O diálogo sobre representatividade, Estado, poder, através das autoridades políticas e estratégias de ação social para uma apropriação e/ou ocupação consciente da sociedade dos espaços públicos. Tratando a respeito da economia da urbanização tais ideias apresentam nitidamente a relação econômica entre o direito ao lazer e a economia, desde já associado às políticas neoliberais.

De modo que, a cidade passa a ser vista como uma empresa, que tem que gerar lucro aos seus "investidores" a hegemonia do capital financeiro com juros cada vez mais altos. Seguindo essa lógica, os capitalistas deixam de investir na produção que gera empregos, investindo em grandes obras de urbanização que tem o papel de absorção do capital excedente. Essas obras, em geral, ligadas ao mercado imobiliário acabam mudando o estilo de vida das populações, muitas vezes para pior, afetando diretamente a população de baixa renda com menos capital simbólico e, portanto, com menos oportunidades de trabalho.

Para essa discussão, faz-se mister destacar na obra de Lefebvre “A produção do espaço”, onde a característica da estrutura espacial está dividida entre: as práticas espaciais, envolvendo produção e reprodução, lugares específicos e formação social; as representações do espaço, ligadas a relação de produção, à ordem imposta; e os espaços de representação, expressão do lado ilegal e subterrâneo da vida social. (SERPA, 2007).

Para Lefebvre (2006), o espaço é social, logo, ele não existe sem os seres humanos e se construindo-se segundo a lógica formal da identidade. O espaço social é um conjunto de relações que envolve uma produção, e por se tratar de um produto social, contém e dissimula relações sociais. De modo que: “O espaço (social) não é uma coisa entre outras coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade” (LEFEBVRE, 2006, p. 111). De maneira que o espaço assim produzido também serve de instrumento ao pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto, de dominação e de potência (poder) – mas que ele escapa parcialmente, enquanto tal, aos que dele se servem”. (Ibid, p. 50).

Em outras palavras, o autor afirma que o espaço social tende a camuflar relações de poder estabelecidas, demonstrando que as diferentes camadas e classes da sociedade têm seus espaços particulares, colocando pessoas ricos e pobres, negros e brancos em lugares distintos.

Nesse panorama de ocupações sociais no espaço, Ângelo Serpa reafirma a reflexão de Lefebvre sobre as relações de poder no espaço social.

Produto da violência e da guerra, o espaço abstrato, serve de instrumento para que os detentores do poder - político e econômico – destruam tudo aquilo que representa ameaça e resistência, em outras palavras, abram caminho para se homogeneizarem as diferenças. O espaço serve, assim, ao poder institucional como um tanque de combate, instrumentalizando a homogeneização (SERPA, 2015, p. 19).

Dessa forma, o autor afirma que o sentido do espaço social guarda relação com o corpo, com as ameaças e resistências, através das diversas sanções e com as emoções colocadas à prova a todo instante, abrindo caminho para que se homogeneizem as diferenças.

Portanto, observa-se que “o espaço não é neutro, objetivo, fixo, transparente ou inocente” (LEFEBVRE, 2013, p.129 apud CORDEIRO, 2016, p.44); “desse modo deve

ser entendido como um produto que agrega elementos de caráter físico (a natureza), mental (abstrações lógicas e formais) e social (o homem atuando em sociedade como forma de atender aos seus desejos e necessidades) (CORDEIRO, 2016, p. 44).

Com isso, o espaço seria para Lefebvre (2006) entendido não apenas como lugar da prática espacial, onde as pessoas se encontram, mas também como lugar da representação do espaço e dos espaços de representação e interpretado a partir da tríplice perspectiva: o espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido (LEFEBVRE, 2013, p.129 apud CORDEIRO, 2016, p.44).

Para Lefebvre o espaço se dá a partir de três dimensões: o concebido, o percebido e o vivido. Pretende-se então, a partir do exposto, distingui-los baseado nas suas relações, oposições e disposições, esclarecimentos e ocultações, conforme sugere o autor. Mediante o exposto, para uma definição mais clara e objetiva sobre o complexo entendimento da tríade lefebvreviana do espaço, Cordeiro (2016), resume o entendimento através de uma linguagem simples apresentada a seguir. Conforme o autor: o espaço percebido “é aquele apreendido diretamente por meio dos sentidos justamente por ser o local onde se dão as práticas cotidianas das pessoas em suas atividades produtivas”. Implicando assim, na dimensão material das atividades e interações sociais (CORDEIRO, 2016, p. 45). Desse modo, representa a prática espacial, vinculada à produção e reprodução (LEFEBVRE, 2006, p.65). Na interpretação de Cordeiro (2016):

É o espaço do qual todos os membros e uma sociedade participam porque é nele que se desenrolam as atividades necessárias à reprodução da própria vida. Trata-se de um espaço facilmente perceptível pelos sentidos (CORDEIRO, 2016, p.45).

Uma observação importante sobre o espaço percebido, é que este, por ser reconhecido pelos sentidos, é passível de enganar o seu observador, quando este não questiona sobre aquilo que vê. Portanto, “a prática cotidiana, tende a resumir aquilo que está ao alcance dos sentidos” (Ibdem, p.45).

O espaço concebido tende a revelar o espaço percebido, no sentido que “antes de existirem concretamente as formas espaciais, existem mentalmente (...) pois “antes de serem produzidos, os espaços são concebidos” (Ibdem, p.46). De forma que:

Este espaço é constituído a partir das abstrações como mapas, planos, e outros códigos idealizados e elaborados por profissionais como

planejadores. Diz respeito, portanto, às representações “oficiais” do espaço concebidas por um seguimento bastante específico da sociedade: o dos tomadores de decisões. (Ibdem, p.46)

Nesse sentido, “o espaço concebido acaba por ser o espaço dominante em qualquer sociedade ou modo de produção” (Ibdem, p.47). A crítica ao espaço concebido é pertinente, no sentido em que este é realizado por profissionais não diversificam suas obras na cidade. Como comenta Serpa, (2015, p.19) para Lefebvre os gestos e atitudes repetitivos transformam as cidades em lugares homogêneos. Não havendo muita diferença das cidades modernas, as periferias modernas e as novas construções, pois o urbanismo e a arquitetura “não contribuem para a o incremento da diversidade da morfologia urbana”. A única diferença seria apenas o investimento financeiro realizado na obra.

Nesse sentido, “o repetitivo substitui a unicidade, o factual e o sofisticado prevalecem sobre o espontâneo e o natural, o produto sobre a produção” e o que prevalece é apenas a quantidade e a repetição. Sendo, por conseguinte, “fabricados para o visível” (SERPA, 2015, p.19) e criado para atrair sonhos e desejos, a partir de um caráter abstrato, institucionalizado.

De forma que, por ser criado pelo Estado, que é capaz, sobretudo de legitimar diversas formas de violência, através de seu próprio poder, que inclui investimentos em determinadas áreas em detrimento de outras e limitações de uso do espaço, conforme destacado:

O espaço contém esses entrecruzamentos múltiplos, em lugares e praças assinalados. Quanto às representações de relações de produção, que envolvem relações de potência, elas também se efetuam no espaço, e o espaço contém as representações nos edifícios, nos monumentos, nas obras de arte. (LEFEBVRE, 2006, p. 58).

Portanto, as reflexões de Lefebvre são fundamentais para análise conjuntural do espaço, sobretudo, porque “as relações frontais, por conseguinte, geralmente brutais, não impedem completamente os aspectos clandestinos e subterrâneos; não há poder sem cúmplices e sem polícia” (Ibdem, p 58). Essa observação nos conecta ao conceito de espaço vivido, onde mesmo que os detentores do poder político e econômico, sejam os tomadores de decisão, eles não são os únicos a produzirem o espaço. (LEFEBVRE, 2013, p. 100 apud CORDEIRO, p. 47). De modo que, muitas vezes essa convivência não seja pacífica. No sentido que a “esfera pública” é, portanto, dificilmente pública no

que se refere ao controle sobre as representações que nela circulam. (GUPTA e FERGUSO, 2000, p. 46)

Esse espaço vivido, diferentemente dos demais, se dá através da ressignificação daquilo que temos a nossa disposição. São as necessidades de ocupação do espaço que acabam transformando as dinâmicas espaciais e adequando o ambiente ao nosso interesse. Segundo Lefebvre “como toda prática social, a prática espacial é vivida” (LEFEBVRE, 2006, p.51), ela é diferente do espaço social, por ser mais restrito. Diz respeito ao exercício, a ação das pessoas. Dessa maneira o espaço social é “na esfera da vida cotidiana, do espaço experimentado (e modificado) pelas pessoas em suas práticas cotidianas” (CORDEIRO, 2016, p.47).

A intenção, sempre atual de Lefebvre, chama a atenção para a necessidade de observarmos o espaço social com o olhar crítico, para além do que está posto fisicamente. Refletindo sobre os aspectos espaciais a partir do lugar físico, se tem a prática espacial comum meramente sensível, se tem a prática espacial que é o espaço percebido, ao evidenciar sua dimensão ideológica se refere a representação do espaço que é o espaço concebido e quanto a experiência vivida, incluindo-se o símbolo, tem-se o espaço de representação que é o espaço vivido.

Assim, a noção de espaço apresentada junto a identidade cultural, formam a base para compreensão do conceito de território, como um espaço da cidade não apenas enquanto representação física e espacial, mas enquanto dimensão simbólica. A forma como é apresentada também auxilia na confirmação de que, nada é inocente ou ocasional. Tudo tem um propósito e um direcionamento na sociedade e recai de formas diferentes para distintos grupos. E é nesse ponto que a produção do espaço passa a ser um conceito bastante importante de ser utilizado nesse estudo, que tem o parque como objeto de análise. Como coloca Gomes:

Uma das formas que os diferentes agentes encontram no espaço urbano para promover desigualdade e diferenciação espacial, como obtenção de renda diferencial, é a implementação de equipamentos como os parques. Através desse processo, contribuem para a desigualdade e a segregação socioespacial e reproduzem seu capital em escala ampliada. (2013, p. 15).

Nesse sentido, a forma de apropriação espacial do território pode ocorrer de diversas maneiras pelos diferentes grupos sociais. No caso dos espaços destinados ao

lazer, como parques, enquanto alguns aproveitam para lucrar outros usam para diversão além dos outros possuem acesso restrito e limitado.

Pretende-se a partir deste conjunto sobre o conceito de espaço, território e poder, demonstrar o eixo que intersecciona a problemática da desigualdade sobre o acesso a este espaço de lazer da cidade, numa perspectiva diferenciada entre raça e classe, que costuma passar despercebido pelos estudos do desenvolvimento urbano. Ocorrendo que “é dessa forma que o espaço funciona como um princípio organizador central nas ciências sociais, ao mesmo tempo em que desaparece da esfera da ação analítica” (GUPTA e FERGUSO, 2000, p. 35).

Enfatizando os conceitos dentro da questão espacial dos territórios, Smith (2000, p. 135), propõe um debate sobre os excluídos dos espaços de poder, através da relação dos sem teto com o espaço público, afirmando que “excluídos dos espaços privados do mercado imobiliário, os sem-teto ocupam os espaços públicos”. De forma análoga, tal qual ocorre com grupos sociais sem poder político e econômico em diferentes escalas.

A partir da contribuição de Smith (2000), o trabalho passa a desenvolver uma sequência dessas escalas específicas que vinculam pessoas e territórios, como corpo, comunidade, cidade, região e nação. Destacando aspectos como identidade, diferenças internas, as fronteiras com as demais escalas e as possibilidades políticas de resistência.

Nesse sentido, o parque é a conexão social ativa das escalas, fornecendo de forma aleatória, porém estratégica, elementos para organizar um pensamento a partir da análise da diferença espacial.

Nesse sentido, Smith (2000) demonstra que a presença de grupos estranhos ao espaço concebido, é contestada com fúria.

Sua visibilidade é constantemente apagada por esforços institucionais de removê-los para outros lugares, como para abrigos, para fora dos prédios e parques, para bairros pobres, para fora da cidade, e em direção a outros espaços marginais (SMITH, 2000, p. 135).

A escala aqui concebida, a partir de Smith (2000), trata a realidade em termos políticos e econômicos. Sendo possível por exemplo observa-la a partir do Estado-nação, como um compromisso territorial entre necessidades diferenciadas da classe capitalista, que coopera criando as condições adequadas para a acumulação do capital, a reprodução da desigualdade. Assim: “dentro das fronteiras ideológicas do estado-nação,

a classe dominante nacional coopera amplamente em questões como as condições de reprodução da mão de obra, a constituição legal da economia”. (SMITH, 2000, p. 142)

Essa discussão tão enraizada socialmente, que não difere que é justamente a questão político-cultural um dos agentes promotores da desigualdade racial, que interfere no mercado de trabalho, nos locais de habitação e na qualidade de vida. De forma que, “o espaço torna-se uma grade neutra sobre a qual a diferença cultural, a memória histórica e a organização social são inscritas” (Ibidem, p. 35).

Importante destacar a observação realizada por Gupta e Ferguso (2000), em torno das relações de identidade e poder, dadas as características de determinados espaços. O cenário da narrativa dos autores apresenta uma realidade que expressa o sentimento de representação psíquica sobre aquilo que se espera e deseja do lugar/nação e da realidade social, concretizado naquilo e no que de fato ocorre, de forma geral, como efeito do colonialismo. Dessa maneira:

Quando se une espaço e relações de poder entre lugares e comunidades imaginadas, em um mundo de diáspora, fluxos transnacionais de cultura e movimentos em massa de populações, tentativas antiquadas de mapear o globo como um conjunto de regiões ou berços de cultura, são desnorteadas por uma série estonteante de simulacros pós-coloniais, duplicações e reduplicações. (...) Nesse jogo-cultura da diáspora, ficam borradas fronteiras familiares entre o “aqui” e o “lá”, o centro e a periferia, a colônia e a metrópole. (GUPTA e FERGUSO, 2000, p. 35).

Distante de significar um campo neutro da disputa política internacional, é bem verdade que podem surgir tensões importantes quando os lugares que foram imaginados à distância precisam tornar-se espaços vividos, pois como já sabido, os lugares são sempre imaginados no contexto de determinações políticas, econômicas que possuem uma lógica própria.

Compreende-se desde então, que experiência do espaço é sempre socialmente construída. Dessa maneira, o desafio é usar o enfoque sobre o modo como o espaço é experimentado e como ele repercute entre os diferentes grupos, como forma de explorar as ideias pelos quais os processos conceituais de construção do lugar encontram-se com as condições políticas econômicas mundiais em constante mudanças dos espaços vividos.

Como sustenta Lefebvre (1970, p. 167 apud ZUKIN, 2000b, p.108), “hoje qualquer projeto revolucionário, seja utópico ou realista, deve, se quiser evitar a

banalidade, fazer da reapropriação do corpo, em associação com a reapropriação do espaço, uma parte negociável do seu programa”.

Em vista disso, no projeto de reafirmação da identidade, compreende-se que a territorialidade é, assim, reinscrita no ponto exato em que está ameaçada de ser apagada, de modo que “ao mesmo tempo em que lugares e localidades tornam cada vez mais borrados e indeterminados, as ideias de locais cultural etnicamente distintos tornam-se talvez ainda mais proeminentes” (GUPTA; FERGUSO, 2000, p. 36).

A recorrência, neste estudo, aos aspectos da problemática racial, se justifica também pela necessidade de entendimento do fato de que a diferença cultural foi desde sempre produzida dentro de um campo de relações de poder, havendo, portanto, uma política de alteridade que não se reduz a uma política da representação. Conforme Gupta e Ferguso (2000, p. 42) “o processo de produção da diferença cultural, ocorre em um espaço contínuo, conectado, atravessado por relações econômicas e políticas de desigualdade.

Os autores enfatizam que a localização física e o território físico, que durante muito tempo foi a única ‘grade’ sobre a qual a diferença cultural podia ser desenhada, precisa ser substituída por ‘grades múltiplas’ que nos permitam ver a representação do território, que variam consideravelmente graças a fatores como classe, gênero, raça e sexualidade, e estão disponíveis de forma diferenciada aos que se encontram em locais diferentes nos campos de poder (GUPTA; FERGUSO, 2000, p. 47).

Retomando a relação com a produção da escala e sua exploração esquemática, conforme demonstra Smith (2000, p. 143), “a produção e a reprodução contínuas da escala expressa tanto a disputa social quanto a geográfica para estabelecer fronteiras entre diferentes lugares, localizações e sítios de experiência”.

Dessa forma, o autor traz uma classificação de escalas espaciais descrevendo onde e de que maneira as relações étnico raciais acontecem, sendo elas: (i) no corpo; (ii) na casa; (iii) na comunidade; (iv) na escala regional ou território e (v) na escala nacional (nação) e global. Abaixo descrevemos o entendimento de Smith (2000) sobre essas escalas.

Para iniciar a análise, o autor ressalta a escala do corpo como o local físico primário da identidade pessoal e socialmente construído. O lugar do corpo marca a fronteira entre o eu e o outro, em um sentido tanto físico como social, e envolve a

construção de um “espaço pessoal”, além de um espaço fisiológico literalmente definido. De maneira que:

A dialética da identidade e da diferença é central à definição da escala, mas em nenhum lugar é mais importante do que com o corpo. Não apenas o gênero, mas outras formas de diferença social são construídas em torno da identidade do corpo, a mais óbvia é a raça, mas também a idade e a capacidade, como base putativa para a opressão social e para o “imperialismo cultural” (SMITH, 2000, p.145).

Na segunda escala, a casa, posta entre o corpo e a comunidade é uma norteadora, cujo tamanho, aparência externa e localização são, em larga medida, uma função da diferença de classe, mas “em algumas sociedades também, da diferença de raça (...) a falta de casa é uma perda dramática de poder sobre a maneira como a identidade é construída” (SMITH, 2000, p.147 e 148).

Concomitantemente, se o corpo é a fonte imediata da diferença corpórea na construção do racismo, logo, “é na escala da comunidade que o racismo está mais firmemente enraizada” (SMITH, 2000, p. 150). A comunidade é a escala apresentada pelo autor como o espaço adequadamente concebido como lugar da reprodução social. Está também relacionada ao bairro em que se vive. Contudo, as atividades envolvidas nessa reprodução são tão difusas que segundo Smith (2000, p. 149), a identidade e as fronteiras espaciais da comunidade são frequentemente distintas, mas a espacialização das lutas nessa escala é fundamental para a identidade social da comunidade. “Além de grupos de casas, a comunidade incorpora uma miríade de instituições sociais e culturais inter-relacionadas – educacionais, religiosas, recreativas, entrelaçadas com o Estado local” (SMITH, 2000, p. 149).

Importante salientar que as pessoas dos grupos com maior poder aquisitivo, constroem e vivem um tipo de comunidade muito diferente, “em geral com um alcance espacial muito mais amplo, raramente confinante com qualquer bairro espacialmente contínuo, e definida de modo mais difuso” (SMITH, 2000, p. 149).

Além dos lugares que estão ao redor das suas casas, as comunidades de classe alta podem incluir o local de uma casa de verão distantes dos espaços onde costumam passar a maior parte do tempo. Fator que demonstra como a ligação com o espaço atua de forma distinta com os diferentes grupos e pode atuar diretamente na forma de ver e lidar com o mundo. Não se tratando apenas do fato de que “os ricos expressam sua

liberdade com sua capacidade de superar o espaço, enquanto os pobres ficam mais provavelmente presos a ele: o acesso diferenciado ao espaço leva a diferenças de poder na construção da escala espacial da vida cotidiana, semanal, sazonal” (SMITH, 2000, p. 149).

A cidade ou o espaço urbano “representa a esfera diária do mercado de trabalho” (Ibidem, p. 149), envolvendo centralização dos recursos sociais e de capital dedicado à produção, ao consumo e à administração. A região, ou escala regional, está intimamente ligada aos ritmos mais amplos da economia nacional e global. A identidade regional é construída em torno dos tipos de trabalho desenvolvidos no local, por isso a divisão social do trabalho expressa-se de forma mais acentuada em termos espaciais na escala regional.

Destaque importante se dá na medida em que observa-se que a identidade regional tem seu foco na atividade produtiva, as lutas regionais são desproporcionalmente lutas de classe, evidenciando que as questões de gênero e raça estão intimamente entrelaçadas com a da classe. Acontece quando empresas deliberadamente situam suas instalações em lugares onde a força de trabalho feminina ou branca está à disposição, mas essas diferenças sociais, não são definidas na escala regional (SMITH, 2000, p.152).

Em relação a Nação, a autora compreende que embora represente uma divisão do mercado mundial, “a escala nacional é primariamente uma construção política, o lugar do poder estatal” (SMITH, 2000, p. 153). De forma que:

O estado-nação tornou-se a escala dominante do poder estatal com a emergência do capitalismo. A cidadania se refere a uma nação definida por seu território, em vez de por laços de parentesco, o que é simbolizado pela invenção comparativamente por passaportes, muros e postos de alfândega (Ibidem, p.153).

Outra parte do poder estatal diz respeito a sua atuação estar nas mãos de uma classe dominante minoritária, de homens, provavelmente de um determinado grupo racial, étnico ou religioso. Na medida em que esses interesses são sistematicamente incorporados ao tecido legal e ideológico do Estado, a exploração e a opressão baseadas em classe, raça, gênero e outras diferenças sociais são institucionalizadas nas estruturas nacionais de direitos civis e leis da propriedade (SMITH, 2000, p. 153).

Por fim, é justamente por ser o lugar de concentração e exercício do poder simbólico e por deter o monopólio para determinadas ações, que o Estado, produz e

dissemina os discursos e políticas de acordo com o seu interesse. A partir de sua concepção sobre o poder estatal, Smith (2000, p. 154) afirma que uma das principais atuações do Estado enquanto regulador do uso de espaço é que este “polícia as fronteiras das escalas espaciais mais baixas; em especial, o corpo, a casa, a comunidade, e os desafios do poder estatal emanam dessas e de outras fontes de opressão (inclusive ambiental), mesmo que não sejam claramente definidas”.

A abordagem sobre espaço, território, política e poder nas relações étnico raciais no Estado moderno, nos apresenta fontes para a discussão sobre o papel do Estado frente a desigualdade e sobre como esta, não é provocada apenas por fatores econômicos de distribuição de renda, mas traz em seu âmago fatores hegemônicos culturais e principalmente raciais, contidos nas diferentes escalas do espaço.

2.4 Os movimentos por justiça social e o racismo ambiental no Brasil

No que concerne ao racismo ambiental seria difícil defini-lo a partir de um conceito sobre o racismo propriamente dito. Mas para alcançarmos um entendimento razoável sobre o assunto buscou-se uma base teórica em diferentes disciplinas para se chegar a noção desenvolvida sobre o tema.

O tema, ora trazido da geografia para o desenvolvimento urbano, tem a responsabilidade de unir teorias de diversas áreas em torno de uma problemática da população, preocupando-se em estabelecer conexões no sentido de compreender as relações e os conflitos sobre espaço e poder que levam ao racismo ambiental, envolvendo Estado, território e espaço público, a fim de interpretar os mecanismos de poder que envolvem as questões que diferencia pessoas e lugares.

Trata-se na verdade de mais um modelo para interpretar as relações de poder. Em um breve histórico, o conceito de racismo ambiental surgiu no campo dos debates sobre justiça ambiental e diz respeito “às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas” (ASCERALD et al, 2009). Segundo Tânia Pacheco (2014, p. 04), “O racismo ambiental não se figura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem”. Como, por exemplo, a formação das favelas, a ausência de infraestrutura mínima de saneamento básico e acesso facilitado de transporte público e lazer.

Assim, chamamos a atenção para o fato de que o racismo ambiental não abrange apenas as comunidades tradicionais indígenas ou negras e quilombolas, mas também as moradias precárias, localizadas em áreas urbanas, nos morros e beiras de rios sem ou com o mínimo de infraestrutura, habitadas por pessoas pobres de etnia predominantemente negra, não sendo, contudo, uma tarefa das mais difíceis, perceber a olhos nus, a cor da pele das pessoas e comprovar a afirmação através de dados estatísticos.

O itinerário da exclusão sócio-econômica da população negra no Brasil é determinado pela sua condição étnico/racial associada ao escravo, sendo um indicativo de estigma social, inferioridade, segregação espacial e vulnerabilidade, portanto o racismo ambiental” (SOUSA, 2004, p. 133 e 134).

O conceito apresentado por Herculano (2006) está relacionado, aos conflitos urbanos e a remoção de famílias dessas localidades, buscando atender a um modelo de desenvolvimento dominante que prega que o modo de viver urbano e “branco” é o superior. Esse modo de viver utiliza a expropriação de terras que geralmente não dá aos moradores outra alternativa a não ser sair do seu lugar de origem. Seguindo a lógica da autora, no nosso caso, seria incorreto denominar esses locais como “comunidades negras”, devido à ausência de afirmação da identidade negra dos moradores, sendo, portanto, o mais apropriado denominá-las “vulneráveis”, conforme a afirmação da autora, o conceito pode ser estendido a retirantes e imigrantes que não conseguem espaço na cidade para uma moradia saudável.

As lógicas empresariais norteiam a gestão pública que acabam transformando as cidades em produtos de mercado. Não há preocupação com o bem estar social, tampouco com a qualidade de vida, respeito e valorização da história, cultura e geografia, culminando em fatores de segregação sociorraciais que envolvem a falta de políticas públicas e a discriminação. Dessa forma:

É nas áreas de maior privação socioeconômica e/ou habitadas por grupos sociais e étnicos sem acesso às esferas decisórias do Estado e do mercado que se concentram a falta de investimento em infraestrutura de saneamento, a ausência de políticas de controle dos depósitos de lixo tóxico, a moradia de risco, a desertificação, entre outros fatores, concorrendo para más condições ambientais de vida e trabalho (ACSERLALD et al., 2009, p. 08-09).

O termo *injustiça ambiental*, vem sendo usado para conceituar a imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais. Ao mesmo tempo em que espera-se que no futuro, seja visualizado um quadro diferente para superação desse estrutura, ora posta, a fim de ser alcançada a *justiça ambiental*, integrando as lutas ambientais e sociais. (ACSERALD, *et al.*, 2009, p. 09)

É nesse sentido, legitimados pelos poderes militares, judiciais e governamentais, que emergem as diversas facetas do racismo, entre eles o racismo ambiental, que surge a partir das práticas políticas que afetam diretamente as pessoas negras, pelas questões políticas e culturais, estruturadas pelos Estados, já anteriormente expostas.

É possível constatar que sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder recai desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos, seja no processo de extração dos recursos naturais, seja na disposição de resíduos no ambiente (ACSERALD *et al.*, 2009, p. 12).

Um dos principais fundamentos que indicam a existência do racismo ambiental no Brasil é justamente a perpetuação e a modernização dessa relação de dominação, que se manifesta, pela repressão e opressão. As formas de opressão se manifestam, pelo desenho geográfico que aloca discriminatoriamente população sob pretensa neutralidade, pelas formas sutis, naturalizadas, que afetam a população negra de forma extremamente violentas de discriminação cotidianas; pela vedação de acesso ao espaço urbano pela desigual distribuição, injustificada, da alocação de políticas públicas e obras de mobilidade urbana (...) A ótica do racismo ambiental se aplica ao Brasil não só pelo plano doméstico, mas também internacional, eis que o país ocupou historicamente espaços de subalternidade (ALMEIDA, 2016, p. 51 e 52).

Consequentemente, a questão ambiental costuma ser vista como de ordem meramente técnica, indiferente a qualquer discussão acerca dos fins pretendidos com a apropriação do meio ambiente na maneira que hoje conhecemos. Acserald *et al.* (2009, p.13) explica que com o advento do neoliberalismo em meados dos anos 90, tornou-se comum decisões tomadas “pelo mercado” se realizariam sempre com o máximo de economia de meios, sobretudo dos meios materiais do ambiente.

Os autores lembram que o esforço teórico de se compatibilizar a questão ambiental com o pensamento desenvolvimentista e economicista ocorre exatamente no período de consolidação do pensamento neoliberal em escala global (ACSERALD, *et*

al., p. 13, 2009). Fatores que levaram a questão ambiental a ser vista por uma ordem meramente técnica, apenas sobre os fins pretendidos, tendo em vista que as escolhas políticas neoliberais, não só negligenciam os interesses sociais, como proporcionam de forma direta “a concentração dos benefícios do desenvolvimento nas mãos de poucos, bem como a destinação desproporcional dos riscos ambientais para os mais pobres e para os grupos étnicos mais despossuídos” (ACSERALD, *et al.*, 2009, p. 15). Consequentemente, a política de meio ambiente continua a permanecer ausente na pauta de discussão dos governos e das grandes corporações.

Já a noção de Justiça ambiental formulada, representa o “tratamento justo e o desenvolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda, no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação de políticas, leis e regulações ambientais” (BULLARD, 1994 apud ACSERALD *et al.*, 2009, p. 16). Assim, por tratamento justo entenda-se:

Que nenhum grupo de pessoas, sobretudo os grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas, resultantes da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais ou municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas. (Ibidem, 2009, p.16)

A noção de justiça ambiental implica, pois

no direito a um ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas sociais, políticas, estéticas e econômicas. (...) condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades. (...) o direito dos moradores de estarem livres, em suas casas, dos perigos ambientais provenientes das ações físico-químicas das atividades produtivas. (ACSERALD, *et al.*, p. 17, 2009).

Por consequência das intervenções do mercado e da indústria na estrutura social e da omissão do Estado sobre a fiscalização, os impactos dos acidentes ambientais ficam desigualmente distribuídos por raça e por renda. Segundo Acserald *et al.*, (2009, p. 17) “áreas de concentração de minorias raciais têm uma probabilidade desproporcionalmente maior de sofrer com riscos e acidentes ambientais”. Estes estudos

também demonstram que há uma atuação do Estado que concorre para a aplicação desigual das leis ambientais. De forma que, por razões históricas e políticas, pessoas negras com menos poder econômico e social, estão mais propícias ao descaso estatal. Conforme demonstra Acseirad *et al.* (2009):

A pesquisa realizada sobre despejos de lixo tóxico em determinadas áreas revelou o fator raça mais fortemente relacionado com a distribuição dos rejeitos perigosos que o próprio fator baixa renda. Implicando que o racismo ambiental seria a “imposição desproporcional – intencional ou não – de rejeitos perigosos às comunidades de cor”. Acseirad *et al.* (2009, p. 17).

Implica dizer que o problema não se resume à pobreza. Em diversos países do mundo, graças ao tráfico negreiro e a diáspora africana na idade moderna, pessoas negras sofrem com a desigualdade causada pelo racismo. O autor reforça que a disposição do mercado para as práticas discriminatórias das agências governamentais concorria de forma articulada para a produção e reprodução das desigualdades ambientais. De forma que a viabilização da atribuição desigual dos riscos se encontra na relativa fraqueza política dos grupos sociais residentes nas áreas de destino das instalações perigosas, comunidades ditas “carentes de conhecimento”, “sem preocupações ambientais” ou fáceis de manejar” (ACSEIRALD, *et al.*, 2009, p. 22).

Ou seja, as comunidades com pouca orientação educacional são as mais afetadas por não possuírem força política para lutar por seus direitos, necessitando apoio institucionalizado para se organizar politicamente, mas mesmo diante desse apoio, o mercado consegue ter domínio sobre a gestão pública, fazendo com que tais populações desfrutem cada vez menos dos seus direitos.

Foi a partir de 1987, nos Estados Unidos, que as organizações política de base e os pesquisadores começaram a discutir a relação entre raça, pobreza e poluição, interligando os problemas ambientais à desigualdade social, questionando-se sobre falta de maior participação das comunidades afetadas nos espaços de participação popular e controle social (ACSEIRALD, *et al.*, 2009, p 22).

O alto índice de desigualdade social impera ao ponto de se dividir os níveis de pobreza dentro de um mesmo grupo econômico. Acseirald *et al.* (2009, p. 48) ao relatar sobre a pobreza nas periferias afirma que os moradores desses locais onde há ausência de infraestrutura mínima supera outros locais mais pobres. Locais onde os salários são mais baixos e onde encontram-se parcelas significativas da população brasileira.

Assim, o termo hiperperiferia, cunhado por sociólogos ao longo do estudo sobre a exclusão urbana, descreve a condição social em que se encontram famílias que habitam espaços periféricos, cruzando dados referentes a riscos ambientais e as más condições socioeconômicas em contextos intraurbanos.

A hiperperiferia pode ser caracterizada, de modo preliminar como sendo constituída por aquelas áreas e periferia que, ao lado das características mais típicas destes locais (pior acesso a infra-estrutura, menor renda da população, maiores percursos para o trabalho etc.), apresentam condições adicionais de exclusão urbana. (ACSERALD, *et al.*, 2009, p 48).

As hiperperiferias, são periferias dentro das periferias e segundo o autor, foram as áreas que mais cresceram demograficamente nos últimos anos e consequentemente as com menos acesso aos serviços sociais. Contudo, conforme os dados sobre os riscos ambientais e o acesso aos serviços a que estão expostos estes grupos costumam ficar encobertos pelas médias alcançadas pelo território em que está localizado, no que diz respeito a renda e acesso aos serviços. Dessa forma, as informações referentes aos grupos menos favorecidos, não explicitam sua posição de desvantagem em relação ao demais.

Em outros termos, o racismo ambiental, seria a imposição de riscos ambientais suplementares a grupos sociais de menor renda, incentivada institucionalmente por razões econômicas, desfavorecendo as condições de infraestrutura urbana ao tempo que favorece a má condição ambiental nos domicílios. (ACSERALD *et al.*, 2009), por esta razão é visto como uma forma de racismo institucional, que por sua vez reflete uma ideologia complexa, que perpassa os espaços sociais, refletindo principalmente no mundo do trabalho, impedindo ou dificultando a representatividade dos grupos raciais nos espaços de poder em detrimento à raça dominante.

Existem ainda mais duas outras categorias que alimentam o racismo institucional, o racismo social e o civilizacional. O primeiro é mais amplo, predominando hábitos, expectativas e premissas culturais, cuja a assimilação das ideias dá-se através da mídia, de práticas jurídicas ou práticas e programas governamentais que incorporadas ao imaginário social, passam a compor o senso comum. Já o segundo “emerge do nível cultural em que residem e se formam pressupostos do pensamento social (...) o mais nuclear da cultura de determinado povo, que influenciam sua compreensão do mundo e a forma como ele é apreendido” (ALMEIDA, 2016, p. 16).

No Brasil, o racismo institucional tem sua origem no período colonial, quando a população negra, vítima do modo de produção escravista foi privada de todos os direitos próprios de qualquer pessoa e após a abolição da escravatura teve acesso limitado espaços institucionais bem como a determinados espaços das cidades e quase a mesma privação de direitos anteriores.

Dessa forma, entre as contradições e os antagonismos que permeiam as sociedades estão os conflitos raciais. De modo que a exclusão do acesso a vida social atingiu de forma violenta a população negra no que tange o mundo do trabalho. Essas diferenças são refletidas nos seios das instituições que acabam materializando as determinações formais da vida social, pois carregam em seu cerne lutas de indivíduos e grupos historicamente desprovidos de direitos.

Almeida (2018) ao discorrer sobre o racismo institucional explica que o racismo não se limita aos comportamentos individuais, as dinâmicas das instituições atuam em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça.

Este caráter institucional do racismo acaba impossibilitando a efetivação da igualdade racial nas instâncias dos espaços decisórios, onde as hierarquias raciais são culturalmente aceitas como normais, graças ao mito da democracia racial. Almeida (2018, p. 34-35) afirma que o racismo é um dos modos pelo qual o Estado e as demais instituições estendem o seu poder a toda a sociedade, sendo fundamentais para a consolidação da supremacia de um determinado grupo racial. Como enfatizou Marilena Chauí (2000):

As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. CHAUI (2000, p.89).

A ocupação dos espaços e do mercado foi gerada através de relações de poder, impostas pelo racismo ambiental às pessoas negras e outras minorias étnicas, articulados por processos políticos racistas, institucionalizados anteriormente descritos.

Na cidade do Recife, os bairros populares habitados, predominantemente, pela população de baixa renda são em geral, carentes de espaços públicos de lazer. Bairros como Mangueira, Afogados, Linha do Tiro, Beberibe, são desprovidos de equipamentos

públicos de lazer que atendam suas comunidades. No bairro da Mustardinha, localizado no subúrbio da zona Oeste, por exemplo, há apenas uma praça, que comporta o projeto de uma academia popular de ginástica, financiada pelo Governo federal e mantida pela Prefeitura da cidade. A academia conta com uma quadra poliesportiva e uma pista de *cooper* (que beira um canal, quase sem nenhuma proteção) e um professor de educação física que oferece aulas de ginástica duas vezes por semana. Mas esse é um projeto financiado pela Secretaria de Saúde, visando apenas aulas de ginástica.

Nesse sentido, Gomes (2013, p. 07) afirma que “muitas vezes os lugares que dispõem de praças ou parques, não possuem infraestrutura e vegetação e que não permitem seus usos efetivos para contemplação ou prática de atividades físicas”. Observa-se então, que a estruturação do espaço ressalta a os mecanismos de interação social, demonstrada a partir do território e do poder político e econômico do grupo social que o ocupa, naturalizando o descaso, quanto a posição de inferioridade imposta à população negra.

Em um estudo realizado no Rio de Janeiro por Brandão (2003), observa-se que há um contínuo de exclusão espacial por raça. Segundo o autor:

O percentual de afro-descendentes na população vai crescendo quando nos afastamos do núcleo da metrópole e chegamos aos municípios periféricos; aumenta ainda mais quando chegamos aos bairros mais pobres e afastados destes municípios, e ainda cresce quando observamos as áreas mais destituídas de infraestrutura urbana dentro destes bairros pobres. (Brandão, 2003, p.07).

A partir da experiência dos EUA nas políticas de habitação e moradia, Marcuse (2004) afirma que a formação dos guetos negros foi imposta de fora para dentro, ou seja, realizada por: ordenações de zoneamento; limitações de lotes, respaldo jurídico e apoio dos tribunais para os contratos restritivos. Além disso, houve planejamento urbano e localização das residências pré-definidos, com moradias construídas na base da segregação (MARCUSE, 2004, p. 28).

Durante muitos anos a população negra no Brasil ficou à margem da sociedade, sendo proibida de frequentar escolas e igrejas, e de expressar sua cultura e religiosidade, sendo obrigada a construir seus espaços próprios para o desenvolvimento de suas atividades culturais, religiosas e de lazer ainda sob o olhar violento e repressor do Estado e pouco se discute sobre os espaços de lazer direcionados a essa população e de como ela ocupa os espaços de decisão.

De maneira que o racismo ambiental é também identificado nos processos de gentrificação¹¹, cujas especificidades são demonstradas por Rolnik (1989):

O desprezo pelo espaço público se confunde com o desprezo por pessoas e comunidades, criando espaços privilegiados e restringindo o seu acesso. Há enobrecimento de uma determinada região da cidade, “marcada pela valorização imobiliária, atração da população residente e usuária, atração da população residente e usuária de maior renda e expulsão da população e atividades de baixa renda”. ROLNIK, 1989, p.51).

Promovido pela posição social de inferioridade da população negra como também no processo de institucionalização da discriminação, o racismo ambiental existe na medida em que as condições determinantes de acesso à terra não viabilizaram obstáculos criados com fundamento étnico-racial. A relação é institucionalizada, naturalizada e perpetuada, vez que a segregação já estabelecida implica também o acesso diferenciado a recursos escassos e necessários para que seja possível adquirir oportunidades que permitam a ascensão social (ALMEIDA, 2016, p. 69).

Para melhoria as condições de qualidade de vida, é mister a promoção de condições eficientes de gestão urbano-ambiental que também sejam comprometidas com consolidação da democracia com a efetivação da justiça social e com a erradicação da pobreza urbana, que se constitui enquanto um dos maiores desafios sociais nos dias atuais. (FERNANDES, 2002, p. 243)

Relevante se faz destacar o combate ao racismo ambiental no Brasil. De acordo com Rolnik (1989, p. 05), a partir dos movimentos negros como a Frente Negra Brasileira defendia a reorganização dos territórios negros como forma de combater a desigualdade racial, para isso, comprou terrenos em loteamentos na periferia com a finalidade de formar bairros negros estruturados.

Os debates sobre moradia, emprego e distribuição de renda passam a compor a agenda das discussões sobre justiça e injustiça ambiental e no ano de 2001 é criada a Rede de Brasileira de Justiça Ambiental, cujos princípios e práticas são os seguintes:

a - asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências

¹¹ “Gentrificação – do termo inglês “gentrification”, designa um processo de enobrecimento de um determinado território da cidade, marcado pela valorização imobiliária, atração da população residente e usuária de maior renda e expulsão da população e atividades de baixa renda”.(ROLNIK, 1989, p, 17).

ambientais negativas de operações econômicas, de decisões políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;

b - asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;

c - asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;

d - favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso. (ACSELRAD, 2009, p.13-20)

Dessa forma, compreende-se o importante papel do debate sobre as condições políticas e jurídicas da gestão ambiental urbana e que desaguam sobre o racismo ambiental. A questão, pouco discutida no âmbito do direito e do urbanismo, precisa ser explorada a fim de que é que as diferenças de cor deixem se exercer influência sobre os desejos humanos, pois sendo um operador de divisões, tem o forte poder de limitar tanto o acesso quanto a permanência das pessoas nos espaços.

Como vimos nesta parte, a noção de raça funciona como um dispositivo que opera separações numa ordem biopolítica, sendo dirigida essencialmente para o exercício do direito de matar pelo Estado.

Destacando-se as categorias operacionais centrais como raça, racismo, democracia racial e espaço público, observou-se a existência da segregação urbana, que limita as pessoas do acesso aos direitos de garantias fundamentais, inerentes à boa qualidade de vida.

No debate sobre raça e racismo, demonstrou-se que no Brasil, diferente dos EUA, a injustiça ambiental operada por estes mecanismos recai como uma forma de racismo étnico contra o povo negro, velado durante muito tempo, pelo mito da democracia racial.

Assim, o mito da democracia racial, negava cidadania ao povo negro, ao tempo que difundia a existência de relações étnicas harmoniosas no país, o que ensejou as lutas por justiça ambiental nas comunidades afetadas pelas ações violentas do Estado.

No Brasil, o racismo ambiental, está ligado a qualidade de vida dos moradores de assentamentos precários e comunidades vulneráveis pela falta de acesso aos direitos e

garantias fundamentais como água, energia elétrica, saúde e educação. Contudo o lazer como direito social, compõe o rol das garantias fundamentais que o Estado deve ofertar a sua população. Assim, será demonstrada a forma como esse direito é restrito apenas à alguns grupos sociais promovendo a prática do racismo ambiental nos espaços públicos de lazer como os parques.

3 O PARQUE COMO EXPRESSÃO DO DIREITO SOCIAL AO LAZER NO ESPAÇO PÚBLICO

Partindo da compreensão conceitual do lazer, segundo a literatura consultada, este capítulo apresenta uma breve explanação sobre a concepção de lazer na história, a partir das vivências cotidianas dos diferentes grupos sociais sua afirmação como um direito social, relacionando-o aos parques públicos como uma concretização efetiva desse direito.

Para demonstrar que é possível aproveitar o espaço público de maneira democrática, o texto apresenta exemplos de políticas públicas eficientes de esporte e lazer, implementadas pelo governo municipal, que atendiam sobretudo as áreas periféricas da cidade, descentralizando o acesso ao lazer e funcionando de forma positiva na educação para o tempo livre. Mas que foram substituídas por políticas centralizadas que não atendem a necessidade de inclusão social de forma eficiente.

Neste capítulo também observa-se como a implementação dos parques perderam o verdadeiro objetivo de socialização e bem estar coletivo, para se tornar objeto de especulação imobiliária, impactando principalmente nas camadas mais pobres da população.

A abordagem pretende analisar como estas ações impactam nas comunidades pobres, onde a maioria dos moradores é negra, verificando os impactos de cunho étnico raciais e como ele se configura no meio ambiente e no espaço público, através dos parques.

3.1 O lazer no espaço público: histórico da afirmação de um direito

A conquista do lazer foi fruto de militância e negociação entre os trabalhadores e o Estado. No século XIX Marx e Engels defenderam o tempo livre e foram fonte de inspiração em diversos países, até que em 1943, no Brasil a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) oficializou esse direito de forma a garantir o tempo livre, antes mesmo que a Constituição Federal o fizesse.

O lazer é um assunto de interesse coletivo tão amplo e necessário, que qualquer questionamento sobre o seu conceito ou de como ele é aproveitado na vida pessoal gera reflexões e debates, que podem se estender por longas horas, pois concentra-se no interesse sobre a qualidade de vida das pessoas.

De acordo com a literatura consultada, os principais conceitos foram primeiramente elaborados pela sociologia, que o definiu como “o tempo ocupado em atividades que não revertem em benefício econômicos, as quais são necessárias à vida por suas exigências biológicas, psicológicas e sociais” (GAELZER, 1979, p.44).

Não, obstante, as definições de lazer variam através dos tempos nas diversas culturas. Como crítica ao atual sistema de Lazer imposto pela sociedade capitalista que nos oferece uma proposta padronizada, o significado do Lazer na sociedade contemporânea, ou melhor, nas sociedades ocidentais, principalmente na América latina, por sua história de dependência e dominação pode ser considerado “um conjunto de atividades majoritariamente manipuladas pelos meios multinacionais do entretenimento midiático” (WAICHMAN, 2007, p.94).

Todavia, apesar desta ideia se adequar aos dias atuais, deve-se considerar outros aspectos do Lazer e rever os caminhos que adentram a esfera do tema. Para Gaelzer (1979), o ideal seria uma concepção universalista do lazer, que levasse em conta as diferenças ideológicas, políticas, culturais, econômicas e sociais. Mas seria preciso cautela, considerando-se que no momento que a concepção de lazer tiver que tomar um sentido padronizado no contexto internacional, “perderá características originais e próprias daquelas diferenças, e deixará de manifestar a expressão autêntica de cada povo, de cada comunidade e de cada grupo social” (GAELZER, 1979, p.44-45).

Em particular, a racialização das relações de trabalho fez do lazer um privilégio de grupos sociais mais abastados, com maior poder político e econômico, sobretudo pelo fato de que só era possível desfrutá-lo no caso de ampla disponibilidade de tempo livre¹².

Por ocasião, o lazer passou a ser relacionado ao tempo, “resultado da Organização Social do Trabalho, da revolução tecnológica e do progresso científico” (GAELZER, 1979, p.46).

Logo, para diferenciar tempo “livre” ou “liberado” de tempo desocupado, Dumazedier explica que, “o lazer não é ociosidade, não suprime o trabalho, pelo contrário, o pressupõe” (DUMAZEDIER, 1970, p.67).

¹² Em relação ao tempo livre, cabe salientar tratar-se de uma das particularidades do lazer, constituindo-se em “um resíduo quantitativo e temporal composto pelo resto, não relevante daquilo que a sociedade entende como prioritário; sobre esta temporalidade residual se constituiria o lazer. Contudo, o lazer também pode ser definido como oportunidade, oportunidade de liberdade de se permitir escolhas. “O valor do tempo livre vai depender do uso que lhe for atribuído” (GAIZER, 1979, p.48).

Para o autor, os fatos geradores do tempo livre são decorrentes do “progresso da produtividade” em face da organização das forças produtivas do capitalismo e da necessidade de expandir o consumo às massas em benefício da própria produção. Dessa maneira, o lazer não tem fundamento apenas no ócio do trabalho, mas em suas funções renovadoras das funções nervosas e físicas e nos dá a seguinte definição sobre as funções do lazer:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se e livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1979 apud NIEMEYER, 2002, p.43).

Nesse sentido, afirma Beatriz Chemin (2007, p.48) “numa época de globalização como se vive, é possível analisar o Lazer sob dois pontos: a) aumento do tempo livre e b) a triste falta de possibilidade de desfrutar desse tempo livre como lazer (...)”. Assim o lazer, não ocorre por falta de estrutura, de organização, mas pela falta de dinheiro, de tempo, de poder prever o tempo e o lugar a serem à ele dedicados (CHEMIN, 2007).

Assim, ao relacionar o processo histórico à questão, destaca-se que durante muito tempo o lazer foi privilégio da nobreza, sendo relacionado como símbolo de classe social, chegando a ser classificado como “uma forma de vida das classes privilegiadas” (VEBLEN, 1918, apud GAELZER, 1979, p.45).

No período pré-clássico a mão de obra escrava proporciona numerosas horas de folga, que eram utilizadas principalmente para as lutas, as práticas esportivas e musicais. Apreciava-se também a dança, a música e teatro educativo; durante a Antiguidade clássica, as atividades de lazer eram os passeios nos bosques, natação, caçadas, festivais de arte e debates filosóficos em praças públicas (MEDEIROS, 1975).

Nesta forma de organização social, a praça, ou o espaço público transformava-se num espaço para a propagação e discussão de ideias e para o exercício da cidadania (LEITÃO, 2014).

Já na Idade Média, período dominado pelas relações feudais e dividido basicamente entre os que lutavam (os nobres), os que rezavam (o clero) e aqueles que

trabalhavam (os servos), onde as possibilidades de lazer dependiam do grupo social de pertencimento. A nobreza desfrutava o Lazer através dos jogos e das práticas de esportes como dados, hipismo, tiro ao alvo, arco e flecha, além das poesias épicas e trovas poéticas dos cavaleiros, e das feiras populares, “sendo posteriormente incorporados a essa relação os jogos de bola (futebol e tênis), estes somente levados para fora da Inglaterra até a segunda metade do século XIX, impondo um padrão de lazer de alcance mundial” (NIEMEYER, 2002, p 33).

Os sacerdotes por sua vez, preocupavam-se em ordenar as igrejas com pinturas cada vez mais realistas de virgens e santos para impressionar os fiéis. Aos que trabalhavam, restava apenas atender à vontade de seu superior, pois não lhe era liberado o ócio para o desenvolvimento de práticas de atividades lúdicas proporcionadas pelo lazer (MEDEIROS, 1975).

Os chamados “passatempos” ingleses serão produto dessa relação de “civilidade” codificada por essa sociedade.

A disputa esportiva encontra-se, desta maneira, identificada em sua gênese como uma forma de “pacificação” fundiária entre senhores de terras, permitindo o extravasamento de tensões sociais, facilitada por uma estrutura sociopolítica existente a encorajar novas formas de associação e solidariedade entre iguais. O nível desta violência, ao atingir um padrão socialmente permitido passará a atrair a afluência de espectadores passivos, que fomentarão as disputas, cujo gosto se difundirá inicialmente entre as elites até sua popularização junto às classes médias e populares a partir da segunda metade do século XIX. (...) Assim começa a cultura do Lazer, consolidada nas novas teorias que surgiram na Europa desde o final dos oitocentos (NIEMEYER, 2002, p.31).

Com a chegada da Idade Moderna e do desenvolvimento científico, veio também a Revolução industrial. O costume da exploração da mão de obra permaneceu, obrigando os operários às longas jornadas de trabalho nas indústrias. Contudo, organizados e fortalecidos por seus movimentos, os trabalhadores foram aos poucos conseguindo reduzir a árdua carga horária no sentido de garantir um maior tempo de descanso entre suas jornadas (CHEMIM, 2007).

Entre o final do século XIX e início do século XX, o cenário europeu nas cidades era de uma urbanização acelerada como consequência de um processo industrial e da ocupação da classe operária nos centros urbanos. Essa classe mesmo após a conquista do tempo de descanso extra jornada, ainda não tinha consciência sobre o

direito ao Lazer, até então visto como inapropriado aos grupos subalternos (NIEMEYER, 2002)

Na Europa, só após a Revolução Industrial por volta em 1865 os movimentos trabalhistas conseguem reduzir a árdua carga de trabalho no sentido de garantir um maior tempo de descanso entre as jornadas. Momento em que também surgem os movimentos em torno do direito ao Lazer, algo então inapropriado para uma sociedade regida pela valoração do trabalho e do espaço produtivo. Marca da exclusão social ofertada pela nobreza e logo depois pela burguesia, o Lazer torna-se uma prerrogativa de classe vista como privilégio de alguns grupos economicamente mais favorecidos (NIEMEYER, 2002).

No Brasil as práticas de lazer apresentam-se mais consolidadas após a chegada da família real em 1808, quando as vivências se tornaram mais urbanas. Medeiros (1975), parte do cotidiano vivenciado pela população da época, descrevendo as práticas de Lazer das três raças, mas enfatizando a tradição portuguesa em detrimento às manifestações culturais negras e indígenas, talvez pelas referências da autora ou simplesmente pela própria ausência delas. Ao tempo que ressalta que o privilégio de desfrutar dos espaços públicos era apenas das elites ou seja dos brancos, diferente do restante da população, sobretudo da população negra, possuía liberdade de desfrutar dos espaços públicos sem a mesma repressão reservada aos pretos (MEDEIROS, 1975).

A autora relata que a elite agrária no Brasil formada pelos portugueses, possuidores de grandes propriedades de terra viviam praticamente em um regime feudal, geralmente isolados em suas fazendas, e reféns da ignorância peculiar pela presença de uma educação limitada, cujas missas dominicais e festas organizadas pela Igreja, eram os únicos momentos de socialização com os demais, chegando a resistir ao processo de urbanização, conforme destaca a autora: “a própria estrutura dominante, de grandes fazendas autossuficientes, que produziam os seus gêneros alimentícios e tinham o seu artesanato, mandando os senhores buscar no exterior os artigos de luxo, opunha-se ao desenvolvimento urbano” (MEDEIROS, 1975, p, 25).

Tendo em vista a forte influência europeia, as diversões durante grande parte da vida no Brasil colonial e pós-colonial mais populares eram em sua maioria celebrações católicas, com características solenes e profanas, mas ocorrendo sempre sobre o “olhar do divino”, justificava os pecados cometidos e as festas com procissões celebravam os dias dos santos católicos, dia de reis e Corpus Christi (MEDEIROS, 1975, p.15).

Por outro lado, tão forte quanto a influência europeia, foram as tradições musicais africanas, que conseguiram se manter diante de todas as dificuldades e preconceitos, reprimida pela sociedade patriarcal e escravocrata da época. Os trabalhadores escravizados possuíam pouca oportunidade de diversão, mas como não trabalhavam aos domingos, aproveitavam o sábado à noite nas senzalas para diversão e celebração, quando permitido pelos senhores, que costumavam discriminar as manifestações culturais indígenas e africanas.

É necessário, porém compreender que as diferenças geram desigualdades e ir além do reconhecimento da diversidade “a cultura só emerge como uma problemática, no ponto em que há uma perda de significado na contestação e na articulação da vida cotidiana entre os diferentes grupos sociais, raças e nações” (BHABHA, 2000, p.25).

Como os principais passatempos da elite, majoritariamente formada por brancos, eram procissões e festas religiosas católicas, para os mais recatados e teatro, bailes, recitais de poesia e cassinos, para os mais ousados, sendo intensa a vida social nesse período (SILVA, 1988). Já a população negra, no pouco tempo que lhe era reservado ao descanso, organizavam danças, rituais religiosos e capoeira. Práticas pouco permitidas, mas toleradas pelos proprietários, e que se perpetuaram até os nossos dias, mas ainda vista com discriminação por parte da sociedade, mesmo tendo seu espaço consolidado na cultura brasileira.

De forma, que a cultura foi o verdadeiro cavalo de Tróia da população negra no Brasil, sendo através dela a conquista de espaço e reconhecimento social, por meio de danças e ritmos que se perpetuaram até os nossos dias, acometida de grande resistência face ao preconceito e a repressão.

Em um país que se formou em um sistema patriarcal e escravocrata, logo o tratamento considerado nas diferenças raciais eram legitimadas pelo Estado. O que implica dizer que o sistema apresentou-se em desfavor do desenvolvimento sócio econômico e cultural de uma determinada população, limitando o acesso aos direitos e garantias fundamentais determinantes para o exercício da cidadania e redução das desigualdades. Sales Júnior (2009, p.33) aponta o racismo como um dos fatores primordiais na naturalização dessa desigualdade, persistente até os nossos dias.

As congadas e os maracatus que realizavam cortejos e coroavam os reis negros nas igrejas acompanhados de música e dança, por exemplo, chegaram a ser proibidas de serem realizadas dentro das igrejas, passando a acontecer do lado de fora com as portas

fechadas. Durante a década de 1920 os grupos eram proibidos de se manifestarem nas ruas, sem a devida autorização policial. Os conflitos e as rivalidades que eclodiam nos momentos de diversão dos segmentos populares, nos jogos, pastoris eram o motivo da repressão policial, mas também uma forma de arrecadação financeira (COUCEIRO, 2003).

Esta breve revisão da história apoia-se na noção de diferença cultural, não na de diversidade cultural.

A **diversidade cultural** é um objeto epistemológico – a cultura como objeto do conhecimento empírico – ao passo que a **diferença cultural** é o processo de enunciação da cultura como conhecível, legítimo adequado à construção de sistemas de identificação cultural. Se a **diversidade** é uma categoria da ética, estética e etnologia comparativas, a **diferença cultural** é um processo de significação através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. A **diversidade cultural** é o reconhecimento de “conteúdos” e costumes culturais previamente dados, mantida em um enquadramento temporal relativista ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou da cultura da humanidade. A **diversidade cultural** é também a representação de uma retórica radical da separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade e seus locais históricos, protegidos na utopia de uma memória de uma identidade coletiva única (BHABHA, 2000, p, 25).

Com a abolição da escravidão em 1888 e a chegada dos imigrantes, novas formas de lazer foram sendo incorporadas ao cotidiano brasileiro. A mudança foi notória principalmente nas cidades, onde foram construídos clubes e associações para práticas esportivas como natação, equitação, remo, futebol, boliche e etc. O regime republicano estimulou o crescimento das sociedades recreativas que passaram a oferecer novas atividades. Assim, o lazer tornou-se um fenômeno de massa, deixando de ser produto secundário do trabalho para ocupar posição importante na vida dos trabalhadores. Foi figurando-se para o poder público a responsabilidade de promover o uso adequado da folga, que começou a merecer mais atenção no planejamento urbano (MEDEIROS, 1975).

Com o tempo o lazer foi perdendo gradativamente a qualificação de um privilégio apenas de grupos de alto poder econômico. A medida que esse direito foi sendo conquistado pelos trabalhadores os espaços de Lazer foram reforçando seu

aspecto “interclasses”, passando a incluir membros de diferentes grupos sociais, inclusive moradores de regiões periféricas.

Niemeyer (2002), descreve o importante processo ocorrido na sociedade urbano industrial dos Estados Unidos, a partir do ano de 1870, quando as demandas do lazer surgiram da percepção da necessidade de melhoria do aspecto insalubre da cidade provocado pela industrialização. O autor demonstra como o Lazer passa de uma prerrogativa de classe a “um fenômeno de massa”, deixando de ser privilégio de alguns grupos mais favorecidos economicamente.

Nessa lógica, ampliar a dimensão do lazer aos grupos populares contribuiu para a “politização do tempo livre”, ou seja, o uso consciente do tempo livre pelo trabalhador, que passou a questionar as condições de vida urbana e as atuais relações de trabalho. Mesmo assim:

A inquietude dos reformadores sociais à época, levará a sérias indagações acerca dos usos desse tempo livre pela classe trabalhadora e os receios de uma suposta degradação de personalidade, cujos efeitos seriam contrários aos interesses do capital. Num primeiro momento tal desconfiança desencadeará um rígido controle social por parte das instituições como a igreja a polícia e a justiça que imporão uma vigília permanente aos usos desse tempo livre numa tentativa de circunscreve-lo aos limites da lei e da moralidade (NIEMEYER, 2002, p.38).

A cidade do século XIX já era vítima de fortes interesses especulativos do capital, que durante este processo visavam somente favorecer o caráter “utilitário” do investimento e os interesses particulares da classe dominante, em detrimento aos interesses coletivos ou valor social. Nesse contexto segregador, “a falta de espaços de Lazer e recreação sequer era percebida ou sentida” (NIEMEYER, 2002, p.39).

Conforme o autor, diante da necessidade de sanar um quadro social desorganizado e doente, com um grande número de pessoas apresentando sintomas de fadiga e doenças relacionadas ao excesso de trabalho, consequência de um uma cobrança pelo aumento da produtividade industrial na cidade, o urbanismo, tenta oferecer novas formas de organização social, como a valorização da qualidade de vida e do bem estar através da natureza, através da construção de espaços verdes livres e parques.

Nesse contexto também é explorado o quanto a higiene social integrou-se ao urbanismo, fomentando a ideia dos parques públicos como instrumento de apoio a melhoria da qualidade de vida dos grupos subalternos e da necessidade do início de uma ideia de moradia mais saudável, com áreas verdes como opção de fuga ao processo de urbanização descontrolada e sem planejamento para os que tinham condições financeiras de sair do centro em busca de espaços menos insalubres. “O recôndito desejo de ‘fugir’ da realidade retomando as origens rurais e tradicionais começa a palpitar no inconsciente da população, exigindo um escape às tensões reprimidas” (NIEMEYER, 2002, p.28).

A partir da conquista do aumento do tempo livre, que inicia em meados de 1850 e culmina em 1970 com em “Carta do Lazer”, promulgada em Genebra pela Associação Internacional do Lazer, há uma disseminação das novas maneiras de ocupar os espaços. As tensões da vida numa sociedade de acelerada competitividade, mudanças e o rápido desenvolvimento urbano das últimas décadas aguçaram os responsáveis pelo bem estar da coletividade a consciência em relação a importância do lazer. Legisladores e administradores foram reconhecendo a importância o tempo livre e ampliando, conseqüentemente, as acomodações públicas para a vivência do lazer prática, como estádios, ginásios, parques, praças, auditórios, bibliotecas, balneários, mirantes e etc. (MEDEIROS, 1975, p. 54).

De acordo com a autora, a política de massificação do lazer teve como objetivos a auto realização pessoal, ajustamento social, maior eficiência no trabalho e prevenção a delinquência juvenil e adulta, evolução cultural, maior estabilidade da comunidade e cidadania melhorada.

A abordagem do contexto histórico sobre o papel do lazer desde a sua origem, foi imprescindível para situarmos o leitor na conjuntura social em que o lazer está inserido em nossa sociedade e de como seu uso apesar de na teoria ser uma condição consagrada a todos é limitado apenas a alguns grupos. Todavia, conforme demonstrado, na prática existiram limitações de acesso para determinadas grupos sociais, sobretudo, no que diz respeito a cor da pele.

Porém deve-se lembrar que “a matriz ideológica da criação dos parques possui concepções eugênicas e higienizadoras. A instalação dos parques infantis em São Paulo tinha intensão de atender a comunidade local dos bairros operários (NIEMEYER, 2002, p.31).

Nesse momento os parques surgem com a responsabilidade de contribuir para o bem-estar, necessário das pessoas e como espaço de socialização e lazer.

3.2 Parques públicos no Recife: instrumentos de lazer para valorização do solo urbano

Os parques como lugares privilegiados e instrumentos de lazer que educam e civilizam a cidade porque, libertos da pressão da vida urbana, do estresse do trabalho, são um lugar de descanso e relaxamento e funcionam como fonte regeneradora do equilíbrio emocional (SÁ CARNEIRO, 2010, p.53).

Os passeios públicos foram os primeiros espaços livres públicos criados no Brasil, em meados de 1780. Contudo eram espaços destinados ao lazer das elites. Já na cidade do Recife o primeiro passeio público foi criado em 1879, onde hoje está localizada a Praça Dezesete, no bairro de Santo Antônio, quase cem anos depois (SÁ CARNEIRO, 2010).

Na década de 20, foi implementado o Parque do Derby, hoje Praça do Derby, mas o primeiro parque público com oferta de atividades mais diversificadas, criado na cidade do Recife, foi o 13 de Maio, situado na região central da cidade e inaugurado em 1939. Fundamentos ecológicos foram incorporados para sua concretização pela elite intelectual da época, formada entre outros, por sociólogos, engenheiros, arquitetos, médicos (SÁ CARNEIRO, 2010).

De acordo com a autora a implementação de novos parques foi alvo de polêmica na cidade. No ano de 1970 o Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Recife (PDLI) constatou a carência de espaços livres para a prática de esportes, mas identificou grande potencial para construção de parques na cidade. Entre aos registros de espaços para lazer, o Plano identificou: três campos de futebol criados pelas comunidades, no bairro da Jaqueira, no Alto da Conceição e em Boa viagem, além de três espaços com área verde suficiente para as atividades contemplativas. A saber, a Praça da República, a Praça do Derby e o Parque 13 de Maio (SÁ CARNEIRO, 2010).

Cabe neste momento, salientar que destes três espaços, onde existiam campos de futebol, dois foram transformados em Parques, os localizados nos bairros mais nobres da cidade, Jaqueira e Boa viagem. A autora não comenta sobre o campo do Alto Conceição, o único local habitado por moradores de baixa renda.

Todavia, a maioria dos lugares destinados a implementação dos parques, era alvo de conflitos fundiários entre os moradores do lugar, população antiga do antigo Engenho de açúcar e empreiteiros, compradores das áreas, interessados na construção de habitação para pessoas de classe alta. Mas apesar dos conflitos, foram criados cinco parques: o Parque da Jaqueira e o Parque Santana em 1985; o Parque Arnaldo Assunção em 1987; o Parque Robert Kennedy e o Parque Arraial velho do Bom Jesus em 1992 (SÁ CARNEIRO, 2010). Portanto, como bem acrescenta a autora:

Somados estes parques ao 13 de Maio, o Recife contava apenas seis parques urbanos, contrastando com as cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Curitiba, que, no começo dos anos 80, já tinham, respectivamente, 31, 23 e 16 parques. Em 1995, São Paulo já contava com o total de 29 parques urbanos (SÁ CARNEIRO, 2010, p.81).

Ainda de acordo com a autora, os bairros mais populosos do Recife, reivindicavam espaços de lazer em suas localidades enquanto denunciavam a falta de área de recreação em vários bairros da cidade. De forma que,

quanto a localização, os parques mais antigos quanto os mais novos parecem beneficiar quase sempre as classes de maior renda” (...) excluindo-se portanto os bairros pobres, cuja opção de lazer são os pequenos espaços públicos e, muitas vezes, terrenos desocupados e propriedade privada. Para ter acesso aos parques, localizados longe de suas residências, os moradores desses bairros precisam se deslocar, o que implica despesas com transporte. Essa condição desfavorável os leva muitas vezes a criar seus próprios espaços recreativos (SÁ CARNEIRO, 2010, p.82).

As observações de Sá Carneiro (2010) corroboram com a ideia de Serpa (2007) que o local onde os parques são construídos são espaços diferenciadores dos grupos sociais, à medida em que são utilizados pelo poder público para valorizar uma determinada localidade em detrimento de outra. Essa exclusão motivada pelo próprio poder público afasta as pessoas do convívio coletivo com os membros da sua comunidade as acaba gerando problemas sociais, que perdem a oportunidade de se auto organizarem e de valorizarem o espaço onde vivem.

Analisando o parque enquanto espaço público, SERPA (2007) afirma:

O espaço público é aqui compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos,

dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos. (SERPA, 2007, p.21).

Em Sá Carneiro (2010), vê-se a hipótese de que estes parques ao serem projetados e implementados no espaço urbano, constituem simulação de natureza que, transformada, incorporada e/ou produzida pelo capital público e privado, serve ao duplo propósito de oferecer condições para que esse capital se reproduza e para que as elites desfrutem de novas formas e/ou novos espaços de viver “bem e melhor”.

Observando ainda a falta de estímulo a participação popular na tomada de decisões afirma que “os espaços públicos não constituem uma prioridade nas políticas urbanas e há centralização das decisões políticas com o consequente enfraquecimento do poder local” (SÁ CARNEIRO, 2010, p.54).

Verifica-se então, que os parques não são construídos com a ideia de socialização e sim para valorização de determinados espaços que o mercado e o poder público querem investir.

Os usuários são raramente objeto de grande interesse por parte dos agentes que viabilizam a implementação dos parques públicos. No entanto, por suas práticas espaciais e suas estratégias de representação, eles acabam por forjar novos discursos, relacionados à crítica aos lugares que frequentam, aos comportamentos. (SERPA, 2007, p.76)

No Recife, a maioria dos parques públicos estão localizados em bairros nobres ou onde a população possui melhor poder aquisitivo. Conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1 – Localização dos parques do Recife por RPA¹³

Parque	RPA	Bairro	Renda (R\$)	Habitantes
Da Jaqueira	3	Jaqueira	11.339,79	1.591
Treze de Maio	1	Boa Vista	3.618,45	14.778
Dona Lindu	6	Boa Viagem	7.108,00	122.922
Dois Irmãos	3	Dois Irmãos	1.936,10	2.566
Urbano da Macaxeira	3	Macaxeira	1.387,01	20.313
Santana Ariano Suassuna	3	Santana	9.040,76	3.054
Arraial Novo do Bom Jesus	4	Cordeiro	2.812,73	41.164
Arraial Velho do Bom Jesus	3	Casa Amarela	4.236,69	29.180
Do Caiara	4	Ipatinga	2.045,08	52.200
Arnaldo Assunção	4	Engenho do Meio	2.594,45	10.211
Robert Kennedy	6	Ipsep	2.454,22	25.029
De Apipucos	3	Apipucos	2.162,86	3.342

Fonte: Prefeitura do Recife, 2012.

Nos lugares onde as rendas são mais altas, os parques chegam a se sobressair como elementos marcantes na paisagem.

Devendo-se, nesse sentido, debater e contestar o modelo de desenvolvimento que orienta a distribuição espacial dos parques nas cidades, que na atual conjuntura sua criação e interesse na manutenção servem apenas à especulação imobiliária, observa-se que no Recife a exclusão social, ainda pode ser justificada através a atribuição do fator raça/cor que contribui como uma variável importante nos termos de distribuição e acesso a direitos e garantias fundamentais. Para Sá Carneiro (2010):

O estímulo a socialização dos habitantes da cidade é outra das funções mais importantes do parque. Para alguns estudiosos, o espaço livre “público é do público” e não deve fazer distinção entre classe ou raça: deve ser, antes de tudo, um espaço aberto, onde as pessoas se reúnem e interagem como melhor lhes convir. (SÁ CARNEIRO, 2010, p.52).

Uma clara explicação para a função dos parques, seria a de “os parques constituem espaços comunicacionais, onde se definem e redefinem simbolicamente diferenças socioculturais” (FRÚGOLI JUNIOR, 1995, p, 97).

¹³ Até o ano de 2017 o parque de Dois Irmãos apesar de ser um Parque Estadual, constava no site da Prefeitura do Recife, que não faz nenhuma observação a esse respeito.

Contrariando esta ideia, com base no atual contexto urbano, Serpa (2007), afirma que a segregação de grandes parcelas da população determinadas pelas políticas imobiliárias, reforça a ideia de que, o parque é antes de tudo um espaço de alto valor patrimonial.

Para Gomes, (2013) o parque público da maneira que conhecemos hoje, é um produto da era industrial, portanto, é um produto da cidade moderna correspondente a realidade socioeconômica, em desenvolvimento na cidade industrial. De forma que, “a pressão das incorporadoras imobiliárias ocorre para que o poder público delimite áreas de interesse ambiental (parques) porque passam a fazer parte da oferta do lugar” (GOMES, 2013, p,80).

A escolha da localização dos parques se dá a partir do interesse pelos grupos sociais que serão favorecidos. Suas construções passam, inclusive, por processos de gentrificação. Relembra Niemeyer (2002) que houve ocasiões em que governos defenderam a imediata construção dos parques como forma de desapropriar e excluir núcleos marginalizados da população que habitavam a área, considerada privilegiada pelos especuladores urbanos, como ocorreu no governo municipal de Washington Luiz entre os anos de 1914 e 1919.

Segundo Gomes (2013) os parques são implementados como elementos do processo de ordenação do solo urbano.

Esse modelo excludente de implementação dos parques é amplamente criticado por Serpa (2007). Na visão do autor:

Na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas. (SERPA, 2007, p.21)

A visão do autor sobre os parques a produção do espaço público, tem base na crítica sobre a valorização imobiliária, cujo trabalho apresenta o parque como objeto de consumo, de políticas públicas para a classe média, como instrumento de valorização do solo urbano.

Nota-se que a problemática imobiliária é um fenômeno urbano que não se limita apenas à cidade do Recife. Há pesquisas que indicam cidades como Ribeirão Preto em

São Paulo e Salvador na Bahia, cuja gestões utilizam o parque como objeto de especulação imobiliária. Dessa forma:

Na lógica capitalista da propriedade privada da terra, da cidade, os parques se inserem no espaço urbano como equipamentos relacionados a estilos arquitetônicos diferenciados e diversificados. São implantados de acordo com os interesses públicos e privados, segundo sua estratégia de ação, que muitas vezes, se conjugam com o objetivo de aumentar rendas, lucros e juros e influenciar um mercado possível à aquisição de padrões de vida (GOMES, 2013, p. 55).

Segundo a pesquisa desenvolvida por Serpa, na cidade de Salvador, os novos parques estão sendo construídos em zonas residenciais de alto valor, transformando os parques públicos em um meio de controle social dos grupos favorecidos economicamente, que com seu poder de consumo, são capazes de valorizar o solo urbano nesses locais. Contudo mesmo com o discurso de que os parques implementados estão mudando os hábitos de lazer dos baianos, o que ocorre na verdade é que a população de baixa renda não alcança esse benefício, devido à dificuldade de acesso aos parques, e os moradores locais não costumam ter como hábito o uso desse tipo de espaço público. “Assim, os novos equipamentos, em geral distantes dos bairros periféricos, vem segregar ainda mais os mais humildes” (SERPA, 2007, p. 51).

Segundo Frúgoli Júnior (1995) a maioria dos integrantes dessas classes médias, situados num patamar de alto poder aquisitivo, integram-se cada vez mais a um modo de vida das metrópoles, num padrão funcional caracterizado por uma espécie de “circuito”, incluindo “moradias fechadas”, trabalho em complexos empresariais, consumo em shoppings, circulação em veículos particulares, etc. “Articula-se nele um modo de vida distinto, segregado e diferenciado, evitando o máximo possível o contato com espaços públicos e sua diversidade de grupos sociais” (FRÚGOLI JÚNIOR, 1995, p.76).

3.3 A Tutela Constitucional do Direito social ao lazer

A medida em que exploramos as características marcantes do tecido social, observamos que o direito incorpora relações de subalternidade e desigualdades presentes nesta esfera através das instituições públicas, das normas e decisões jurídicas.

Ocorre que, ao incorporarem práticas e premissas que reproduzem e reafirmam as relações de dominação historicamente construídas, desconsideram o aspecto da

neutralidade das leis, quando aplicadas num contexto de desigualdade social e em realidades racializadas, sendo capazes de produzir distorções acarretando desproporcionalidades no acesso ao direito.

A Constituição Federal de 1988 trouxe dois artigos importantes em seu ordenamento. O art. 225, que garante à todas as pessoas o direito de desfrutar de um meio ambiente equilibrado; o artigo 6º a garantia do direito ao esporte e ao Lazer. O art. 217, §3º afirma que o Poder público incentivará o Lazer como forma de promoção social. Apesar da garantia constitucional desse direito o Estado não implementou políticas que dimensionem parques para todos. Observa-se ainda que, mesmo onde existem, os espaços não possuem uma gestão aberta às demandas das comunidades e o acesso aos serviços oferecidos são limitados pela pouca oferta nas localidades de baixa renda.

As cidades são as principais protagonistas do desenvolvimento urbano, devendo garantir gestões democráticas em conjunto com a sociedade para a promoção da equidade nos espaços públicos de lazer e assim incentivar uma cultura de valorização do bem comum para todos, independentemente de classe social ou raça. Conforme Sylvio Motta:

Os direitos sociais são aqueles que direcionam a inserção das pessoas na vida social tendo acesso aos bens que satisfaçam suas necessidades básicas, visando o bem-estar a pessoa humana. Dessa forma a Constituição exige uma atuação dos Poderes públicos. O papel do Estado nesse direito é de implementar políticas públicas que garantam o efetivo cumprimento da norma (MOTTA, 2013, p. 191).

O autor destaca que os direitos sociais, procuram proteger os mais vulneráveis, atendendo a uma finalidade de igualdade final ou de uma vida digna para todos e, dessa forma, acabam se vinculando ao princípio constitucional da igualdade, significando que o Estado deve garantir aos mais fracos e carentes as mínimas condições de uma existência digna, a fim de alcançarmos o Estado Democrático de Direito, o qual não pode deixar de ter como um dos seus objetivos a busca de uma efetiva justiça social. O autor ainda enfatiza que “para ter eficácia, a maioria dos direitos sociais, requer ação dos poderes públicos, seja disponibilizando recursos financeiros ou adotando medidas administrativas para suas concretizações” (MOTTA, 2013, p. 191).

Contudo, o fato da maioria dos direitos sociais depender da disponibilidade financeira do Estado, faz surgir a chamada “reserva do possível”. A partir dessa

doutrina, o Poder Executivo, responsável pela construção das políticas públicas referentes à concretização dos direitos sociais e também por definir como serão aplicados os recursos públicos, não pode ser obrigado a efetivá-las pelos Poderes Legislativo e Judiciário. Dessa forma, o Poder Executivo só implementa as políticas públicas necessárias, se possível, ou seja, se dispuser de recursos financeiros.

Deve-se ressaltar que o direito ao Lazer garantido constitucionalmente é também assegurado em outras instancias legais, para além da Constituição federal, com o intuito de reforçar sua necessidade e importância para o interesse público, como no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) , O Estatuto do Idoso (EI) e o Estatuto da Igualdade Racial (EIR), cuja aprovação, mesmo contendo ressalvas dos Movimentos sociais negros, é reconhecido pela União como uma forma de sanar um débito histórico com a população negra quanto a omissão do Estado após a abolição do regime de escravidão em 1888.

No EIR, o direito ao Lazer é defeso em dois artigos, cujo primeiro o documento afirma o direito de participação da população negra à educação, à cultura, ao esporte e ao Lazer¹⁴, garantido um direito social básico, historicamente negado desde o período colonial, cuja legislação específica, buscou amenizar os efeitos dos danos causados pela escravidão e o racismo que facilitaram a formação de grupos sociais discriminados e marginalizados.

Vale ressaltar que vista de forma marginalizada e proibida durante muitos anos no Brasil, no Estatuto da Igualdade racial a capoeira é oficializada e ganha status de esporte de criação nacional.

Desse ponto de vista, cabe chamar atenção para um fato importante em relação ao ordenamento brasileiro, o fato de que as normas de propriedade do uso da terra são de responsabilidade do Estado. A Constituição Brasileira atribui aos municípios a responsabilidade de ordenar o uso do solo urbano, infraestrutura urbana, equipamentos de uso coletivo, aprovar loteamentos e parcelamentos do solo, criar parques e outros espaços públicos. No entanto, como descreve Gomes (2013, p.16) “estes processos

¹⁴ Art. 9º: A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de Lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.

Art. 21. O poder público fomentará o pleno acesso da população negra às práticas desportivas, consolidando o esporte e o Lazer como direitos sociais;

Art. 22. A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, nos termos do art. 217 da Constituição Federal.

ocorrem mediante os interesses conflitantes e contraditórios do processo de produção capitalista e do Estado capitalista”.

O reconhecimento do direito ao Lazer e o tempo livre como algo necessário ao desempenho de todos os grupos sociais sob o aspecto econômico, cultural e político, abre inúmeras possibilidades de organização e planejamento das atividades de esporte e Lazer adequadas à agenda das políticas urbanas.

3.4 Os parques e as políticas públicas e gestão de esporte e lazer na cidade do Recife

Com base na premissa de que o acesso ao esporte ao Lazer é direito de cada um e dever do Estado, pelo qual deve se garantir e multiplicar a oferta de atividades esportivas, competitivas e de Lazer a todos, serão apresentados os três principais projetos da política de esporte e Lazer que geriram a cidade do Recife nos últimos anos das gestões municipais, embora um deles o Círculos Populares de Esporte e Lazer, enquanto política de governo não esteja mais em atividade, está inserido em um importante contexto diferencial de uma estrutura engajada na ideia trazida por este trabalho, no âmbito do fomento as práticas democráticas de Lazer no espaço público.

Para fins conceituais, entende-se políticas públicas como “construções participativas de uma coletividade, que visam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade” (BRUST *apud* CARVALHO, 2008). Bem compõe a totalidade de ações, metas e planos que as esferas dos governos traçam para alcançar o bem estar da sociedade e o interesse público (LOPES et al, 2008). Nesse sentido, o interesse público deve ser composto pelas demandas e expectativa da sociedade e formado pela atuação dos diversos grupos e movimentos sociais.

O processo de formulação das políticas públicas abrange várias fases, como: 1) formação de agenda, quando será avaliada a importância da implementação da política através de elementos demonstrativos da necessidade, como por exemplo, a existência de indicadores que demonstrem uma situação problemática e 2) eventos simbólicos, situações que pela repercussão social que chamam a atenção: como casos de crimes violentos. A formulação dessas políticas, quando compreendida a situação como problemática será inserida na Agenda Governamental, definindo-se as linhas de ação que serão adotadas para solucionar. Nesse momento será definido qual o objetivo da

política, quais os programas desenvolvidos e as metas almejadas. As fases seguintes serão escolhidas alternativas de ação, intervenção e respostas aos problemas, definidos na Agenda, os recursos e o prazo temporal da ação política, além de quem participará do processo de Implementação, onde o Planejamento e as ações são transformados em atos. Nessa fase poderão ser usados dois modelos, o chamado De Cima para Baixo (do governo para a população, centralizado, onde o governo decide e os demais envolvidos cumprem sem questionar) ou o De Baixo pra Cima (a aplicação da população para o Governo, descentralizado, onde os usuários finais são chamados à participar), até chegar a fase da avaliação, quando ocorre durante todos os processos da política pública, implementada, permitindo ao gestor quais ações proporcionam melhores resultados (LOPES et al, 2008).

Definido o conceito e as fases das políticas públicas, o momento versará sobre as políticas de esporte e Lazer, utilizada por Brust (2008), afirmando que na medida em que na esfera pública brasileira, as políticas públicas e sociais têm sido garantidas por lei e atendido direitos à saúde, educação e à habitação, por exemplo, e surgem como uma possibilidade de contemplar as diversas necessidades dos outros segmentos sociais, como o esporte e Lazer, pois como tais, trata-se de uma necessidade que atende a coletividade e envolve bem estar e qualidade de vida.

Não é tarefa fácil encontrar um conceito que defina políticas públicas de esporte e Lazer, vez que se trata relativamente de uma política em desenvolvimento. Talvez por isso, a referida autora e alguns estudiosos da área trabalharam alguns conceitos de esporte e Lazer subsidiando a prática pedagógica de algumas administrações populares. Dessa forma, em relação à referida política, entendemos que:

Buscam questionar, pluralizar o esporte, as regras, os modelos e gestos padronizados, adaptando o esporte à realidade social e cultural dos praticantes. Retiram do esporte a condição de conteúdo prioritário ou exclusivo da organização de aulas e atividades de Lazer, tratando-o no âmbito de um programa que contemple o amplo acervo de conteúdos ou temas da cultura corporal, sem hierarquia. Compreendem e fomentam uma compreensão da prática do esporte como direito de desmistificá-lo através de sua oferta, do seu conhecimento, da sua prática prazerosa, com vivências de sucesso para todos (BRUST, 2008, p. 05).

Segundo a autora, no Brasil, nas últimas três décadas, o conceito de políticas públicas de esporte e Lazer mudou onde predominava o esporte de rendimento, de

competição, abrindo espaço para o esporte e Lazer popular, estimulando a participação de todos os segmentos da sociedade, através de práticas esportivas formais e não formais e adaptando-se aos recursos e à cultura popular local (BRUST, 2008).

É comum entre os autores o fato que muitos problemas na questão da gestão das políticas públicas estão ligados à insuficiência de recursos disponíveis, pois as questões econômicas são sempre priorizadas em relação às políticas sociais. No Brasil a questão da proteção dos direitos humanos vem crescendo em nível de fóruns, legislação, organização da sociedade civil em busca de um comprometimento maior do poder público para superar as condições de pobreza e restaurar a dignidade humana.

A Prefeitura Municipal do Recife - PE, no período de 2001-2012 foi uma administração conduzida por um governo progressista, que como tal costuma priorizar as questões sociais, seguindo um modelo de gestão pública democrático e participativo, manifestando-se, principalmente, nas negociações em espaços de debates públicos, como o Orçamento Participativo. Dando o mesmo caráter às políticas de Esporte e Lazer implementadas nesse período. Considerando-o como fenômeno social, as administrações populares buscam a democratização do acesso ao esporte e lazer como uma política de igual valor. São exemplos práticos, a criação de projetos e programas de esporte e lazer nas escolas e nos espaços públicos, com o intuito de valorizar o tempo livre, incentivar as práticas esportivas e consequentemente melhorar a qualidade de vida da população.

Dessa forma, pode-se afirmar que as políticas de lazer estão relacionadas à organização social e à concretização dos direitos humanos. No entanto, quando nos referimos ao lazer e ao esporte, apenas de alguns anos pra cá essas políticas foram estabelecidas no âmbito do lazer comunitário, ou seja, nos espaços públicos das comunidades e não apenas entre os esportes de rendimento, sendo incentivadas somente a partir da Constituição de 1988, quando foram contemplados como direitos sociais (BRUST, 2008).

Na cidade do Recife, os programas de esporte e lazer que atuam nos espaços públicos da cidade do Recife são a Academia Recife, Academia da Cidade, Programa Esporte e Lazer na Cidade e Segundo Tempo, criado em 2003 pelo Ministério dos Esportes. Sendo os dois primeiros financiados com recursos dos Governos Federal e Municipal e os dois últimos apenas com recursos municipais. Contudo as atividades sistemáticas oferecidas por estes programas em geral se limitam apenas à ginástica e

musculação. Não observando valores culturais nem dinâmicas de integração comunitária.

Cabe ainda uma contribuição sociológica dos trabalhadores do Lazer, ora agentes comunitários de esporte e lazer, para fins de regulamentação profissional, para que haja clareza sobre o conceito e sensibilização em relação à importância da valorização desses profissionais na cidade e no Estado brasileiro, pois para o exercício dessa função como afirma o referido autor:

É fundamental, pela própria exigência do Lazer que se trabalhe com equipes multiprofissionais, em busca de interdisciplinaridade, (...) mostrando que o trabalho integrado é um elemento facilitador da ação. (...) O animador sociocultural¹⁵ tem diferentes formações, e isto é extremamente necessário, para a própria abrangência da área cultural. São professores de educação física, arte educadores, profissionais do turismo, hotelaria e etc. (MARCELLINO, 2007, p. 271).

Dessa forma o referido autor ressalta que é preciso que se compreenda a necessidade de uma formação ampla e não limitadora para o agente de esporte e Lazer, pois o trabalho social implica em termos de consciência política e vontade de reverter a situação social. É neste sentido que a atuação do agente comunitário de Lazer nas comunidades organizando, potencializando o tempo livre e mantendo a ordem na realização das atividades de iniciação esportiva e culturais, é importante, sobretudo a partir de uma perspectiva saneadora e terapêutica, quanto à violência, uma vez que há interditos sobre o uso de drogas pelos usuários nos equipamentos públicos.

Em relação à formação e quadros para o esporte e Lazer o autor defende a criação e o desenvolvimento de quadros para o trabalho específico na política de esporte e Lazer que contemple a valorização da cultura. Nesse sentido, é fundamental o processo de formação e desenvolvimento de quadros para atuação na perspectiva de reversão de expectativas da própria população, qualificando a demanda por serviços públicos, inexistente, para determinadas parcelas da população.

O programa Academia Recife é o mais recente criado pela Prefeitura entre os anos de 2013 e 2014. Funciona nos espaços públicos como praças e parques, e geralmente atende a um público mais jovem e em sua grande maioria masculino, pois possui vários equipamentos de musculação. Não se observa muita interação para a

¹⁵ O autor utiliza a nomenclatura “animador cultural” para definir o agente comunitário de esporte de lazer.

construção de grupos sociais nesse programa, pois o público costuma variar constantemente, no sentido de que o principal objetivo é trabalhar aspectos estéticos do corpo.

A respeito dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Segundo Tempo, ambos compõem a política pública de esporte e Lazer desenvolvida pelo Governo Federal através do Ministério do Esporte. Contudo, enquanto um prioriza a prática do esporte e Lazer nas comunidades e atende a todas as idades, enquanto o outro atende apenas jovens e desenvolve seu trabalho nas escolas públicas, conforme veremos adiante.

O PELC surgiu de uma construção referenciada em experiências de ações políticas municipais de esporte e Lazer, na perspectiva de desenvolver uma proposta de política pública que atenda às necessidades de esportes recreativos e de Lazer. Trata-se de uma política nacional, que atua na maioria dos estados brasileiros, voltada para a consolidação do esporte e Lazer como direitos sociais, através de oficinas sistemáticas, em todos os seus segmentos para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiências e com necessidades educacionais especiais, numa perspectiva intergeracional. E neste sentido o objetivo central do PELC é democratizar o Lazer e o esporte recreativo.

Em termos metodológicos, o PELC desenvolve ações contínuas que visam responder as necessidades localizadas no campo da vida social a partir da estruturação dos núcleos de esporte e Lazer, funcionado com gestão colegiada – via Grupo Gestor – e democrática, viabilizando a participação popular através de instâncias de controle social. O referido programa tem como diretrizes os princípios da Auto-organização comunitária; Trabalho coletivo; Intergeracionalidade; Fomento e difusão da cultura local; Respeito à diversidade; Intersetorialidade e Municipalização (BRASIL, 2013).

O Programa Segundo Tempo é administrado Pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte e foi criado para atender crianças e jovens de sete a dezessete anos nas atividades esportivas individuais e coletivas, além de proporcionar atividades complementares, como reforço escolar e lanche. Assim, torna-se diferenciado dos demais na medida em que atua nas escolas (BRASIL, 2011).

Também pautado no art. 217, CF/88, o programa está regido pelos princípios: da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; do esporte e do

Lazer como direito de cada um e dever do Estado; da universalização e inclusão social; da democratização da gestão e da participação.

Por fim, entre os referidos programas, está o programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL), como uma política desenvolvida pela gestão da Prefeitura do Recife entre os anos de 2001 a 2012, criado a partir da organização de um grupo de profissionais e estudantes de educação física preocupados com a carência de políticas públicas para o esporte e Lazer na cidade (SILVA E SILVA, 2013). À época em que foi implementado, os poucos espaços disponibilizados para o Lazer como parques e praças, das comunidades de baixa renda, eram utilizados para facilitar o consumo e o tráfico de drogas, além de alguns poucos campos de várzea que ainda restavam e que eram controlados por lideranças comunitárias, diante da ausência de manutenção e fiscalização por parte do poder público.

A referida conjuntura social é contextualizada pelos jovens das periferias durante as reuniões de implementação do projeto nas comunidades, momento em que reclamam da falta de equipamentos de Lazer, praças sem iluminação ou com iluminação insuficiente, mal conservadas e desatualizadas em relação ao interesse da juventude e da comunidade. Além do alto índice de violência (SILVA e SILVA, 2003, p.14).

A metodologia do CPEL era dividida entre planejamento participativo, onde a equipe se reunia para identificar o ponto de partida do trabalho e os interesses da comunidade para organizar e planejar as atividades; oficinas temáticas, definidas como um conjunto de procedimentos com o objetivo de reconstruir conhecimentos e práticas corporais e esportivas, tendo a auto-organização como fator principal; escolinhas esportivas, que tem como base o treinamento esportivo, contudo, estimulando os participantes a criar e sistematizar novas formas para a prática esportiva; seminários e encontros participativos, utilizados para troca de conhecimentos, experiências e informações entre os círculos das diferentes comunidades; festivais, para os momentos de catarse, realizados em datas festivas e comemorativas e arrastões de lazer, atividade de sensibilização da comunidade para as oficinas que estavam sendo implementadas no local e colônia de férias, construindo um conjunto de atividades implementadas durante as férias escolares.

Para se adequar a realidade local e suprir a demanda dos grupos de juventude, o CPEL incorporou entre as suas oficinas as modalidades de break dance e skate. Desta

forma, durante os últimos anos do período de execução simultânea dos programas¹⁶ foram oferecidas oficinas de teatro, dança, percussão, capoeira, *break dance*, *skate*, *parkour*, ginástica, hidroginástica, futebol de campo, futebol de areia, futsal, voleibol, basquetebol, handebol, judô, karatê, kung fu, *taekwondo*, *kickboxing*, *jiu-jitsu*, ginástica artística e natação¹⁷. As atividades eram realizadas no próprio Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães (Geraldão), nos Centros e Núcleos de Esporte e Lazer dos bairros da cidade, nos Centros Sociais Urbanos e em outros equipamentos públicos como praças, parques, quadras e campos de várzea.

Embora cada programa tenha uma classificação diferente para os seus trabalhadores, tendo em vista a maneira como organizam sua estrutura nas comunidades e núcleos, todos sem exceção são trabalhadores a serviço do Esporte e do Lazer, com ou sem formação acadêmica, sejam coordenadores ou educadores. Todavia, estejam à serviço da Prefeitura, são trabalhadores terceirizados, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas.

Com base autores dedicados ao tema do Lazer operário, Niemayer (2002, p. 45) enfatiza que “uma política de Lazer bem intencionada permite responder a desejos de criação e participação social necessários a um constante equilíbrio emocional do indivíduo e da sociedade como um todo”.

Pois como bem coloca Sousa (2011, p. 19) “Não são os indivíduos, unicamente, os responsáveis pelas suas condições de vida. Estas são determinadas pela forma como as sociedades se organizam para produzir e distribuir os bens e de como tais relações de produção são construídas”.

Para fins de inclusão social para norteammento de uma política pública de esporte e Lazer antirracista, percebe-se o projeto como mais apropriado a ser implementado como contribuição social para que o direito ao Lazer possa ser estendido a todos os espaços públicos e sobretudo os parques da cidade.

¹⁶ Programa: Consistem num conjunto coerente de atividades e/ou projetos desenvolvidos para produzir um dado resultado, tendo em vista a concretização dos impactos pretendidos. Suas ações podem, ou não, ser agrupadas em eixos. Na esfera governamental, os programas visam assegurar o cumprimento dos objetivos definidos no programa do governo apresentado ao Congresso Nacional no início da legislatura (Plano Plurianual - PPA); Projeto – Um processo único, consistindo de um grupo de atividades coordenadas e controladas com datas para início e término, empreendido para alcance de um objetivo conforme requisitos específicos, incluindo limitações de tempo, custo e recursos (Rabechini, Roque Jr. O Gerente de Projetos na Empresa. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2007). Fonte: Diretrizes do Programa Segundo tempo 2011.

¹⁷ Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/projetos-e-acoes/projetos/circulos-populares-de-esporte-e-lazer-cpel/#sthash.1cFQ9lF8.dpuf>

Reforçando o importante papel do debate sobre as condições políticas e jurídicas da gestão ambiental urbana, através das políticas públicas e das reformas políticas necessárias à democratização dos espaços da cidade, compreende-se a Reforma urbana como mecanismo para democratização das políticas públicas e do espaço urbano.

A Reforma Urbana, foi um movimento desenvolvido na década de 1960 que tinha como principal objetivo promover intervenções urbanísticas de cunho social nas cidades. Souza (2004) explica que ela vai além da questão da moradia e inclui temas como transporte público, instrumentos para coibir a especulação imobiliária e regularização das áreas das favelas.

Assim, é compreendida como uma reforma de base e “representa uma transformação na sociedade e no espaço, tendo por objetivos melhorar a qualidade de vida da população, elevar o nível de justiça social e democratizar as práticas de gestão e planejamento” (SOUZA, 2004, p. 62). Nesse sentido o autor reforça que os principais objetivos da reforma urbana são: a) coibir a especulação imobiliária; b) reduzir o nível de desigualdade socioeconômica e de segregação residencial intra-urbana, ou seja, diminuir as desigualdades entre bairros ricos e pobres, elevar a qualidade de vida dos moradores de periferias, favelas e conjuntos habitacionais e fazer com que todas as pessoas tenham uma vida digna na cidade; c) democratizar o máximo possível o planejamento e a gestão do espaço urbano, ou seja, fazer que a população participe efetivamente da elaboração de políticas públicas e projetos para a sua cidade (SOUZA, 2015 p. 68).

4 O PARQUE SANTANA NO CONTEXTO DO RACISMO AMBIENTAL

*“O José como sempre no fim da semana guardou a barraca e sumiu,
Foi fazer no domingo um passeio no parque lá perto da Boca do Rio”*

(Gilberto Gil, Domingo no Parque)

4.1 Formação e caracterização do Parque Santana Ariano Suassuna

O Parque Santana Ariano Suassuna, popularmente conhecido apenas como Parque Santana é um equipamento público de lazer localizado na zona norte da cidade, no bairro de Santana, próximo aos bairros de Casa Forte e Poço da Panela e às margens do Rio Capibaribe.

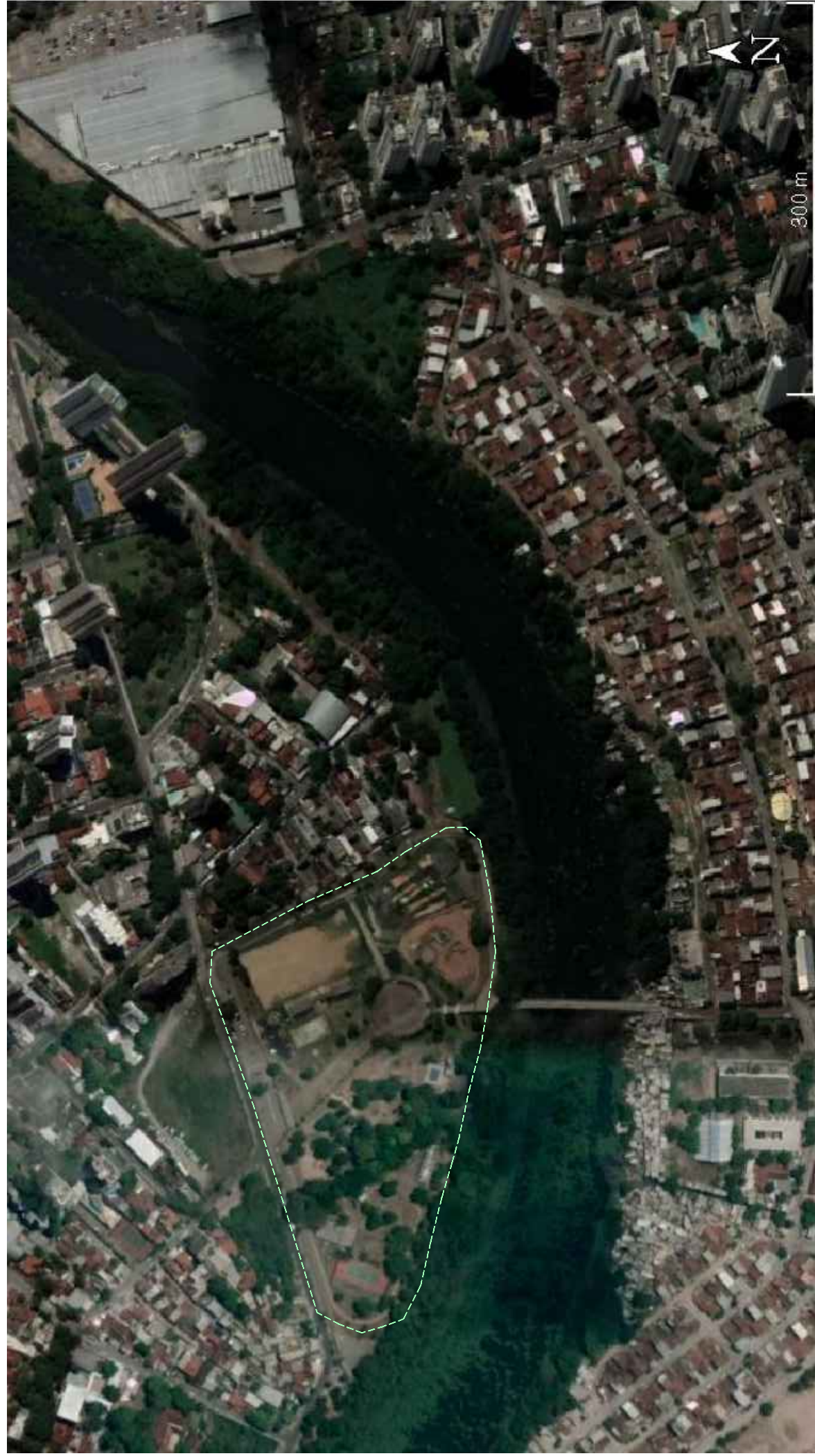
Segundo Sá Carneiro & Mesquita (2000), o parque Santana foi construído no ano de 1984 e contava inicialmente com 26 mil metros quadrados de área. Em 2012, após a requalificação, foi expandido e hoje tem 63 mil metros quadrados. Era considerado um parque de vizinhança até 2011, com a ampliação e programas ofertados pode ser considerado público como o Parque 13 de Maio.

Seu espaço limita-se ao Rio Capibaribe, que nas margens opostas às do parque, serve de cenário para a comunidade da Vila de Santa Luzia e os assentamentos precários à margem do rio.

Em relação a administração do local, até o final de 2012, era compartilhada entre o Geraldão e a EMLURB, mas em 2013 com a nova gestão municipal, passou a ser gerenciado pela Secretaria de Turismo e Lazer do Recife. A gestão do parque é atualmente realizada por uma Organização social (OS) chamada Instituto de Gestão do Esporte e da Cultura (IGEC).

O Parque Santana é hoje um dos espaços públicos favoritos para realização de grandes shows e eventos. Isto porque há uma área central construído para esta finalidade. É composto por 01 (um) campo de futebol, 01 (uma) quadra de tênis, 02 (uma) quadras poliesportivas; 01 (uma) quadra de futsal, 01 (um) Skate Park; 01 (uma) pista de cooper, 03 parques infantis; 02 (duas) academias populares de ginástica (Academia da cidade e Academia Recife); ciclovias de 600m e 1km; 01 (uma) pista de

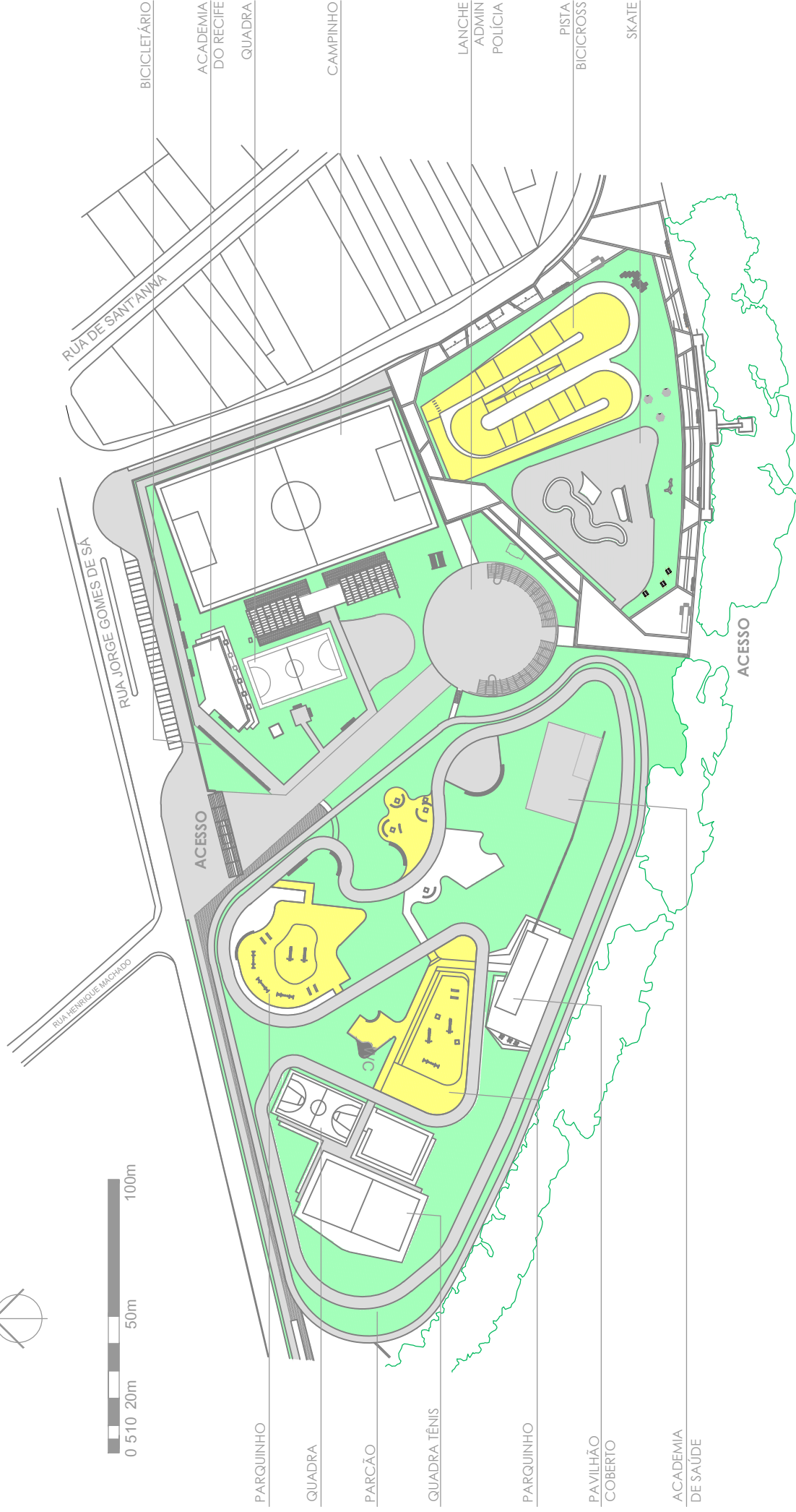
bicicross de alto rendimento e 01 (um) parque exclusivo para cachorros (ParCão). Ver mapa e imagem aérea a seguir.



PARQUE SANTANA
VISTA AÉREA (GOOGLE EARTH)



0 50 100m
50m
100m



PARQUE SANTANA

PLANTA BAIXA

Com base em conversas com um dos administradores, entre os meses de junho e julho de 2017, nos foi informado que o parque recebe cerca de 500 (quinhentas) pessoas por dia durante a semana, sendo o público das quatro principais localidades mais próximas, os bairros de Casa Forte, Santana, Cardoso e Vila Santa Luzia.

Um dos administradores do parque, que passa mais tempo no local e é responsável direto por sua manutenção, informou que os moradores de maior poder aquisitivo costumam utilizar o parque para práticas de exercícios físicos como caminhada, apenas no primeiro período da manhã, das 5h às 7h e no final da tarde e à noite, das 17h às 20h, utilizando as pistas de *cooper*, a quadra de tênis, o “ParCão”, as quadras poliesportivas e o *Skatepark*, enquanto as comunidades da Vila de Santa Luzia, Cardoso e Santana, usam o campo de futebol, uma das quadras de futsal e as academias populares, geralmente no período da tarde, entre 14h e 18h.

Os usuários possuem diferentes níveis sociais, perfis de renda socioeconômica e cultural e não costumam interagir no parque com frequência. Segundo Ferreira (2005), isto ocorre porque o espaço social envolve o processo de luta pela conquista de posições num espaço desigual, que contempla relações de poder. No sentido que, “a posse do capital é um dos fundamentos do poder, que se manifesta na distribuição dos agentes e dos bens e dos serviços pelo espaço” (FERREIRA, 2005, p. 9).

A insegurança e os conflitos internos sempre foram uma característica do parque, devido às diferenças sociais entre os grupos de usuários. Além disso, sua localização pode ser considerada o “quintal das habitações de alta renda e espaço de recreação da população de baixa renda, que habita o outro lado do rio, no bairro da Torre” (SÁ CARNEIRO & MESQUITA, 2000, p. 62).

Para essas autoras, a grande quantidade de equipamentos esportivos em um espaço reduzido proporciona alguns conflitos de uso, e nesse caso, a falta de diálogo e de identidade entre dois grupos sociais locais de usuários mais frequentes foi tão intensa, que não permitiu a criação de um comitê gestor ou associação de usuários, de modo que as tentativas de implementação não lograram êxito.

4.2 Indicadores sociais

Afirmar que existe uma relação direta entre as implicações do racismo e as condições de moradia de uma maioria negra, é apontar o recorte racial que pretendemos demonstrar.

No Brasil, a exclusão social ainda pode ser justificada através da atribuição do fator raça/cor que contribui como uma variável importante nos termos de distribuição e desproteção ambiental, de forma que o contexto político em que esses dados são apresentados é o que sugere a existência do “racismo ambiental”.

De acordo com a tabela abaixo observa-se um número bastante superior de pessoas brancas nos bairros e classe média e média alta, onde as pessoas possuem maior potencial econômico em detrimento aos bairros populares, onde habitam pessoas das classes mais baixas, ou seja, com menor potencial econômico e ocupações nos espaços de poder, o que lhes garante menos espaço político em torno das decisões.

Dessa maneira, é fato de que o racismo ambiental é consequência das impotências das comunidades com menor poder político em relação as localidades com maiores índices de poder econômico.

Contudo, não há que se falar em práticas diretivas intencionais sobre determinada comunidade ou grupo racial por quem toma as decisões, pretende-se no momento, analisar os dados que a realidade social nos oferece.

A tabela a seguir apresenta o número de pessoas brancas e negras¹⁸ nos bairros localizados ao redor do Parque Santana. Destaca-se, no entanto a diferença racial desta população, considerando a superioridade no número de pessoas brancas em relação às negras. Demonstrando, em termos, que a localização do parque atende prioritariamente a um determinado grupo social étnico.

¹⁸ Para fins estatísticos, considera-se negra a soma das pessoas pretas e pardas.

Tabela 2 – População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, sexo e idade

Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade													
Variável - População residente (Pessoas)													
Idade - Total													
Ano - 2010													
Brasil e Bairro	Sexo	Cor ou raça x Situação do domicílio											
		Total		Branca		Preta		Amarela		Parda		Indígena	
		Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana
Brasil	Total	190.755.799	160.925.804	91.051.646	80.212.529	14.517.961	12.430.469	2.084.288	1.803.377	82.277.333	66.158.924	817.963	315.192
	Homens	93.406.990	77.710.179	43.652.488	38.030.672	7.526.611	6.358.123	951.404	811.596	40.861.864	32.355.082	409.907	151.078
	Mulheres	97.348.809	83.215.625	47.399.158	42.181.857	6.991.350	6.072.346	1.132.884	991.781	41.415.469	33.803.842	408.056	164.114
Casa Forte - Recife (PE)	Total	6.750	6.750	5.225	5.225	122	122	35	35	1.361	1.361	7	7
	Homens	3.014	3.014	2.360	2.360	47	47	15	15	590	590	2	2
	Mulheres	3.736	3.736	2.865	2.865	75	75	20	20	771	771	5	5
Santana - Recife (PE)	Total	3.054	3.054	2.028	2.028	150	150	12	12	861	861	3	3
	Homens	1.376	1.376	910	910	74	74	4	4	387	387	1	1
	Mulheres	1.678	1.678	1.118	1.118	76	76	8	8	474	474	2	2
Poço - Recife (PE)	Total	4.615	4.615	3.196	3.196	129	129	7	7	1.279	1.279	4	4
	Homens	2.097	2.097	1.464	1.464	53	53	2	2	575	575	3	3
	Mulheres	2.518	2.518	1.732	1.732	76	76	5	5	704	704	1	1
Torre - Recife (PE)	Total	17.903	17.903	9.962	9.962	960	960	184	184	6.776	6.776	21	21
	Homens	7.919	7.919	4.358	4.358	456	456	65	65	3.033	3.033	7	7

Fonte: IBGE, 2010.

Relacionando os dados populacionais numéricos do quadro com a tabela abaixo, a representação dos moradores, passa a ser demonstrada através do percentual. Dando maior visibilidade as questões colocadas na pesquisa em relação ao grupo social e neste caso, étnico que mais se beneficia com a presença do parque próximo à sua residência.

Tabela 3 – Percentual raça/cor dos bairros próximos ao Parque de Santana

Bairro: Santana		Bairro: Casa Forte	
População por cor ou raça (%)		População por cor ou raça (%)	
Branca	66,4	Branca	77,41
Preta	4,91	Preta	1,81
Parda	28,2	Parda	20,16
Amarela	0,39	Amarela	0,52
Indígena	0,1	Indígena	0,1

Bairro: Poço da Panela		Bairro: Torre	
População por cor ou raça (%)		População por cor ou raça (%)	
Branca	69,25	Branca	55,64
Preta	2,8	Preta	5,36
Parda	27,71	Parda	37,85
Amarela	0,15	Amarela	1,03
Indígena	0,09	Indígena	0,12

Fonte: Prefeitura do Recife, 2012.

Com base na leitura e interpretação dos dados é possível observar a diferença quantitativa entre brancos e negros, nos bairros localizados próximos ao parque, havendo uma enorme diferença entre o número de pessoas brancas em relação negras (pretas e pardas).

No bairro de Santana o valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios é de R\$ 9.040,76¹⁹ (nove mil e quarenta reais e setenta e seis centavos) com um total de 3.054 (três mil e cinquenta e quatro) moradores sendo, 2.028 (dois mil e vinte e oito) brancos e 1.011 (mil e onze) negros. No bairro de Casa Forte, o rendimento nominal médio mensal dos domicílios é de R\$ 11.318,97 de um total de 6.765 (seis mil setecentos e sessenta e cinco) pessoas, apenas 1.361 (mil trezentos e sessenta e uma) se declararam pardas e 122 (cento e vinte e duas) se declararam pretas, dando um total de apenas 1.483 (mil quatrocentos e oitenta e três) pessoas negras nesse território. No Poço da Panela, onde rendimento nominal médio mensal dos domicílios é de R\$ 9.346,35, esse percentual é ainda menor. De um total de 4.615 moradores, 3.196 (três mil, cento e noventa e seis) se declararam brancas em relação a um total de 1.401 (mil quatrocentos e uma) negras.

¹⁹ Fonte: Prefeitura do Recife 2019.

Quando comparamos esses percentuais com o bairro da Torre o rendimento nominal médio mensal dos domicílios é de R\$ 4.827,09 e a renda per capita dos moradores é inferior aos do Casa forte e Poço da Panela, percebemos o aumento do número de pessoas negras. Neste bairro de um total de 17.903 (dezessete mil novecentos e três) moradores, 7.736 (sete mil setecentos e trinta e seis) pessoas são negras, em relação a 4.358 (quatro mil trezentas e cinquenta e oito) brancas.

Além disso, observa-se que nos bairros onde a predominância de pessoas brancas é maior do que o percentual de negros a renda é maior e os bairros possuem melhor infraestrutura.

A localização do bairro da Vila Santa Luzia é confusa nos mapas do Recife, possivelmente pelo fato de sua localização pertencer a uma área de assentamento urbano. Em alguns ela consta como parte do bairro do Cordeiro e em outros como Torre. Diante deste impasse achou-se por bem localizá-la no bairro da Torre, onde consta o maior número de indicações nas pesquisas realizadas nos sites da Prefeitura e IBGE.

Os dados, estão disponibilizados na perspectiva de classe sociais, mas indicam uma realidade de discriminação racial nesses territórios, considerando a relação econômica e os espaços de ocupação da cidade formalizados pelo racismo estruturante da nossa sociedade.

Sousa (2011), ressalta que as áreas pobres do Recife são denominadas de diferentes formas, como favelas, assentamentos populares, entre outros, mas são ao mesmo tempo “constituídas em sua maioria por uma população negra, ainda que estas não se identifiquem desta forma”. A apresentação e interpretação dos dados auxiliará na base para demonstrar o que o racismo é pensado e se constitui como fator limitante da inclusão social das pessoas negras.

Contudo, embora a questão racial seja o foco para apresentação do racismo ambiental neste trabalho, a pesquisa de campo em conjunto com a literatura consultada demonstraram que as culturas e as formas alternativas de vivenciar os espaços pelos grupos sociais, aparentemente fora dos padrões normativos, ditados pelo modelo hegemônico branco, também sofrem discriminações à medida que procuram adentrar os territórios dominados pelos grupos sociais de maior poder econômico e político.

4.3 Análise de gestão

Estar no Parque Santana pode parecer estar em um espaço de socialização e integração entre diferentes grupos sociais, mas basta apenas conversar um pouco com os usuários mais frequentes que é possível identificar inúmeros problemas de gestão do espaço.

Entre os aspectos analisados na gestão do Parque Santana, estão o acesso ao parque, eventos/festivais realizados em parceria público-privada e o acesso aos equipamentos internos pelos usuários, que serão desenvolvidos a diante:

4.3.1 O acesso ao Parque Santana

O Parque Santana possui seu acesso principal pela Rua Jorge Gomes de Sá. Há dois portões de entrada por este acesso, sendo que um deles, localizado no final da rua encontra-se desativado por questões de segurança. Segundo os representantes da administração, o motivo do fechamento do mesmo é a falta de pessoal suficiente para zelar pelos dois portões.

De forma geral, o acesso ao parque não é fácil para quem depende de transporte público. A avenida Dezanove de Agosto, local onde passa a maioria das linhas de ônibus, fica há quase vinte minutos de distância do parque, sendo necessária uma longa caminhada até a chegada. Contudo, há uma linha com acesso direto ao parque, a 411 - Shopping Plaza/Dantas Barreto, mas circula em intervalos de mais de quarenta minutos e realiza um longo percurso até chegar ao terminal, que fica em frente ao Parque. No entanto, o parque possui estacionamento próprio, um diferencial para quem possui carro particular. Este espaço costuma servir de praça de alimentação para os grupos com maior poder econômico nos eventos organizados pela Prefeitura do Recife, conforme será exposto adiante.

O segundo acesso encontra-se pela parte de trás do parque, pela Vila de Santa Luzia, bairro da Torre e é realizado através de uma ponte, construída para facilitar o acesso dos trabalhadores ao seu emprego. Entretanto a ponte apresenta diversos problemas em relação à segurança dos transeuntes que a utilizam para chegar até o parque.

Moradores e pedestres relatam presença de traficantes, inclusive, menores de idade e constantes assaltos na ponte. Observa-se que esse acesso ao parque foi ignorado no período da requalificação, não havendo preocupação no investimento de melhoria do

seu aspecto físico-estrutural e tampouco em de colocar uma guarita policial próxima a passagem, o que inibe o acesso de muitas pessoas, sobretudo crianças, a atravessarem a ponte para utilizarem o parque.

A imagem que se vê desse trecho do parque é a da comunidade ribeirinha que habita as palafitas do outro lado da margem. Este local é considerado o local mais perigoso do parque, onde costuma ocorrer o maior número de assaltos, devido à pouca iluminação. Contudo, essa era uma ocorrência frequente no parque e por isso muitos usuários relatavam que costumavam deixar seus pertences “no carro” para realizar seus exercícios despreocupados.

Gestores e usuários entrevistados, mesmo não culpando diretamente moradores da comunidade da Vila Santa Luzia pela violência, afirmaram que os assaltantes sempre corriam em direção à ponte, nunca para a saída do parque, o que nos faz refletir acerca dos comportamentos violentos e se estes não seriam uma resposta ao descaso sofrido pela comunidade em relação a garantia de direitos básicos.

Compreendendo que esse tipo de violência é consequência da discriminação racial no contexto espacial, Raffestin (2011, p.121), afirma que “ocasionando situações perigosas frente a opressão do sistema a essas populações as relações dissimétricas impostas pela população branca à população negra acabam por se voltar contra os brancos”.

Dessa forma, compreende-se que “a discriminação racial conduz a desequilíbrios internos que determinam tensões políticas muito perigosas para a coesão do Estado” (RAFFESTIN, 2011, p. 121). Implica dizer, que a violência em determinados casos, é fruto da reação de determinados grupos em resposta a omissão do Estado.

As figuras a seguir apresentam a ponte que possibilita a passagem dos moradores da Vila de Santa Luzia no bairro da Torre para o Parque Santana. Contudo, vale salientar que a maioria das pessoas que utilizam a passagem diariamente, quando perguntadas se utilizavam o parque no seu tempo livre, afirmaram que não costumavam frequentar o parque. A figura 3 destaca as moradias precárias ao lado da ponte, enquanto a figura 4 apresenta a ponte bastante utilizada em final de semana de festival.

Figura 3 – Ponte de acesso com destaque para comunidade que ocupa a margem do rio do lado do bairro da Torre



Fonte: Autora, 2019.

A passagem que une (ou separa) os dois bairros é uma ponte cujo nome é praticamente desconhecido, construída para facilitar a chegada dos empregados e empregadas aos seus trabalhos. A imagem do parque também muda do lado do bairro da Torre na Vila de Santa Luzia. Dessa perspectiva quase não se enxerga o parque, mas a vegetação do mangue que se estende nessa margem do rio.

Figura 4 – Ponte de acesso ao Parque Santana pela Vila Santa Luzia



Fonte: Autora, 2019.

4.3.2 Festivais e Eventos

Os eventos realizados no parque estão programados no item 5 – do Plano de trabalho do IGEC, enquanto metas/ações à serem cumpridas.

Elaborar um projeto de patrocínio dos parques, bem como, difundir o parque como excelente local de realização de eventos, fomentando as empresas realizadoras de eventos; realizar análise de possíveis eventos que poderão ser realizados nos parques, criando embasamento para elaboração do manual de eventos. (IGEC, 2005, p. 6)

Estes eventos, visam gerar renda para o parque e expressam indícios de que buscam privilegiar grupos sociais com maior poder econômico. Como por exemplo, as feiras anuais de orquídeas, os festivais de jazz e os festivais de *Food Truck*. Nesses eventos a Prefeitura organiza praças de alimentação reservadas aos comerciantes dos *trailers* que oferecem alimentos “gourmetizados”, enquanto os comerciantes de espetinho das barraquinhas informais, apertam-se nas beiras das calçadas do outro lado da pista, conforme apresentado na figura 4.

Figura 5 – Estacionamento do parque transformado em praça de alimentação para atender aos clientes do comércio de alimentação gourmet. Visão externa 1 do Parque Santana/Praça de alimentação “informal” durante o Festival de Jazz BB Seguridade. Set. 2017



Fonte: Autora, 2017.

Como salienta Frúgoli Júnior (1995), de forma geral, “as gestões municipais mais progressistas administram o uso do espaço através de mapeamento do uso e controle maior das concessões de licença, enquanto as gestões mais conservadoras atuam no sentido de reprimir e expulsar a maioria pra fora das regiões centrais” (FRÚGOLI JÚNIOR, 1995, p. 46).

Durante a pesquisa, em conversa com uma vendedora ambulante de *brownie*, foi perguntado como era realizada a seleção das barracas de vendas de alimentos, se havia algum tipo de inscrição e sorteio na Prefeitura. A resposta da ambulante foi a seguinte: “*Não. Todos aqui fazem parte de um grupo no whatsapp, e foram convidados pela organização do evento para expor no festival. As cadeiras e mesas foram fornecidos pela Prefeitura*” (Vendedora ambulante de *brownie*).

Perguntada sobre o porquê da organização do evento não incluir as outras barracas do mesmo lado da deles, na praça da alimentação criada para o evento do parque a vendedora respondeu: “*Porque eles são ambulantes!*”

Para Frúgoli Júnior (1995), esse tipo de tratamento, é associado a um estigma construído no campo de relações onde o rival, concorrente ou o diferente pode ser assim nomeado. Nesse caso, “o ‘ambulante’ é um ator social sem local de trabalho definido, que está em toda parte” (FRÚGOLI JÚNIOR, 1995, p. 47). Todavia a vendedora de *brownie* com bicicleta nova, ornamentada e com marca própria do seu produto não se considera ambulante, mesmo possuindo as mesmas características do vendedor de espetinho que ocupa o outro lado da rua, comportamento justificado apenas pelo fato de estar vendendo o seu produto num local organizado pelo poder público, o que lhe oferece certo privilégio social, frente aos vendedores de espetinhos, que utilizam o espaço da rua, sem autorização, motivados pela ausência de um espaço mais apropriado para suas barracas. Há nesse caso uma nítida seletividade social. O fato é que “a diferença cultural está presente também em nosso país e que o outro não precisa ser exótico ou longínquo pra ser o outro” (GUPTA e FERGUSO, 2000, p. 40).

A figura a seguir, demonstra o local ocupado pelos ambulantes informais que disputavam as vendas com os demais comerciantes.

Figura 6 – Rua calçada do terreno na Jorge Gomes Sá, em frente ao Parque Santana, ocupada pelo comércio “informal” durante o Festival de Jazz BB Seguridade. Set. 2017



Fonte: Autora, 2017.

Os trabalhadores urbanos, sobretudo das periferias, criam várias formas de aumentar sua renda, investindo em um segundo emprego ou nos trabalhos temporários, os “bicos”. O investimento no comércio informal costuma ser a maneira mais comum do aumento da renda, utilizando seus locais de moradia ou ocupando os espaços públicos para a venda de seus produtos.

A ocupação do espaço do Parque Santana é bastante comum, sobretudo nos finais de semana e principalmente durante os eventos e festivais, que costumam ocorrer com frequência no local.

É necessário, portanto, reconhecer a precariedade da situação dos trabalhadores informais, principalmente dos que costumam ocupar os arredores do parque em dias de festival, sendo necessárias fomentar políticas públicas criativas que permitam a inclusão dos grupos locais neste espaço.

Os festivais geram um grande contingente de comerciantes. Enquanto toda a infraestrutura é disponibilizada aos comerciantes dos *food trucks*, os comerciantes informais ocupam espaços improvisados próximo ao parque.

Implica dizer que algumas medidas acabam por subverter em parte a destinação pública igualitária do parque, na medida em que criam uma espécie fluente de apropriação privada do espaço público. Tais apropriações são demarcados com regras “subterrâneas de “posse” do ponto”, lideranças, alianças internas e externas, voltadas

para uma regulamentação informal” das relações de trabalho. (FRÚGOLI JÚNIOR, 1995, p. 39).

Observa-se que, mesmo possuindo as condições necessárias para redução das desigualdades, o poder público faz opção de beneficiar a elite detentora do poder político, do qual ele faz parte, em detrimento aos grupos populares.

4.3.3 Acesso aos equipamentos e a relação com a democratização do espaço

Há uma expressiva diferença entre o discurso dos administradores diretos e gestores entrevistados e a opinião de alguns moradores em relação à democratização do uso do espaço. Enquanto os primeiros acreditam que o parque serve à todas as pessoas de modo igualitário (mesmo percebendo a diferença social entre os usuários), os moradores entrevistados creem que exista uma seletividade nas atividades voltadas aos usuários. Primeiramente por não haver uma dinâmica democrática em relação ao uso dos equipamentos do parque e também por haver pouca ou nenhuma participação nos processos decisórios.

Contudo, entre as metas/ações para o cumprimento dos objetivos específicos, consta “realizar reuniões com a comunidade afim de ouvir as demandas locais e propor ações mais eficazes” (IGEC, 2015). Mas apesar de compor o Plano de trabalho da Administração (em anexo), não ocorrem mobilizações para realização de reuniões com a comunidade no Parque Santana e as decisões são tomadas unicamente pela própria administração. Em relação ao tema sobre a gestão e concepção de espaços livres como os parques, Sá Carneiro (2010) afirma a importância da mobilização comunitária e dos técnicos na divisão de responsabilidades.

O referido Plano de trabalho tem como meta a realização de 22 (vinte e duas) reuniões anuais com os moradores das comunidades, contudo, segundo os usuários, moradores das comunidades de Santana e Vila Santa Luzia, que tivemos oportunidade de entrevistar, essas reuniões não costumam ocorrer.

Recai ainda sobre esta gestão o peso de um certo grau de autoritarismo, tanto por parte da Secretaria de Turismo e Lazer, quanto dos funcionários do IGEC. O discurso dos entrevistados das comunidades de Santana e Santa Luzia demonstram ausência de diálogo entre esses usuários e a gestão, vez que suas demandas nunca são privilegiadas. Ao serem questionados sobre a influência da comunidade da gestão do parque, os

entrevistados responderam que os gestores escutam, mas não registram nem consideram suas demandas.

Nas conversas realizadas com os gestores, restou claro que, apesar de haver reconhecimento por parte do poder público sobre a importância da participação da comunidade, é mais simples realizar apenas as tarefas de manutenção cotidianas no parque e cumprir às ordens da Secretaria de Turismo e Lazer, sem ouvir às comunidades.

São inúmeras as queixas em relação à administração do Parque Santana. Além da falta de participação popular sobre as decisões, as reclamações giram em torno da forma como alguns equipamentos como as quadras e o campo de futebol são reservados aos usuários

Um integrante da Associação dos Moradores do bairro de Santana, e usuário do parque afirmou que alguns equipamentos do parque são controlados pelos “pessoal dos prédios”. O mesmo comentário foi feito por outro usuário do parque, morador da Vila de Santa Luzia, que relatou abusos durante as intervenções na pista de skate. Fatos relacionados a esta autoridade foram relatados nas entrevistas por diferentes usuários e serão apresentadas a seguir.

4.3.4 A construção do parCão

Trata-se de um parque recreativo para cães. O primeiro permitido e construído em um parque público, tendo sido inaugurado no dia 31 de Julho de 2016. Apesar de um parque para cães surgir como uma experiência positiva em algumas cidades do mundo e favorecer os donos de animais que necessitam de atividades recreativas para os seus cães, a decisão sobre a implementação de sua construção não foi pensada junto às comunidades que receberam com surpresa a notícia.

Uma das entrevistadas, moradora do bairro de Santana e membro da Associação dos moradores de Santana, informou que tentou intervir na sua instalação sob o argumento de que haveria outras prioridades para o local naquele momento. Sem sucesso, tentou pelo menos intervir na escolha do local da construção, para que este fosse instalado o mais próximo possível da entrada do parque, evitando o risco de contato com fezes e urina de animais durante o percurso, mas também teve sua solicitação ignorada.

Hoje o parCão funciona próximo a segunda entrada do parque, que se encontra desativada por questões de segurança e há relatos de ataques dos cães à crianças e ausência de sacos coletores para as fezes dos animais.

4.3.5 O acesso ao campo de futebol

As reservas das quadras e do campo foi um assunto abordado por pelo menos 03 (três) usuários entrevistados da comunidade de Santana. Um dos entrevistados informou com detalhes que o campo de futebol era reservado por tempo indeterminado, todos os domingos à um único usuário, morador “dos prédios”, que o utilizava da maneira mais conveniente, geralmente promovendo campeonatos de futebol entre os seus alunos particulares, para que sejam vistos por olheiros de futebol.

A fala de um dos usuários do campo e morador do bairro de Santana relata o seguinte:

“Uma vez eu e os meus amigos, nos organizamos para uma pelada no domingo. Não sei como o parque reservou o campo pra gente neste dia, porque todo domingo é esse cara que usa pra os alunos dele. Organizamos essa pelada, cada time com o seu padrão, tudo organizado e de repente ele chegou mandando a gente sair. Insistimos em ficar e ignoramos ele. Ele saiu e pouco tempo depois voltou com a polícia. Os policiais nos trataram como ladrões. Explicamos que tínhamos reservado e mostramos o ofício da solicitação assinado pela administração, mas acho que os policiais eram amigos dele, porque nem ligaram pra o ofício e nos expulsaram do campo, sob ameaça de levar a gente preso”
(Morador do bairro de Santana e usuário do campo de futebol).

A informação sobre a reserva foi confirmada por um dos gestores do parque de forma muito natural, demonstrando total desconhecimento sobre “gestão democrática dos espaços”. Quando perguntado sobre a possibilidade de solicitação do uso do campo por outro usuário em um dia de domingo, este confirmou também sobre a impossibilidade, tendo em vista a solicitação antecipada deste usuário, por meio de ofício. Segundo o gestor, lhe era garantido a prioridade no uso, sendo suspensa apenas quando há eventos de grandes empresas, como quando ocorreu, o campeonato Neymar Jr's Five patrocinado pela empresa Red Bull, no dia 14 de Maio de 2016.

Contudo, o gestor não soube informar qual a origem do trabalho do usuário, demonstrando desconhecer o intuito lucrativo do trabalho denunciado pelos usuários entrevistados, inclusive por uma professora voluntária do local.

4.3.6 A intervenção para melhorias da pista do skatepark

De forma geral, o skate, por ser um esporte popular entre jovens de diferentes realidades econômicas costuma estar associado a rebeldia e a marginalidade, pelo fato de utilizar a rua como espaço de interação social.

Ocorreu que na ausência de uma pista que atendesse aos anseios de parte dos skatistas de uma modalidade conhecida como *street*, e que requer uso de obstáculos, um grupo de skatistas auto organizados, usuários do parque chamado “*Santana Crew*” resolveu realizar as melhorias necessárias, alterando a estrutura original da pista, acrescentando obstáculos como barras de ferro e concretos para que fosse possível a realização de manobras. No entanto, para realizar as instalações desses obstáculos, seria necessário quebrar partes do piso da pista, o que foi imediatamente reprimido pela administração do parque.

A figura a seguir, apresenta a pista antes da intervenção do grupo elaborada para atender a duas modalidades diferentes *street e longboard*²⁰. Em primeiro plano há um terreno liso, que serve apenas para deslizar o equipamento, sem oferecer maiores possibilidades de uso à modalidade *street*. Em segundo plano, vê-se uma pista mais funda com pequenas ondulações, interessante para quem pratica o *longboard*.

²⁰ No skateboarding há diferentes tipos de modalidades, sendo duas mais populares na cidade do Recife. A modalidade *street*, que utiliza pranchas menores realizam manobras em obstáculos e utilizam corrimãos para deslizar com seus equipamentos, e *Longboard* que usa pranchas mais longas para descer grandes ladeiras, remetendo ao surf.

Figura 7 – Pista do skatepark do parque Santana entregue após a requalificação do parque em janeiro de 2013.



Fonte: Google imagens, 2013.

As tentativas de diálogo do grupo “Santana Crew” não logravam êxito devido ao caráter autoritário dos administradores do parque. Porém, todos os dias havia uma nova tentativa de instalação destes obstáculos, seguida por intervenções contrárias dos administradores e até de um morador de um dos prédios próximo ao parque, que não utilizava a pista, mas ameaçou comunicar de imediato o ato que classificou como “vandalismo” à guarda municipal e ao Secretário de Turismo, com o qual teria uma forte relação de amizade.

A polícia também interviu na discussão, mas foi desmotivada a levar preso o grupo, pois compreendeu ser desnecessária tal atitude, devido a série de argumentos apresentados pelo grupo reprimido, que demonstrava a todo momento tratar-se de um ato pacífico de melhoria do espaço concebido.

Este tipo de repressão já foi abordada na literatura sobre o espaço público, conforme explica Diniz e Silva (2014):

A prática do skate em ruas, praças e calçadas constitui-se, amiúde, em uma atividade clandestina e passível de repressão. Tendo em vista esses conflitos em potencial, é comum a apropriação por skatistas de espaços públicos “subutilizados”. Nesses casos, a reapropriação pode não apenas redefinir os usos das formas urbanas, mas inscrever, de maneira mais ou menos permanente, novos elementos no espaço preexistente. Tratam-se de ações de autoconstrução de rampas, tablados, corrimãos e diversos outros tipos de obstáculos. O termo nativo para essas iniciativas é Do It Yourself (DIY). Através do DIY, esses espaços transformam-se em lugares de encontro intensamente

frequentados por skatistas, que lhes atribuem novos sentidos e qualidades materiais (Diniz e Silva, 2014, p. 01).

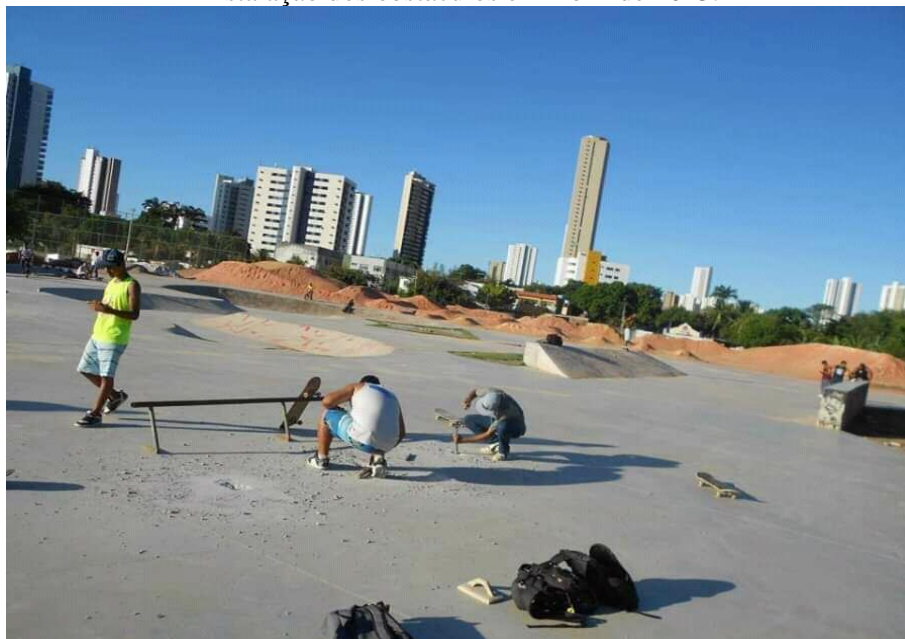
Das quatro peças que foram instaladas entre abril de 2013 e agosto de 2015, uma foi removida e apreendida pelos administradores. Esse momento é descrito como um período extremamente tenso entre os skatistas e os gestores, quando foram realizadas diversas reuniões, mas nenhum acordo foi encaminhado.

O obstáculo chamado de “palquinho”, removido durante a ação da administração, foi o quarto e último construído na casa de um dos usuários morador da rua da Vila, e montado para um evento em 07 de setembro de 2015. Esse equipamento foi confiscado no dia 08 de setembro de 2015, sendo recuperado só em 24 de fevereiro de 2017, quando foi jogado fora de um dos quiosques por ocasião do início do funcionamento deste comércio. Sobre o evento um dos entrevistados relatou:

“A ‘Sessão geriátrica de Skate’ lá no Santana, é uma sessão com os amigos, principalmente os mais velhos no movimento. A gente já tava querendo fazer esse palquinho, aí aceleramos a construção pra estreiar nessa sessão que ia cair no feriado de 07 de setembro. (Skatista 1)

Quando foi encontrado, o “palquinho” estava em estado precário sem condições de ser utilizado, mas foi refeito e instalado novamente. Após um longo período de insistência os obstáculos foram incorporados à pista e o grupo pode aproveitar melhor o equipamento.

Figura 8 – Pista do skatepark do parque Santana no primeiro mutirão de instalação dos obstáculos em Abril de 2013.



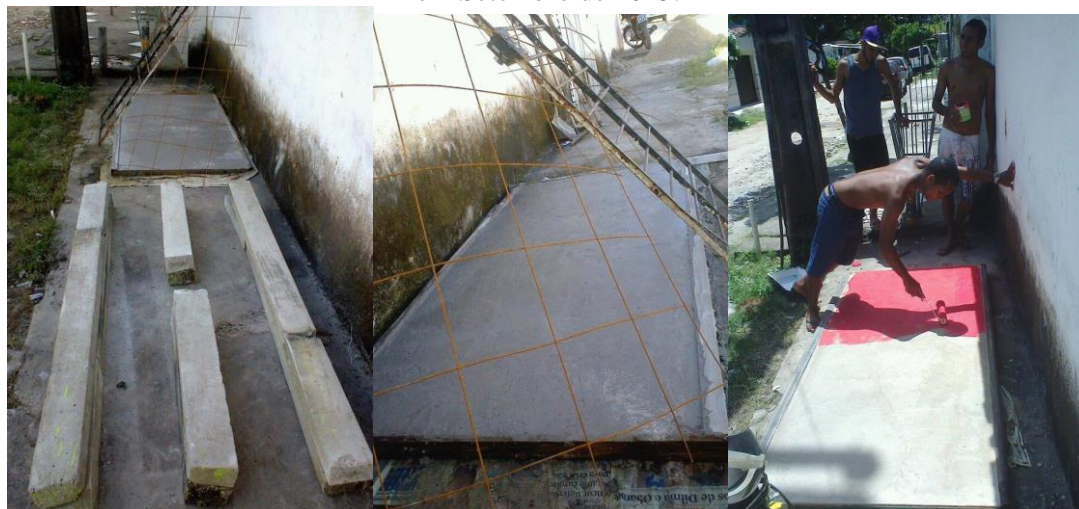
Fonte: Acervo do Coletivo Santana Crew, 2013.

Figura 9 – Pista do skatepark do parque Santana no primeiro mutirão de instalação dos obstáculos em Abril de 2013.



Fonte: Acervo do Coletivo Santana Crew, 2019.

Figura 10 – Processo de construção do obstáculo (palquinho) confiscado pela administração em Setembro de 2015.



Fonte: Acervo do Coletivo Santana Crew, 2013.

Este caso reafirma a dimensão espacial a partir do vivido tendo em vista que:

A capacidade das pessoas de confundir as ordens espaciais estabelecidas, mediante movimentos físicos ou por meio de atos políticos e conceituais de reimaginação, significa que o espaço, nunca pode ser ‘dado’, e que o processo de sua construção sociopolítica deve ser levado em consideração”. (GUPTA e FERGUSO, 2000, p. 44)

O fato deixa claro que a intolerância e a incapacidade do poder autoritário de compreender e diferenciar “atos de melhoria” de “atos vandalismo”, é fruto de um processo histórico de discriminação e opressão àqueles com menor poder político e econômico e configurado fora dos padrões normativos.

4.3.7 Intervenção no equipamento e o acesso à quadra de tênis

Assim como a pista do skate, um grupo de tenistas, usuários mais assíduos da quadra e moradores próximos ao parque avaliaram a necessidade de realização de intervenções para melhoria na quadra de tênis.

Vale salientar dois aspectos importantes nesses casos: primeiramente, o grupo de usuários da quadra de tênis possui um poder econômico superior ao do skate, o que garante um certo privilégio social; em segundo lugar, diferentemente do que ocorreu na pista, não houve cota entre o grupo para compra dos materiais, apenas uma pessoa se responsabilizou pela compra e instalação dos materiais, um militar aposentado que

resolveu assumir todos os cuidados com a manutenção do espaço. No entanto, parte da manutenção é realizada através de cotas com o grupo mais assíduo e também pela Prefeitura do Recife.

Sobre essa questão Ferreira (2005) destaca que o espaço social envolve o processo de luta pela conquista de posições num espaço desigual e contempla relações de poder. Tal qual, a posse do capital é um dos fundamentos do poder, que se manifesta na distribuição dos agentes e dos bens e serviços no espaço.

Assim, para um melhor aproveitamento da quadra, foi adicionada uma nova tela de proteção com aberturas menores que a anterior, afim de evitar que as bolas vazassem para fora da quadra, interrompendo constantemente o jogo. A rede foi substituída, a pintura do piso da quadra foi refeita e um placar para marcação da pontuação foi colocado.

Diante das evidências de que ali estava sendo realizada uma intervenção de melhorias e tendo em vista quem a estava promovendo, nenhum tipo de abordagem foi realizada, tendo as obras seguido tranquilamente até sua finalização. Não foi necessário dar explicações sobre a necessidade de requalificar o espaço, tampouco demonstrar qual a intenção de um particular querer melhorar um espaço público com recursos próprios.

Figuras 11 – Antes e depois da quadra de tênis. As imagens mostram a diferença da quadra após a instalação da rede



Fonte: Autora, 2018

Figuras 12 – Antes e depois da quadra de tênis. As imagens mostram a diferença da quadra após a instalação da rede



Fonte: Autora, 2018

Com todos esses cuidados de manutenção, surgiu o medo do mau uso e da depredação, o que levou os responsáveis a optarem pelo trancamento da quadra. Tal decisão não foi bem avaliada pelos administradores que a princípio se recusaram a aceitar, mas foram convencidos de que deveriam guardar uma chave enquanto a outra

estaria sob os cuidados dos tenistas responsáveis pela manutenção. Com o tempo o cadeado de chave foi substituído por um cadeado com código, cujo a senha encontra-se sob os cuidados da administração.

O resultado desta ação, por melhor que seja a intenção, é o estabelecimento de um espaço “controlado”, quase privado, afinado com um ideal de modernidade elitista (NIEMEYER, 2002). “Nesse espaço controlado não há lugar para o lazer que não se identificasse com os preceitos morais burgueses e seus códigos de ‘bom comportamento’, incluindo aí as atividades lúdicas consideradas adequadas a esse espaço” (NIEMEYER, 2002, p, 52).

Figuras 13 – Placa informativa da quadra e cadeado da quadra de tênis



Fonte: Autora, 2018

Figuras 14 – Placa informativa da quadra e cadeado da quadra de tênis



Fonte: Autora, 2018

É dessa forma que os grupos e agentes se situam no seu determinado lugar do espaço social, distinguindo-o pela sua distância em relação aos outros, se diferenciando. O recorte discriminatório existente levará também a uma consequente territorialização dos hábitos de lazer, excluindo outros desse espaço físico e social.

4.4 Análise de uso e das relações sociais: os conflitos e as disputas territoriais

O estudo dos territórios possibilita o reconhecimento da mobilidade dos sujeitos pelo espaço, desvendando os encontros cotidianos dos usuários pertencentes aos diferentes grupos sociais, como moradores das comunidades de baixa renda com os vizinhos de média e alta renda. Um tema que emerge desse estudo é a verificação da convivência cotidiana de camadas sociais diferentes num mesmo espaço.

A heterogeneidade dos grupos sociais pode ser observada nos conflitos sociais, onde se procura assegurar a homogeneidade social dos frequentadores do parque pelo

controle efetuado por meio da autoridade assegurada pelo poder político de alguns sujeitos pertencentes à grupos sociais com maior poder econômico. Assim, “o estudo minucioso dos aspectos envolvidos nas interações cotidianas dos sujeitos, permite desvendar padrões e regularidades inscritas nas formas de organização das relações sociais, assentadas numa ordem desigual e hierárquica” (FERREIRA, 2005, p. 14).

Portanto, a proximidade física das comunidades não contribui para diminuir a distância socioeconômica entre os grupos e por vezes acentua tal distanciamento, de forma que:

o modo de relação dessas diferentes camadas sociais parece assentar-se no princípio de desigualdade hierárquica, de assimetria. Esse modo de relacionamento é complexo porque se fundamenta em inclinações contraditórias, a saber: proximidade e distanciamento, intimidade e impessoalidade, rivalidade e cooperação, etc. (FERREIRA, 2005, p. 14).

Um morador da comunidade da Vila de Santa Luzia narrou que em um dos grandes shows organizados no parque, a polícia interrompeu a passagem da ponte para evitar a entrada dos jovens da Vila que tinham a intenção de assistir ao show e mesmo após a constatação de que não estavam armados, foram impedidos de entrar no parque. Episódios como este torna os jovens da favela suspeitos apenas por estarem entrando no show pelo acesso dos menos favorecidos economicamente, que saem de casa sem dinheiro. Como afirma Monteiro, (2007, p. 27) “A peneira dos direitos sociais depende de que território estamos falando”.

Uma maior heterogeneidade social pode ser observada no uso de alguns equipamentos do parque, durante os fins de semana e nos festivais. Esses momentos parecem ter uma orientação democrática, ao menos do ponto de vista da apropriação física do espaço, ainda que esta orientação não se estenda às práticas cotidianas que a frequência ao parque supõe. Entretanto não se configura propriamente uma intensificação das relações entre os diferentes grupos sociais. Há uma diferença entre o público que o frequenta durante a semana, com razoável poder aquisitivo, daquele dos fins de semana, quando o parque é procurado por pessoas provenientes das classes populares.

Apesar de teoricamente estarem disponíveis, na prática, nem todos os equipamentos são acessíveis ao público, seja pela falta de recursos materiais para sua utilização, seja pela ausência de profissionais habilitados para a orientação das atividades.

As observações de campo realizadas durante os anos de 2017 e 2018 demonstraram que a dinâmica do parque sinaliza a prática de atividades bem distintas pelo tipo de público. Por essa razão, diferentes usos se manifestam dentro de um mesmo território.

Pôde-se observar que o parque apresenta padrões de uso distintos nos dias úteis e nos fins de semana. Durante a semana, atende aos usuários das proximidades para a prática de ginástica na Academia da cidade e na Academia Recife, além do *cooper* e atividades com instrutores particulares, cada vez mais frequentes no parque. Nos fins de semana atende a um público diverso, que costuma utilizar o parque mais para recreação, além do “ParCão” e as quadras poliesportivas; há também o público que frequenta o parque apenas em dias de eventos com grandes shows, o que atrai uma grande quantidade de público, que aproveitam para fazer piqueniques, recrear e assistir às apresentações.

Na realização de uma análise sobre o uso do parque a fim de obtermos subsídios que demonstrem aspectos do racismo ambiental, além da observação de campo na análise, acompanhamos usuários dos grupos específicos que praticam atividades no parque, que se destacaram nessa pesquisa, por pertencer a realidades socioculturais e econômicas bem distintas e por terem vivenciado experiências semelhantes dentro do parque, só que com diferentes desfechos. A experiência dos usuários da pista de skate e dos usuários da quadra de tênis são emblemáticas para demonstrar o racismo ambiental sobre o uso e as relações sociais no parque Santana.

Ficou demonstrado que a dominação econômica e política das comunidades de Casa Forte e Poço da Panela, tem uma profunda influência hegemônica sobre as ordens e informações sobre o parque, existente a partir de uma cultura liberal e burguesa.

O espaço dominante, o dos centros de riqueza e de poder, se esforça para aprestar os espaços dominados, os das periferias. Ele reduz a si, por uma ação frequentemente violenta, os obstáculos e resistências. Quanto às diferenças, são remetidas por sua própria conta a simbolismos que tomam obrigatoriamente a forma de uma arte própria abstrata (Lefebvre, 2006, p. 80).

A objetificação da realidade política, no caso da questão racial, é crucial para embasar de forma significativa o debate acadêmico em relação a política de lazer deste parque. Segundo Bhabha (2000, p. 15) “Um saber só pode se tornar político através de

um processo agnóstico: dissenso, alteridade e outridade são as condições discursivas para a circulação e o reconhecimento de um sujeito politizado e uma verdade pública”.

Os usuários da quadra de tênis possuem um privilégio à parte por praticarem uma modalidade esportiva valorizada e socialmente aceita, em detrimento aos skatistas, que por praticarem uma modalidade esportiva mais comum entre jovens são frequentemente discriminados.

Há necessidade de uso de materiais adequados à prática desta modalidade, como tênis antiderrapante específico para a quadra, raquetes, bolas, além da frequente necessidade de substituição desses materiais, torna a modalidade uma prática esportiva menos popular e notadamente elitista. Em geral, os usuários pertencem a uma camada social de maior poder político e econômico. Esse tipo de modalidade esportiva é inviável para quem não possui acesso às condições mínimas de arcar com a compra e manutenção dos equipamentos necessários.

Já os skatistas fazem parte de outra realidade social. Situando os usuários da pista de skate nesse trabalho, faz-se importante destacar o perfil destes praticantes, que costumam se referir a modalidade como “cultura do skate”, devido a prática de interligar a movimentos musicais e artísticos e de moda, principalmente o Hip Hop (música da periferia e essencialmente negra), e do grafite (arte de produzir desenhos nos muros), além de terem um estilo próprio de se vestirem, utilizando roupas folgadas e tênis.

O skate, nesse sentido, compõe a cultura de rua e periférica, logo carregando o estigma da marginalidade, marca histórica da população negra. Costuma também ser um representante do movimento hip-hop que por sua vez “foi um vetor muito importante de organização, articulação, ocupação de espaços públicos e até mesmo de denúncia das mazelas sociais que as periferias estavam passando” (JUNIOR, 2007, p. 32).

Como demonstra Santos (2005, p. 101) “o hip hop é um movimento político-cultural produzido por pessoas que moram em espaços pobres e segregados, e que por meio da arte e da cultura, criam formas várias de fazer política”. A inspiração musical decorre principalmente das suas experiências cotidianas do lugar onde moram e das pessoas que os circulam, fazendo do seu dia a dia alimento para a criação das letras. “Nos Estados Unidos, foram e são os guetos, no Brasil são as favelas, as periferias e os conjuntos habitacionais”.

A diferença entre o hip hop e tantas outras manifestações artísticas é que, nele, o questionamento político é consciente e explícito, e a arte é, no fundo, o veículo o inconformismo de quem se identifica com e adere ao movimento (...) o rap, o grafite e o break – são construções artísticas que expressam um significativo e contundente conteúdo de crítica social, apontando por vezes na direção da instituição de outras relações sociais e de poder (SANTOS, 2004, p. 102)

Para o grupo de skatistas entrevistados que compõe o coletivo *Santana Crew* que frequenta o parque desde antes de sua requalificação, a participação política nos espaços decisórios se faz extremamente importante, pois é a forma mais eficiente de acompanhar suas demandas junto ao poder público. Dessa maneira, organizam-se politicamente no sentido de garantir as melhorias do seu espaço no território.

A matéria prima dos skatistas também é a cidade que eles vivem de forma ampla, pois trafegam por suas ruas e avenidas sobre os skates com bastante frequência. Não só como forma de diversão, mas também como meio de transporte, embora a cidade não ofereça condições apropriadas para isso.

O skate é uma prática urbana singular, mistura de modo / estilo de vida, forma de sociabilidade e cultura jovem, lazer e também de esporte, transitando entre espaços demarcados, como parques e pistas projetadas, mas principalmente na rua, utilizando espaços da cidade de forma diferente da pensada pelo poder público e pela apropriação privada. O mais atraente é a relação dos skatistas com a cidade. Dar um rolê de skate implica em conhecer profundamente os espaços, suas formas, curvas, passagens, paredes, arquitetura, estátuas, seus desníveis, vãos, cantos, pisos, materiais, texturas, suas porosidades, suas escadarias e seus degraus, para descobrir e escolher lugares para mandar uma manobra. O “olhar de skatista” está sempre olhando e buscando (DINIZ E SILVA, 2014, p. 03).

Foram mais de 10 (dez) skatistas entrevistados durante o trabalho. Cerca de seis fazem parte do grupo *Santana Crew* que foi acompanhado durante a realização desta pesquisa pois demonstraram auto-organização política, se unindo no sentido de reivindicar espaços na cidade para sua prática esportiva, e para promoção de campeonatos e eventos de inclusão social nos bairros de periferia, destacando o skate como meio de construção social.

Segundo o *Santana Crew*, há muitos anos, era reivindicada uma pista que atendesse tanto aos amadores quanto aos profissionais do skate na cidade. A participação deste grupo foi frequente nas reuniões anteriores e durante as obras de

requalificação do parque no ano de 2012, no sentido de garantir a construção de um *skatepark* com pista profissional. No entanto, o equipamento não foi desenvolvido conforme prometido e desde então o grupo passou a cobrar melhorias ao poder público.

A pista desenvolvida além de pequena, dividia o espaço entre as modalidades *street* e outra quase inexistente na cidade, o *surfskate*, praticado com um equipamento diferenciado, o *longboard*, um skate maior e mais estável, que possibilita escorregar pela pista desenvolvendo manobras pesadas. Em outras cidades, era praticada por surfistas que na impossibilidade de irem à praia durante a semana, acabaram adaptando a equipamento para que se assemelhasse a uma prancha de surf sobre rodinhas. A adaptação do skate e o perfil do público a transformou numa modalidade mais cara e comum entre pessoas de poder aquisitivo maior do que o dos skatistas tradicionais da modalidade *street*, ou skate de rua, mais popular e praticada pelo grupo que reivindicava melhorias no espaço.

Infelizmente, a diferença socioeconômica e cultural acabou criando uma diferenciação e consequente separação entre grupos de modalidades distintas dentro da cultura do skate. A pista com dois lados diferentes, elaborada para atender duas modalidades distintas segregou os grupos que mesmo frequentando o mesmo espaço, não interagiam.

Há uma justificativa plausível a esse distanciamento mesmo em volta de uma mesma atividade esportiva. Smith (2000) explica que o campo das relações sociais desiguais entre grupos de jovens é cada vez mais norteado pelo imaginário da indústria cultural. Aqueles pertencentes às camadas populares recorrem a estratégias simbólicas, que lhes propiciam fazer parte de determinado grupo ou categoria social, minimizando dentro do possível as diferenças decorrentes das discriminações, uma vez que suas possibilidades de consumo são muito mais precárias. Imediatamente, “o estilo corporal e as roupas mediam as construções pessoais de identidade com as culturas regionais, nacionais e globais (...) o estilo corporal é também uma questão de classe” (SMITH, 2000, p. 146).

Embora sejam todos usuários, “entre esses jovens, a utilização dos símbolos da indústria cultural não decorre de forma simplesmente passiva, uma vez que são muitas vezes resignificados em seu cotidiano” (FRÚGOLI JUNIOR, 1995, p. 64). Assim, na esfera do lazer:

As relações entre cultura e indústria cultural são complexas, mas o que é preciso entender é que tais relações não têm um vetor único. Há um

processo de criação, de apropriação e reapropriação, de ressignificação dos elementos em veiculação e dos espaços ocupados que é incessante. No caso do lazer juvenil esta questão aparece de forma aguda (ABRAMO, H. W., 1997, p. 7 *apud* FRUGÓLI, JUNIOR, 1995, p. 64)

O autor considera ainda que utilização de roupas de grife ou similares por parte desses grupos possui várias motivações, entre as quais destaca duas: “a obtenção de certo reconhecimento social, ao menos no campo das aparências antes as constantes discriminações a que estão expostos, e o acesso simbólico à própria condição de juventude, determinada cada vez mais pela estética publicitária” (Ibidem, p, 64).

Contudo, apesar de o vestuário ser uma importante característica que diferenciação social, no território do skatepark ela não é a única. Os próprios equipamentos utilizados para cada modalidade demarcam a qual grupo social o skatista pertence, pois o longboard costuma ter um preço acima dos skates utilizados no street. Assim, pelo fato de pertencerem a uma camada socioeconômica mais baixa, o grupo sofre constante discriminação, sobretudo quando precisam reivindicar seus direitos junto ao poder público.

Durante o mês de maio de 2018, outro conflito envolvendo o Santana Crew chamou atenção desta pesquisa.

A reforma do *skatepark* havia finalmente sido aprovada e o Parque Santana ganharia uma pista profissional de skate com obstáculos originais e condições para realização de competições, atendendo a uma reivindicação antiga do *Santana Crew* e de outros grupos de skatistas da cidade. O comunicado foi realizado em uma reunião de urgência no próprio parque com a presença de usuários locais e skatistas interessados na reforma no dia 13 de Maio de 2018.

Ocorre que os skatistas da modalidade do *surfskate* não se agradaram da ideia, pois segundo eles a pista não atenderia ao público amador. A imprensa foi acionada e no dia seguinte enquanto a pista era demolida, a notícia de que o poder público investiria “irregularmente” um alto valor para a construção de uma obra considerada desnecessária por esse grupo era divulgada em praticamente todos os jornais da cidade, conforme matérias relacionadas a seguir:

Figura 15 – Matéria publicada no Jornal Por Aqui



Fonte: Jornal Por Aqui, 16 de maio de 2018.²¹

Figura 16 – Matéria publicada no Jornal Folha de Pernambuco



Fonte: Jornal Folha de Pernambuco, 17 de maio de 2018.²²

Figura 17 – Matéria publicada no Jornal Diário de Pernambuco



Fonte: Jornal Diário de Pernambuco, 17 de maio de 2018.²³

²¹ Disponível em: <<https://poraqui.com/casa-forte/gasto-de-quase-r-600-mil-para-substituir-pista-de-skate-causa-polemica-no-parque-santana/>>.

²² Disponível em: <[https://www.folhadepernambuco.com.br/esportes/construcao-de-pista-de-skate-no-recife-gera-polemica/68562/#:~:text=Or%C3%A7ada%20em%20R\\$240600%20mil,para%20construir%20uma%20mais%20moderna&text=A%20pista%20de%20skate%20do,quarta%20feira%20\(17\).>](https://www.folhadepernambuco.com.br/esportes/construcao-de-pista-de-skate-no-recife-gera-polemica/68562/#:~:text=Or%C3%A7ada%20em%20R$240600%20mil,para%20construir%20uma%20mais%20moderna&text=A%20pista%20de%20skate%20do,quarta%20feira%20(17).>)>.

Figura 18 – Matéria publicada no Jornal do Commercio

NOVO PROJETO

Destruição de pista de skate do Parque Santana gera polêmica

Secretaria de Turismo do Estado diz que vai implantar projeto mais democrático

Margarette Andrea

Publicado em 18/05/2018 às 7:31

Fonte: Jornal do Commercio, 17 de maio de 2018.²⁴

Mais duas reuniões em caráter de urgência foram realizadas naquele mesmo mês com os dois grupos em conflito, desta vez na sede da Secretaria de Turismo e Lazer do Estado, no Centro de Convenções de Pernambuco com a presença dos representantes do governo. Assim, foi oportunizado à pesquisadora participar deste momento, a pedido do coletivo *Santana Crew*, mesmo diante da resistência da representante da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do município, que informou à pesquisadora que a reunião seria fechada, não sendo permitida a presença de pessoas de fora dos interesses da gestão ou dos skatistas. Esta mesma gestora afirmou desconhecer do que se tratava este trabalho, mesmo após diversos contatos e o cancelamento de dois encontros com a pesquisadora e assim como os funcionários do IGEC, se recusou a fornecer documentos referentes ao Parque, só garantidos através da Lei de Acesso à informação.

Esta segunda reunião com o grupo e primeira com a equipe do governo, ocorreu no dia 15 de Maio de 2018 e teve como principal objetivo, apresentação e discussão do projeto do novo *skatepark*. Estavam presentes no momento, o Secretário Executivo de Turismo e Lazer do Estado de Pernambuco Danilo Simões, o secretário de Planejamento e Gestão da Secretaria de Turismo, João Vinícius Figueiredo, a representante do município, Roberta Vilar, além de gerentes executivos de finanças e representantes responsáveis pela gestão do parque da Prefeitura do Recife e o Gerente geral do IGEC, mas praticamente apenas o secretário executivo e os skatistas expuseram suas opiniões.

Embora tenha sido permitida a presença da pesquisadora, não houve possibilidade de gravação dos diálogos, nem de acesso à ata de presença, tendo como

²³ Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/05/requalificacao-da-pista-de-skate-do-parque-santana-divide-opinio-de-e.html>>

²⁴ Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/05/18/destruicao-de-pista-de-skate-do-parque-santana-gera-polemica-339672.php>>

único registro de conteúdo apenas o diário de campo da pesquisadora. No entanto, após a reunião, uma repórter do Diário de Pernambuco, que não teve permissão para entrar na sala, realizou algumas entrevistas e divulgou os encaminhamentos da reunião em uma matéria publicada no jornal no dia 19 de maio de 2018²⁵.

Em três horas de reunião cuja pauta pretendia apresentar o projeto original, disponibilizá-lo para possíveis alterações e sobretudo ouvir opiniões, restou clara a autoafirmação intelectual e a tentativa do grupo do *surfskate* formado por um arquiteto, um auditor fiscal e um representante comercial acadêmico do curso de direito, de impor a todo custo a construção de uma pista com o mesmo conceito da anterior. Ao tempo em que, saltava aos olhos a diferença socioeconômica entre os dois grupos e a constante insistência em demonstrar que um modelo de *skatepark* que valorizasse e estimulasse outra modalidade que não a sua, atrairia criminosos, traficantes e usuários de drogas, em detrimento ao *surfskate* que segundo o grupo, atrai apenas “cidadãos do bem”, crianças e familiares dos praticantes.

Em uma breve análise crítica desse grupo, percebe-se interesses que vão além de lutar por um equipamento público de qualidade que atenda a todos os seguimentos e modalidades de quem anda de skate. Em quase todas as falas, a principal questão está ligada a uma pista que atenda apenas as necessidades de quem estava iniciando e não do coletivo. Não é difícil perceber que o grupo com maior poder econômico manifesta certo preconceito no discurso em relação ao grupo do “street”, pois induz os gestores a pensar que por se tratar de pessoas com menor poder econômico e que muitas vezes utilizam o skate nas ruas como meio de transporte, podem ser considerados meliantes e usuários de drogas. Além desses aspectos, a fala a seguir demonstra a preocupação de um deles em manter a pista no modelo antigo para se favorecer comercialmente, conforme descrito:

“Eu ando skate há três anos e meio, sou professor, tenho vários alunos e utilizava a pista do Santana para dar aula, mas conhecia os skatistas da outra modalidade. Acredito que todos poderiam andar na pista antiga, mas não acho que seja democrática. A nova pista não é adequada às nossas necessidades. Ela serve

²⁵ <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2018/05/polemica-sobre-quatro-rodinhas.html>

apenas a profissionais, o que faremos com os amadores?” (Surfskate e representante comercial).

No seu depoimento, aparentemente fora do mérito do debate, o representante comercial, continua: “Não existe loja especializada em Recife que se possa sair satisfatoriamente com três skates. Os três equipamentos que possui foram comprados em Florianópolis” (Ibidem)

Embora sua posição deixasse evidências que a maior preocupação com a reforma da pista fosse o adiamento dos seus planos para representar uma marca na cidade e o consequente prejuízo financeiro, essa questão foi ignorada. Porém, chamou atenção a constante associação à prática da modalidade *street* à criminalidade e a marginalidade, haja vista a maior parte do grupo ter a cor da pele parda e um deles usar dreadlocks²⁶ no cabelo. As considerações desagradaram o grupo que questionou, primeiramente os três anos da prática da modalidade do grupo, frente aos quase trinta anos de prática do *street* na cidade. Conforme a fala de um dos praticantes:

“Eu ando de skate há trinta anos e sempre dividi espaço com outras modalidades. Está se falando de uma história de pessoas que estão solicitando este espaço há trinta e não há três anos. Há uma diferença nesta vivência. A pista feita há cinco anos, de forma precária, passou por várias reformas. A pista nem era esta, inclusive! O outro lado, foi improvisado. Era uma pista segregada. Não se vê famílias nas outras pistas como se via no Santana” (Skatista street, professor de filosofia).

O desconhecimento sobre as ações de inclusão social que eram organizadas por este grupo como arrecadação, manutenção e doação de equipamentos, mutirão para construção e instalação de obstáculos, estiveram presentes na fala de defesa de um dos representantes do Santana Crew.

“Diferente do que vocês colocam, o street também tem família. Que tem um nível econômico mais baixo do que a de vocês, mas tem. Vocês frequentam a pista há três anos e não nos conhecem, porque nem olham para o nosso lado da pista, nem

²⁶ Dreadlock ou lock-dread, é um penteado na forma de mechas trançadas ou uma forma de se manter os cabelos que se tornou famosa com o movimento rastafari.

se interessaram pelo que fazemos, mas já estávamos lá muito antes de vocês chegarem. Esse discurso de vocês é preconceituoso e discrimina os pobres. Existem vários eventos organizados pelo nosso grupo, como a “sessão geriátrica” – isso não é novidade. O novo projeto é mais inclusivo, sim, a parte do surfskate está inserida na planta, como podemos ver. Na forma anterior, o “streeteiro” andava sobre os obstáculos que ele mesmo fazia. Esta nova pista não é só para profissionais, ela atende a todos.” (Ibidem)

Enquanto um era formado por membros de um grupo social de alto poder econômico, no grupo do *street*, formado pelo *Santana Crew* e demais skatistas amigos apoiadores da causa, havia apenas três representantes com curso superior, e maior estabilidade financeira. Os demais, conforme declarado na pesquisa, eram estudantes, desempregados, autônomos, ou exerciam funções assalariadas, de forma que havia apenas dois carros disponíveis para ajudar no deslocamento de mais de dez pessoas para participarem da reunião.

Não é de se estranhar que o skatista e representante comercial, mesmo frequentando a pista há três anos, não conhecesse os demais usuários. Na reflexão de Almeida (2016, p. 71) “Há uma tendência de grupos socialmente homogêneos (não absoluta) de se agruparem em proximidade, havendo baixa interação entre os grupos socialmente distintos”. Igualmente, embora ambos utilizassem o mesmo espaço, ou frequentasse o mesmo território, não havia interesse de interação social.

Outro depoimento importante foi o de um patinador, usuário da pista e integrante do *Santana Crew* e que demonstra a delimitação sobre o espaço que segrega, ao tempo demarca o seu espaço a partir de um grau de superioridade socioeconômica racializada.

“Vocês de classe média alta, acham que todo negro pobre é ladrão e todo rastafári é maconheiro. Tem criminalidade e tem maconheiro em todas as modalidades. Eu uso meu cabelo no estilo dreadlocks, mas nem por isso fumo maconha, mas vejo sempre o pessoal do grupo de vocês fumando. Nós não podemos fumar, porque a nossa aparência é associada à traficante, aí nós, que realmente costumamos levar nossas famílias às pistas para confraternizar e fazermos até eventos, somos constrangidos pela polícia, que não abordam os brancos, mas a nós, pretos e pobres. Diferente do que vocês estão alegando, de forma preconceituosa, o novo equipamento não vai trazer criminalidade. Eu não sou skatista, ando de patins, mas sou sempre convidado para participar dos eventos do skate e já me adaptei a

coisas piores que a pista antiga, que era muito ruim. Dificuldades sempre vão haver, mas precisamos nos adaptar. Dizer que a pista não é adequada é dizer que você não é capaz. Se você não tem pretensão de se desenvolver enquanto profissional, outras pessoas têm e o seu filho pode ter” (Patinador, Trabalhador Autônomo).

A repercussão midiática já havia demonstrado o alto poder de articulação política que o grupo do *surfskate* possuía. Restou comprovado, apenas com base nesta e na reunião seguinte, a qual a pesquisadora não pode comparecer, mas foi informada de seu teor, a arrogância e o autoritarismo com que um dos representantes do *surfskate* lidou com a impossibilidade de alteração do projeto aprovado. A proposta previa a alteração de mais 30% (trinta por cento) da pista o que foi de imediato descartado pela arquiteta da Prefeitura do Recife, que os grupo não soube revelar o nome. Outras alterações propostas eram de uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual; reserva de horários para as diferentes modalidades, além de grades e portões para controle de entrada e saída dos usuários.

Raffestin (2011) afirma que a discriminação espacial dificilmente é a única discriminação pela qual um grupo pode ser atingido. Segundo o autor, ela em geral acompanhada de outras medidas. De forma prática, esse tipo de discriminação tende a impedir os membros de outro grupo social, o acesso às outras partes do território, de uma forma total ou parcial. Dessa forma:

Podendo-se imaginar várias situações de caráter individual, os membros do grupo B podem ter acesso a todo o território, mas um deslocamento coletivo é impossível; estão assim, de uma certa forma, estacionados, podendo mesmo ser interditados os deslocamentos individuais, salvo em certas condições. Trata-se, portanto, de isolar o grupo B, para melhor controlá-lo e dominá-lo. Melhor dizendo, as relações do grupo B com o espaço são determinadas pelo grupo A. Essas relações não são autônomas e as coisas se passam como se fronteiras invisíveis fossem traçadas em torno do grupo B. O raio de ação do grupo B é limitado, o que implica, em geral, que ele é mantido ali desde que se dedique a atividades consideradas possíveis no território em que se instalou ou de onde não pode sair ou só dificilmente pode fazê-lo. Trata-se portanto, de uma relação dissimétrica com o espaço; relação imposta do exterior pelo grupo A, que disso tira todas as espécies de vantagens, uma vez que limita a concorrência do grupo B na maior parte do território (RAFFESTIN 2011, p. 119).

As contribuições de Raffestin, ilustram bem a relação dos distintos grupos sociais com a apropriação do espaço, na busca pelo domínio do território. Tem vantagem nessa disputa aqueles com maior poder econômico com ênfase na articulação política.

O espaço social do parque Santana pode ser analisado a partir da seguinte analogia: enquanto espaço concebido, o parque apresenta todas as possibilidades de uso dos equipamentos esportivos, sendo (aparentemente) concebido de forma a atender todas as camadas sociais, agradando e agregando todos os grupos sociais.

O espaço percebido também segue a mesma lógica, oferecendo aos visitantes a possibilidade de vivências práticas e de sentidos. Sua localização territorial que inspira uma determinada democracia espacial, demonstra que balançar-se no parquinho, correr na pista e utilizar a quadra de tênis e o skatepark são atividades limitadas apenas pelo desejo. Mas o espaço vivido nega todos os sentidos anteriores. O que se vive nem sempre é o que é concebido, nem o percebido.

As ausências de uma bola de basquete, devido aos fatores econômicos, transformarão a quadra em um espaço para o futsal e para que o outro com bola de basquete não queira reivindicar esse espaço, quebra-se o aro e com ele a possibilidade do uso pelo outro.

O espaço vivido, portanto, será a esfera da vida cotidiana, do espaço experimentado e modificado pelas pessoas. A quadra de tênis será usada para o handebol, na ausência das bolas, raquetes e conhecimento sobre as regras. O skatepark deve ter obstáculos e não uma pista plana e lisa. Se o poder público não atende as demandas, os interessados se organizam para que as melhorias sejam realizadas e transformam o seu espaço, pois a experiência da vivência é individual, mas também pode ser coletiva.

4.5 O racismo ambiental no Parque de Santana

No Brasil o racismo ambiental pode ser justificado pela perpetuação de padrões coloniais de dominação e organização socioespacial, mas se expressa quando “um órgão, entidade, organização ou estrutura social cria um fato social hierárquico - estigma visível nos espaços sociais reservados sem, no entanto, reconhecer as implicações raciais no processo” (SANTOS, I.A.A., 2015, p. 23 apud, ALMEIDA, 2016, p. 27).

Discutir o racismo ambiental no uso dos espaços públicos de lazer e considerando as comunidades do entorno é um desafio dos mais delicados, tendo em vista as questões relacionadas à raça e à classe que permeiam o universo social brasileiro pelo mito da democracia racial.

Porém, baseando-se no fato de que ainda há numa cidade rodeada por águas como o Recife, uma prática institucional de não preservar os rios e suas margens, estas dependendo do local, costumam ser ocupadas por pessoas em situação de miserabilidade como no caso da comunidade da Vila de Santa Luzia. Neste caso, o recorte sobre a discriminação social no rio produz uma linha divisória visível entre a comunidade e o Parque Santana.

Na outra extremidade do rio Capibaribe, fora do alcance visual dos usuários e outros visitantes ocasionais, localizada do “lado de lá”, encontramos outra realidade social. Do lado de lá, na Vila Santa Luzia, no bairro da Torre, moram os trabalhadores dos apartamentos do lado do parque, ambiente quase hostil, onde não se permite pausas para apreciação da paisagem por receio de assaltos. É onde, porém, os hábitos de lazer por força das circunstâncias impostas àquela comunidade são diferenciados. No território imposto e circunscrito pelo racismo ambiental, encontra-se o reduto do grupo social que vai aplicar o processo de interação único e independente gerado pela proximidade e pela conjunção de interesses de classe.

Nesse contexto, o rio Capibaribe funciona como uma ferramenta de separação territorial, que serve para ignorar os direitos da parte invisível da comunidade do parque que habita a outra margem. Esta comunidade acaba integrando a dinâmica do parque, sem realmente fazer parte dela, pois raramente estão incluídas nas suas atividades e na realidade não são incentivados a descobrirem o seu potencial. Na maioria das vezes os usuários da margem oposta ao parque são vistos como perigosos e indesejáveis.

O problema está nas relações de poder estabelecidas pelo processo histórico anteriormente descrito e internalizado até os dias atuais, que culminou em uma disputa territorial entre classes sociais distintas causadas pela ausência de políticas públicas de lazer na cidade, sobretudo no uso dos espaços dos parques, o que pode acarretar um desequilíbrio nas relações sociais.

Durante as visitas, o Parque Santana foi apresentado como um local inseguro, onde o usuário estava propício à assaltos e roubos. Os moradores da Vila Santa Luzia são sempre responsabilizados por estes acontecimentos, vez que segundo os

entrevistados “os bandidos costumam realizar as abordagens próximo a ponte ou sempre correm naquela direção”. De forma que, quanto mais próximo à ponte, maiores os riscos.

Assim, o parque mascara os vestígios dos moradores pobres e negros, higienizando sua circulação. Os atos de violência demonstram que a festa realizada no parque, não é para os favelados. Dessa forma, cercear o direito a participação na cidade é sem dúvida negar os direitos.

Não existem políticas públicas inclusivas culturais e de esporte e lazer que atendam de forma adequada a população com menor poder econômico que vive do outro lado do parque. Ao contrário, o que existe são ações de controle e exclusão.

Do lugar da habitação e a dificuldade de acesso ao espaço de lazer é um dos indícios da presença do racismo ambiental. Quando necessita-se pegar dois ônibus, caminhar por um bom tempo e correr riscos para chegar a um local que deve lhe oferecer paz e sossego a fim de garantir um direito social fundamental à qualidade de vida, configura-se a existência do racismo ambiental.

A falta de diálogo com as comunidades de Santana e Vila de Santa Luzia retratam o caráter autoritário da gestão, que não é preparada para atender à população em seus anseios e necessidades. A própria gestão municipal dos parques, sob a responsabilidade de uma Secretaria de Turismo, deixa evidências de que a verdadeira finalidade do parque não é a socializar o seu território e incorporá-lo à vida cotidiana das comunidades e dos diversos grupos sociais que frequentam o parque, nem oferecer qualidade de vida aos seus usuários, mas aproveitar o espaço como vitrine de propaganda política e lucrativa aos visitantes, pois os eventos têm como finalidade gerar lucro ao órgão à medida em que atraem o maior número de público possível ao espaço.

Os conflitos sociais também indicam a presença do racismo ambiental, na medida em que determinados grupos marginalizados se relacionam com o espaço e vivenciam conflitos e disputas territoriais. Pois, configurando-se pela exclusão de pessoas negras no espaço público, a relação de determinados grupos com o meio, evidencia que mesmo que não sejam totalmente compostos por pessoas que se autodeclaram negras, a sua interação com o espaço é reprimido e a associação a pobreza e a criminalidade os torna alvo da discriminação e do preconceito.

Por essas razões se faz necessária a atuação do Estado, para reversão de uma situação gerada pelo próprio capital que ele ajuda a manter. O racismo estrutural limita

as pessoas do acesso aos seus direitos e uma vez que sua presença foi causada pela ação do Estado durante um longo período histórico, deve de imediato por ele também ser sanado.

4.6 Contribuições para o debate sobre o racismo ambiental nos espaços de lazer

O lazer, apesar de estar ganhando cada vez mais importância como objeto de reivindicação, por sua ligação com a qualidade de vida das pessoas, ainda não têm políticas públicas efetivas no nosso país direcionadas a ele.

O Estado possui uma grande capacidade de arrecadar recursos para investir na criação de programas de geração de emprego e de renda e na elaboração e realização de políticas públicas de melhoramento da infraestrutura urbana essenciais como habitação e lazer. Contudo é necessária boa vontade política para corrigir as distorções criadas pelo sistema capitalista. Nesse sentido, o Estado é uma instituição que pode e deve ser usada para diminuir e superar as desigualdades vivenciadas e por ele provocadas, tendo em vista que o racismo brasileiro é uma sombra da escravidão e da eugenia, fruto do processo mercantil de acumulação de lucro. Além de que, o racismo não é tratado com o rigor necessário, devido a contaminação dos órgãos do poder público e principalmente dos poderes executivo e judiciário, que costumam ser omissos à discriminação.

Por isso, mesmo possuindo as condições necessárias para redução das desigualdades, o Estado fez a opção de beneficiar a elite detentora do poder político, do qual ele faz parte, em detrimento aos grupos menos favorecidos economicamente. No caso do Direito ao lazer e do racismo ambiental, o Estado colabora com o financiamento de obras que beneficiam determinados territórios, como no caso dos espaços de lazer, promovendo a construção e manutenção, apenas dos parques em áreas valorizadas ou que se pretende valorizar.

Contudo, há uma constituição q ser respeitada, que criminaliza o racismo e propõe mecanismos de defesa à equidade social. Portanto, deve-se cobrar e fiscalizar para que as ações do Estado sejam direcionadas à correção das condições das desigualdades e injustiças atuais.

Nesse contexto, deve-se repensar a conjuntura do acesso ao lazer no objeto dos parques para toda população. Se os parques existem apenas para servir à especulação imobiliária, dando prioridade à geração de lucro para as grandes corporações ou se para assegurar qualidade de vida digna à todas as pessoas.

À medida que reconhecemos que o racismo se constitui em um fator político internalizado socialmente, apoiado na história, torna-se um mecanismo de difícil modificação por se fundar no desejo de dominação, para garantia do poder de uns sobre os outros (RAFFESTIN, 2011). Por isso, sem grandes pretensões, esta pesquisa constitui um primeiro passo para outros estudos que darão suporte para uma efetiva política pública de combate ao racismo ambiental nos espaços de lazer, através das seguintes contribuições:

Primeiramente com a inserção da reforma urbana na agenda nacional, cujos principais objetivos são diminuir as desigualdades entre bairros ricos e pobres, elevar a qualidade de vida dos moradores de periferias e favelas e fazer com que todas as pessoas tenham uma vida digna na cidade (SOUZA, 2004). A reforma urbana vinculada às ações municipais, devem democratizar o máximo possível o planejamento e a gestão do espaço urbano, através dos mecanismos de controle social, fazendo com que a população participe efetivamente da elaboração de políticas públicas e projetos para a sua cidade; garantir políticas públicas de esporte e lazer como algo contínuo e duradouro, afim de que as atividades para as quais os parques são projetados sejam acompanhadas pelo suporte de agentes comunitários de esporte e lazer. Esses agentes são profissionais habilitados no intuito de formar grupos de convivência social nos espaços do parque para execução das práticas recreativas de lazer, potencializando os benefícios de uma política pedagógica de cidadania e inclusão social.

O incentivo a participação da comunidade também é algo essencial, pois a participação da sociedade tem um papel fundamental na condução de uma efetiva reforma urbana para a efetivação do lazer como um direito social, pois ela é quem deve indicar quais as suas verdadeiras necessidades. Conforme Chemin (2007), a realização de um diagnóstico de necessidade da população, direcionará a política pública de lazer que deve passar pela reorganização dos espaços físicos e equipamentos de lazer, verificando qual atividade de lazer é priorizado pela população, atendendo às várias possibilidades, se a população possui acesso fácil ao lazer, a oferta de emprego e as condições socioeconômicas da população.

Contudo, a reforma urbana, sobretudo no âmbito do lazer, possui limites à sua efetivação. De forma geral, são os obstáculos políticos (criados pela capacidade dos grupos dominantes de influenciar às políticas de Estado, elegendo políticos, financiando campanhas afim de perpetuar suas condições), além dos obstáculos econômicos como

falta de recursos para obras realmente importantes. E especificamente o tratamento que é dado, muitas vezes, à participação popular e a negligência da problemática do racismo, pauta constantemente negligenciada nos espaços de decisão política, “demonstrando como sempre o desprezo e o desinteresse do Estado em solucionar as desigualdades causadas pelo racismo, por isso faz-se necessário mais que urgente, incorporar a questão do racismo de modo mais decidido” (SOUZA, 2004, p.113).

Em relação ao acesso ao mercado de trabalho, fator que desencadeia conflitos espaciais nos espaços do Parque Santana, o aumento da renda pode ocorrer com o apoio do poder público, e a prefeitura pode contribuir na organização do comércio informal, sobretudo durante esses eventos. Conforme sugere Santos (2004, p. 69) através de cursos de capacitação em diversos setores, programas de microcrédito, que são pequenos empréstimos feitos a juros baixos para facilitar a abertura de um pequeno negócio; estímulo à criação de cooperativas de trabalho.

A capacitação dos recursos humanos vai além dos comerciantes. Todos os envolvidos na política de lazer devem estar aptos ao seu desenvolvimento, bem como os próprios gestores públicos, coordenadores, agentes comunitários de lazer e demais pessoas que trabalham em projetos gerais de lazer (CHEMIN, 2007).

Deste modo, percebe-se que o Município, assim como o Estado e a União, devem juntamente com a sociedade, propor e executar políticas públicas que sejam capazes de articular lazer e inclusão sociorracial como direitos sociais fundamentais constitucionais efetivos, de forma a suprir as necessidades básicas das pessoas.

Não adianta, porém, processos de higienização social, que exclua as pessoas dos espaços, destruindo favelas e removendo pessoas de suas moradias. As propostas apresentadas nesse sentido, apenas atenderam os interesses da classe dominante e beneficiaram grupos sociais com poder político e econômico.

Primeiramente, deve-se realizar uma política de planejamento urbano que atenda as demandas da população, “promovendo o desenvolvimento de suas potencialidades e, conseqüentemente o aumento da qualidade de vida da população como um bem em geral” (CHEMIN, 2007, p. 216).

Como afirma Galezer (1979), se um planejamento de um processo humanizador de Lazer na comunidade for aberto, flexível, vivo e consistir no reflexo das necessidades humanas, dos interesses individuais de todas as idades, grupos sociais, credos e raças, oportunizando troca de experiências, crescimento e desenvolvimento de

uma atitude mental de renovação do homem em tempo livre, poderá entre outros fatores políticos, auxiliar na qualidade de vida da comunidade.

Um planejamento urbano realmente progressista não pode deixar de combinar uma visão crítica sobre as contradições e a exploração de classe como uma denúncia consistente do racismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou apontar elementos que demonstrassem a presença do racismo ambiental no Parque Santana Ariano Suassuna na cidade do Recife, apurando o olhar para dimensões sociorraciais significativas, inseridas em fenômenos complexos.

Para isso, buscamos elementos das diversas áreas das Ciências Humanas afim de auxiliar no entendimento sobre o racismo ambiental na esfera do espaço público, com ênfase nos espaços de lazer.

O debate foi iniciado pela conceituação de raça e racismo, a partir das contribuições de Achille Mbembe, que após contextualizar a população negra no contexto capitalista dos Estados modernos, emergindo desse diálogo o conceito da Necropolítica, que se manifesta como submissão da vida ao poder da morte, onde pela justificativa de superioridade se escraviza e mata pessoas, onde o Estado escolhe quem ele faz viver e quem deve deixar morrer e nessa lógica, morre quem tem pouca importância para o capital.

Devido ao índice de violência contra pessoas negras, o Brasil é considerado um dos países mais racistas do mundo. Importa dizer que o racismo é uma experiência diária na nossa sociedade e não anormal. Mas apesar dessa realidade saltar aos nossos olhos, há uma dificuldade dos brasileiros em se reconhecerem no papel de discriminador, efeito de anos de negação da realidade pelo mito da democracia racial.

A conjuntura racista brasileira, estruturante em nossa sociedade, tomou conta de todas as esferas da vida social desde a formação do país. As medidas tomadas pelo Estado no período pós abolição, representaram políticas de opressão e segregação, limitando a poluição negra do direito à cidadania, através de ações de controle e exclusão, sobretudo no uso e ocupação do espaço público. Portanto, o Estado tem um papel fundamental no combate à discriminação como forma de dirimir as consequências de todas as formas de racismo e sobretudo do racismo ambiental.

As sociedades, sobretudo as de perfil capitalista, trazem em suas trajetórias histórias de hierarquia social de segregação e supremacia de poder pelos grupos abastados. Uma dessas supremacias, estava o direito de gozar do lazer e do tempo livre, bem como desfrutar de espaços exclusivos para sua diversão.

Levou-se um bom tempo para que o lazer fosse garantido como direito social estendidos à toda sociedade. Contudo, mesmo com o acesso garantido por lei, nos dias

atuais esse direito ainda se configura como privilégio de alguns. Observa-se pelo caráter segregador do poder público, que seleciona as áreas que devem ser valorizadas e os grupos sociais beneficiados a partir de critérios definidos em conjunto com empresários e empreendedores imobiliários.

E este cenário de disputas espaciais e segregação urbana, onde a população negra sofre com a maior parte dos problemas provocados pelo descumprimento das leis e ausência de investimento nas áreas mais pobres da cidade, denominou-se racismo ambiental.

Esta forma de racismo advém da ausência do poder público frente aos direitos básicos da população e recai de maneira injusta sobre uma população majoritariamente negra. Concretizado na falta de acesso às condições de sobrevivência e qualidade de vida, oportunizadas pelo acesso à água, saneamento básico, habitação e lazer no meio ambiente. De forma que para uma maior eficácia dessas ações, caberá mudanças na agenda das políticas públicas com a finalidade de reduzir as desigualdades impostas pelo racismo.

No espaço essas relações étnicas podem ser encontradas em várias escalas, como em casa, na comunidade, no território, nas regiões e Estado-nação. Cada uma na dimensão da sua escala, que se materializa na sociedade, sobretudo, no mercado de trabalho e em outros aspectos da vida social.

Infelizmente a questão do racismo não é uma pauta do poder público. Se fosse, deveria ele admitir os crimes cometidos no passado e que permanecem até os dias atuais, negando a realidade objetiva. Todavia, discutir qualquer questão social no Brasil sem pautar a problemática negra é continuar reforçando o mito da democracia racial, pois é preciso entender que o evento histórico que fundamenta as relações raciais no Brasil, é sem dúvida a escravidão.

A pesquisa constatou ainda a ausência nas condições de acesso ao lazer pela população negra e a inexistência de uma política pública de esporte e lazer inclusiva nos espaços públicos, para os grupos sociais menos favorecidos economicamente. No Parque Santana, ao serem considerados nocivos aos interesses da gestão e aos demais usuários e visitantes, são também excluídos dos espaços e dos processos decisórios.

Pode-se afirmar que todas as hipóteses desta pesquisa foram confirmadas. À saber: a) os equipamentos públicos de lazer não são direcionados à população negra devido ao baixo poder político e aquisitivo desta maioria. A população negra, aqui

identificada através dos dados censitários, compõe a maioria da população moradora da Vila Santa Luzia, que como já visto, não integra a prioridade das políticas de lazer do parque; b) a política administrativa da gestão tende a excluir a população dos processos decisórios do parque. Nesse caso, observou-se uma gestão autoritária, que não cria mecanismos de diálogos para ouvir a comunidade, atendendo apenas aos interesses da Secretaria municipal ao qual está vinculada; c) os grupos sociais de baixo poder aquisitivo, sofrem racismo ambiental ao viverem em lugares com menor infraestrutura e com acesso limitado aos equipamentos públicos de lazer. Através do estudo sobre a localização dos parques da cidade do Recife, observou-se que a maioria dos parques estão localizados em bairros nobres e que estes possuem maior atenção do poder público em detrimento aos demais, que localizados em bairros populares não tem a mesma atenção e amargam o abandono, sendo subutilizados pela comunidade. Utilizando o parque Santana como unidade de análise para um estudo sobre o racismo ambiental na cidade, observou-se o difícil acesso ao parque por parte das pessoas que não possuem carro, haja vista a precariedade de linhas de ônibus e a falta de segurança na travessia pela ponte, além da ausência de políticas públicas inclusivas, que incentive a prática de atividades esportivas oferecidas pelos equipamentos disponíveis no parque como tênis e basquete. A ausência de professores para acompanhar as atividades, bem como de fornecimento de materiais esportivos por parte da Prefeitura torna-se um impedimento ao acesso dos que não possuem poder aquisitivo.

Por tudo que foi exposto e considerando o racismo estrutural, em nossa sociedade, é possível considerar que a maior parte dos problemas sociais ocorrem em decorrência da desigualdade étnica racial. Por consequência do processo histórico de segregação, a população negra permaneceu durante todo esse tempo à margem da sociedade. A forte associação do negro a pobreza e aos seus estereótipos negativados transpassam a esfera da cor, quando o grupo em questão é associado a elementos da cultura negra e da vivência da população negra, seja candomblé, a capoeira ou mesmo o hip hop, refletindo as questões culturais até às comunidades pobres.

Uma das grandes questões deste trabalho foi configurar que mesmo que os grupos envolvidos na pesquisa não declarem sua origem étnica, estão sócios e culturalmente associados a elas, o que vai determinar a aceitação do grupo nos espaços e a sua permanência no território.

Os conflitos sociais do parque, objeto deste estudo, vêm ocorrendo com maior intensidade entre os skatistas, cuja prática essencialmente urbana se dá nos espaços públicos. O grupo do *street* é discriminado por sua aparência mais humilde que de maneira subjetiva está associada a um lugar historicamente desprezado como convívio social seguro, destinado ao escravo menos privilegiado, aos mascates, a sujeira e a promiscuidade, que é a rua. Nesse caso, o tratamento reservado aos skatistas é o mesmo reservado aos negros, fato que lhe confere inferioridade e evidente desprestígio.

O poder público por sua vez, também contribui para a desigualdade no território e conseqüentemente para a existência do racismo ambiental, pois este só existe, pela prática do racismo institucional, projetado dentro da esfera de organização pública ou privada. No caso dos órgãos públicos o racismo institucional, impede o recorte racial nas políticas públicas, atingindo diretamente a população negra. A ausência de políticas públicas de esporte e lazer que observe e tente suprir as carências e demandas da população de baixa renda ajudaria a reduzir o impacto do racismo nos espaços públicos de lazer.

Assim, não é só a insegurança, causada pelos assaltos que configuram um perigo iminente no parque, mas o que existe além da insegurança é uma disputa de poder territorial. Por essa razão, não é só pelos perigos dos assaltos que eles não querem que os negros se apropriem do espaço.

Como afirma Sousa (2011, p. 220) “Entender as situações apresentadas pelos usuários entrevistados exige conhecimento da realidade, pois os rebatimentos da questão racial recaem de diferentes formas, em diferentes sujeitos em lugares diversos.

A importância do tema abordado exige maior aprofundamento para que outras pesquisas que envolvam o lazer e o racismo ambiental sejam desenvolvidas e os impactos do racismo sejam reduzidos à cada dia.

Impulsionado pelas imensas necessidades dos moradores de áreas pobres, pela falta de boa vontade do poder público na organização dos seus planos dos governos, e a imensurável capacidade das universidades de trazer conhecimento, teve esse trabalho o intuito de abrir portas para elaboração de uma linha de pensamento e de ação. O objetivo é que as informações aqui descritas sejam úteis nos aspectos voltados para o desenvolvimento de uma nova experiência do campo do desenvolvimento urbano em conjunto com o Laboratório da Paisagem, como também de outros laboratórios de pesquisa. Desta forma, pretendemos colaborar na elaboração de pesquisas que

fomentem o debate sobre a participação da população negra na formação da cidade e o papel segregador do Estado quanto às políticas públicas de inclusão sociorraciais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela dos Santos. **Justiça ambiental e Racismo ambiental no Brasil**. Trabalho de Monografia. PUC- Rio. Rio de Janeiro, 2016.

ALMEIDA, SILVIO. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte. Editora Letramento, 2018.

ASCERALD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro. Garamound, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição (1988). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 jan. 2017.

BRASIL, Ministério do Meio ambiente. **Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/8077-manifesto-de-lan%C3%A7amento-da-rede-brasileira-de-justi%C3%A7a-ambiental.html>> Acesso em: 10 de Novembro de 2018.

_____. **Estatuto da Cidade** (2001). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Lei 12 228 de 20 de Julho de 2010. Institui o **Estatuto da Igualdade Racial**; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm Acesso em: 06 de Março de 2017.

BRANDÃO, André Augusto. **Pretos e pobres: parecidos, mas não iguais**. Boletim Ppcor, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://docplayer.com.br/26887921-Pretos-e-pobres-parecidos-mas-nao-iguais-desigualdades-raciais-em-area-pobres.html> Acesso em Jun 2017.

BHABHA, Hommi K. **O Compromisso com a teoria**. In: O espaço da diferença. ARANTES. Antônio A. (org.) Campinas, SP: Papirus, 2000.

BRUST, Cristina. Gestão das políticas públicas de esporte e lazer em Santa Maria, RS. EFdeportes.com. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 12, n. 116, jan. 2008.

CARDOSO, Francilene. **Racismo e necropolítica: a lógica do genocídio de negros e negras no Brasil contemporâneo**. In: Revista de políticas públicas. Mesas temáticas coordenadas. v. 22. Número Especial da VIII JOINPP - 1917-2017: um século de reforma e revolução, UFMA. 2018. Disponível em: <www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/issue/view/481/showToc>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

CENSO Demográfico, 2010. **Resultados do universo**: características da população e domicílios. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 nov 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHEMIN, Beatriz Francisca. **Políticas públicas de lazer: o papel dos Municípios na sua implementação**. Curitiba: Juruá, 2007.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade: conflitos e convivência nos espaços de diversão e prazer no Recife dos anos 20**. Tese de doutorado. UFPE. Recife, 2003

CORDEIRO, Itamar José Dias e. **A produção do espaço turístico pela via da acumulação por despossessão: o caso de Fernando de Noronha (Pernambuco)**. Tese de doutorado. UFPE. Recife, 2016.

DINIZ, Nelson. e SILVA, Luciano Hermes. **O skate e a produção do espaço público**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória/Espírito Santo, 2014. Disponível em: <www.cbg2014.agb.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=1#N> Acesso em 11 de Janeiro de 2019.

DUMAZEDIE, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. 3ªed. São Paulo. Perspectiva. 1970.

FERREIRA, L.O. **Estado-Nação, poder e modernidade**: revisitando conceitos. In: Medicinas indígenas e as políticas da tradição: entre discursos oficiais e vozes indígenas [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 29-48. Saúde dos povos Indígenas collection. ISBN: 978-85-7541-510-8.

FERREIRA, Maria Inês Caetano. **Encontros e desencontros de moradores da favela no espaço social segregado: um estudo sobre as relações sociais cotidianas nos espaços privatizados**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 9, nov. 2005. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/142>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

FERNANDES, Edésio. **Ilegalidade urbana, segurança da posse e integração sócio-espacial na era da globalização econômica e da liberação política**. In: Globalização e Desigualdade. Márcio Morais Valença Rita de Cássia da Conceição Gomes (org.). Natal: A.S. Editores, 2002.

FRUGÓLI, JUNIOR. Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo. Marco Zero, 1995.

GAEZLER, Lenea. **Lazer: benção ou maldição?** Porto Alegre – RS – Ed.Sulina, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os Parques e a Produção do Espaço Urbano**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

GUPTA, Akhi e FERGUNSON, James. **“Mais além da cultura”: espaço, identidade e política da diferença.** In: O espaço da diferença. ARANTES. Antonio A. (org.) Campinas, SP: Papirus, 2000.

HARVEY. David. **O direito à cidade.** Disponível em: <edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf>. Acesso em 17 de dezembro de 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

HERCULANO, Celene. **O clamor por justiça ambiental e contra racismo ambiental.** Revista de gestão integrada em Saúde do Trabalho e Meio ambiente, V.3, n.1, Artigo 2, Jan./abr.2008. Disponível em: www.3.sp.senac.br. Acesso em: 11 de Novembro de 2018.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Leis, Atos e Regulamentos sobre Educação no Período Imperial na Província de São Pedro no Rio Grande do Sul.** Coleção Documentos da Educação Brasileira. Organiz. ARRAIADA, Eduardo e TAMBARA, Elomar. Brasília, 2004.

JUNIOR, Joselito. **A resistência negra em São Paulo.** In: Instituto brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. 130 anos pós abolição: Vivências negras no espaço Urbano. São Paulo: IBDU, 2017.

LOPES, Brenner et al. **Políticas Públicas: conceitos e práticas.** Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p. Disponível em: <www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>

MAIO, Marcos Chor. **O projeto Unesco: ciências sociais e o credo racial brasileiro.** REVISTA USP, São Paulo, n.46, p. 115-128, junho/agosto 2000.

MARCUSE, Peter. **Enclaves sim; guetos, não: a segregação e o Estado. Espaço e Debates.** Revistas de Estudos Regionais e Urbanos – 45 - SEGREGAÇÕES URBANAS. Espaço & Debates – São Paulo – V.24 n.45 – P. 24 – 33 jan/jul 2004.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão negra.** Lisboa Portugal: Editora Antígona. 1ª Edição. Outubro 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Arte e ensaios - Revista do ppga/eba/ufrj – n32, dezembro 2016.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano.** Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, Serv. De publicações, 1975.

MONTEIRO, Daniela. Dois rios: **A circulação de negros na cidade do rio de Janeiro.** In: Instituto brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. 130 anos pós abolição: Vivências negras no espaço Urbano. São Paulo: IBDU, 2017.

MOTTA FILHO, Sylvio Clemente da. **Direito constitucional: teoria, jurisprudência e questões**. 24. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013

MUNANGA, Kabenguele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica: 2004.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. **Parques infantis de São Paulo: Lazer como expressão da cidadania**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

PACHECO, Tânia. **Racismo Ambiental urbano: a violência da desigualdade e do preconceito**. Blog combate racismo ambiental. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-urbano/> Acesso em 15 Mai.2017

PREFEITURA DO RECIFE. **Perfil dos Bairros**. Disponível em: <www2.recife.pe.gov.br> Acesso em: 25 nov 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor. Buenos Aires. Argentina, 2005. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103_322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 27 de dezembro de 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Série Temas. Volume 29. São Paulo, SP. 2011

ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras**. Revista de Estudos Afro-Asiáticos, n.17, set. 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na Constituição Federal – 8**. Ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

SCOTT, Perry e et al. **Diversidade, Diferença, Desigualdade e Educação**. In: Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente. Org. Parry Scott Liana Lewis Marion Teodósio de Quadros. Publicações Especiais do Programa de Pós Graduação em Antropologia/FAGES-Universidade Federal de Pernambuco. Ed. Univeritária: Recife, 2009.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita. **Parque e paisagem: Um olhar sobre o Recife**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010

SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino de. **Raça e Justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo da justiça**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

SANTOS, Renato Emerson dos. (Org.) **Questões urbanas e racismo**. Coleções negras e negros: pesquisas e debates. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros), 2012.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SMITH, Neil. **Contornos de uma política especializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica**. In: ARANTES. Antônio A. (org.) Campinas, SP: Papirus, 2000.

SOUSA, Tereza Cristina Vital de. **Interface entre racismo e meio ambiente na configuração sócio-espacial da Ilha de Deus em Recife**. Tese de Doutorado. UFPE – Recife: 2011

SOUZA, Arivaldo Santos de. **Direito e racismo ambiental na diáspora africana: promoção da justiça ambiental através do direito**. Salvador: EDUFBA, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. Coleção paradidáticos Série sociedade, espaço e tempo. São Paulo: UNESP, 2004.

TEIXEIRA, Juliana Cotting & FREITAS, Gustavo da Silva. **Exercícios de memórias: o skate e os skatistas na cidade de Rio Grande/RS**. Revista Didática Sistêmica, ISSN 1809-3108, III Extremos do Sul -Edição Especial (2013) p. 146 -158. Disponível em: Disponível em: o <https://periodicos.furg.br/redsis/article/download/4189/2723>. Acesso em: 31 de dezembro de 2018.

WAICHMAN, Pablo. A. **Tempo livre e recreação: A construção da liberdade no tempo a partir da recreação educativa**. In. Recreação, esporte e lazer.- espaço, tempo e atitude.Org. SILVA, J. A. A; SILVA, Katharine N. Pinto. Recife: Instituto Tempo Livre, 2007.

WHATELY, Marussia (Org.) e *et al.* **Parques Urbanos Municipais de São Paulo: subsídios para a gestão**. São Paulo: Instituto sócio ambiental, 2008.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens Urbanas Pós-modernas: Mapeando cultura e poder**. In: O espaço da diferença. ARANTES. Antônio A. (org.) Campinas, SP: Papirus, 2000 a.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens do século XXI: Notas sobre mudança social e o espaço urbano**. In: O espaço da diferença. ARANTES. Antônio A. (org.) Campinas, SP: Papirus, 2000 b.

Fontes Documentais

ANDREA, Margarette. Destruição da pista de skate do Parque de Santana gera polêmica. **Jornal do Commercio**, Recife, 17 de maio de 2018. Disponível em: <<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/05/18/destruicao-de-pista-de-skate-do-parque-santana-gera-polemica-339672.php>>

FALCÃO, Irce. Construção de pista de skate no Recife gera polêmica. **Folha de Pernambuco**, Recife, 17 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/esportes/construcao-de-pista-de-skate-no-recife-gera-polemica/68562/#:~:text=Or%C3%9A>>

A7ada% 20em% 20R% 24% 20600% 20mil,para% 20construir% 20uma% 20mais% 20mode
rna&text=A% 20pista% 20de% 20skate% 20do,quarta% 2Dfeira% 20(17).>

NASCIMENTO, Anamaria. Parques do Recife têm estilos bem peculiares. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 de abril de 2018. Disponível em:

<http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/04/23/interna_vidaurbana,749541/parques-do-recife-tem-estilos-bem-peculiares.shtml>

REQUALIFICAÇÃO da pista de skate do Parque Santana divide opinião de esportistas.

Diário de Pernambuco, Recife, 17 de maio de 2018. Disponível em:

<<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/05/requalificacao-da-pista-de-skate-do-parque-santana-divide-opinio-de-e.html>>

SANTOS, Maria Carolina. Gasto de quase R\$ 600 mil para substituir pista de skate causa polêmica no Santana. **Por Aqui**, Recife, 16 de maio de 2018.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIO-CULTURAL DOS USUÁRIOS DO PARQUE SANTANA

1 GÊNERO

Masculino () Feminino () Outro ()

2 IDADE

18 à 25 () 26 à 36 () 37 à 45 () 46 à 55 () 56 à 65 () maior de 66 ()

3 RAÇA/COR

Branco () Preto () Pardo () Indígena () Amarelo ()

4 ESCOLARIDADE

Ensino fundamental completo () Ensino fundamental incompleto ()

Ensino Médio completo () Ensino Médio incompleto ()

Ensino superior completo () Ensino superior incompleto ()

Pós graduação ()

5 OCUPAÇÃO

Comerciante () Empresário ()

Do lar () Empregado(a) doméstica () Estudante ()

Profissional liberal () Função: _____

Servidor público () Função: _____

Autônomo () Função : _____

6 BAIRRO ONDE MORA

Santana () Casa forte () Poço da panela () Torre () Ilha de Santa Luzia ()

Engenho do meio () Caiara () Outro:

7 QUANTAS VEZES POR SEMANA COSTUMA FREQUENTAR O PARQUE E QUAL O HORÁRIO?

Uma vez por semana em dias úteis ()

Uma vez no final de semana ()

Duas vezes por semana ()

Três ou mais vezes por semana ()

Todos dos dias na semana ()

Duas vezes ou mais vezes no fim de semana ()

8 QUE TIPO DE ATIVIDADE COSTUMA REALIZAR NO PARQUE?

- a) Cooper
- b) Bicicross
- c) Caminhada
- d) Ginástica
- e) Musculação
- f) Skate
- g) Tênis
- h) Basquete
- i) Voleibol
- j) Futebol de campo
- k) Futsal
- l) Outra

9 HÁ PROFISSIONAIS HABILITADOS DISPONÍVEIS PARA O ATENDIMENTO NO(S) EQUIPAMENTO(S) QUE COSTUMA UTILIZAR?

Sim ()

Não ()

10 QUAIS OS EQUIPAMENTOS DO PARQUE QUE COSTUMA USAR COM MAIS FREQUÊNCIA?

Pista De Cooper () Academia Da Cidade () Academia Recife () ParCão ()

Pista de skate () Pista de bicicross () Quadra de tênis ()

Quadra de futsal () Campo de futebol () Quadra poliesportiva ()

11 VOCÊ ACHA QUE TODOS OS EQUIPAMENTOS DO PARQUE SÃO ACESSÍVEIS AO USO? SE NÃO, QUAL O MOTIVO?

Sim ()

Não ()

a) Falta de materiais

b) Falta de profissionais habilitados para ensinar

c) Estão sempre ocupados

d) Falta manutenção adequada para o uso

e) Falta de tempo

f) Falta de recursos próprios para investir

g) Outro motivo: _____

12 ACESSIBILIDADE: COMO CHEGA AO PARQUE

Ônibus () Bicicleta () Caminhando ()

Carro () Moto () Uber () Táxi ()

13 QUANTO TEMPO LEVA PARA CHEGAR AO PARQUE

5 à 10 minutos () 15 à 20 minutos ()

Mais de 30 minutos Cerca de 1h ou mais

14 QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE O ACESSO AO PARQUE

Fácil () Difícil ()

15 NA SUA OPNIÃO, OS PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER OFERECIDOS NO PARQUE ATENDEM AS SUAS DEMANDAS E A DOS DEMAIS USUÁRIOS?

Sim () Não ()

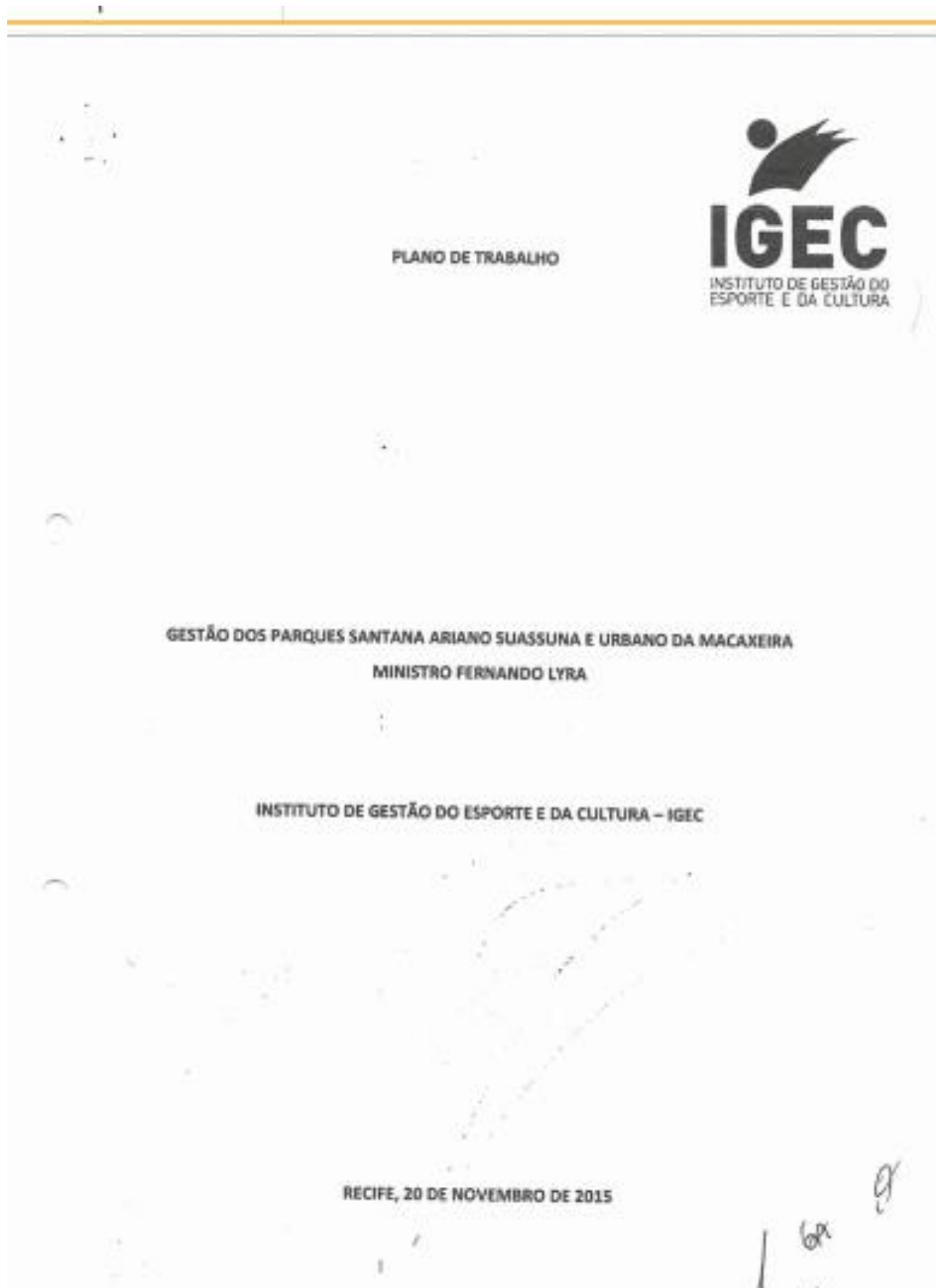
16 JÁ PARTICIPOU DE ALGUM TIPO DE CONSULTA SOBRE A GESTÃO E ATIVIDADES DO PARQUE?

Sim () Não ()

17 O QUE ACHA QUE PODERIA MELHORAR NO PARQUE?

- a) Acesso/linha de ônibus
- b) Acompanhamento profissional
- c) Segurança
- d) Disponibilidade de materiais esportivos
- e) Shows/Apresentações culturais
- f) Outros:

**ANEXO A – PLANO DE TRABALHO DO INSTITUTO DE GESTÃO DO
ESPORTE E DA CULTURA (IGEC)**



SUMÁRIO



I – IDENTIFICAÇÃO	3
DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
DADOS DO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO	3
II – EQUIPE TÉCNICA	3
III – DETALHAMENTO DO PLANO DE TRABALHO	4
1 – Considerações Gerais	4
2 – Conhecimento do Problema	4
3 – Metodologia	5
4 – Objetivos	5
Geral	5
Específicos	6
5 – Metas e ações/atividades para o cumprimento	6
IV – QUADRO DE METAS	6
ANEXO I – CURRÍCULOS	10

1 0

I – IDENTIFICAÇÃO

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Instituição: Instituto de Gestão do Esporte e da Cultura - IGECE
 CNPJ: 20.762.269/0001-12
 Endereço: Rua Silveira Lobo, nº 32
 Bairro: Poço Cidade: Recife Estado: Pernambuco CEP: 52061-030
 Telefone(s): (81) 3103-0002 Fax:
 Página na Internet (home page): www.igec.org.br
 Endereço eletrônico (e-mail): eduardo@igec.org.br



DADOS DO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO

Nome completo: Eduardo Araruna Couceiro
 Cargo: Diretor Executivo Mandato: Primeiro mandato de 04 (quatro) anos
 Início: 30/05/2014 Término: 30/05/2018
 CPF: 010.538.984-60 Identidade: 6221040
 Endereço: Rua Pio IX, 435
 Bairro: Torre Cidade: Recife Estado: Pernambuco CEP: 50710-260
 Telefones (incluindo celular e fax): (81) 99697-0217
 Endereço eletrônico (e-mail): eduardo@igec.org.br

II – EQUIPE TÉCNICA

Cargo Proposto: Coordenador Geral
 Nome completo: Pablo Rodrigo Ferreira Coelho
 Endereço eletrônico (e-mail): pablo@igec.org.br
 CPF: 007.644.354-00
 Identidade: 5043210 SSP/PE
 Telefones: 81. 9.9973-6876

Cargo Proposto: Coordenador de Atividades
 Nome completo: Jailton Januário dos Santos
 Endereço eletrônico (e-mail): jailton@igec.org.br
 CPF: 497.340.164-15
 Identidade: 3133896 SSP/PE
 Telefones: 81. 9.9976-4952

Cargo Proposto: Supervisor de Operações
 Nome completo: Rafael Cabral de Mello Valença dos Santos
 Endereço eletrônico (e-mail): rafael@igec.org.br
 CPF: 038.696.884-59
 Identidade: 6154176 SSP/PE
 Telefones: 81. 9.9740-8558

Cargo Proposto: Supervisor de Operações
 Nome completo: Daniele Laranjeiras Figueiredo
 Endereço eletrônico (e-mail): daniel@igec.org.br
 CPF: 048.369.644-74
 Identidade: 6364142 SDP/PE
 Telefones: 81. 9.9633-1825

160

III – DETALHAMENTO DO PLANO DE TRABALHO

1 – Considerações Gerais

As primeiras demandas por espaços naturais voltados para o lazer e para a recreação surgiram em decorrência do processo de urbanização das cidades, aglomeração demográfica nos centros urbanos e crescimento maciço da atividade industrial (Vainer, 2010).

No Brasil, com o advento da Lei do SNUC em 2000, o parque urbano, agora sob uma forma de Unidade de Conservação (UC), agrega outros significados, especialmente a função de preservação da biodiversidade para o bem coletivo. O parque urbano passa a ser o locus da preservação ambiental, da contemplação e do bem estar coletivo, sobretudo daqueles que vivem ao redor do parque. Para tal, a lei do SNUC traz no seu bojo a necessidade de democratização na criação e gestão do espaço público envolvendo a participação da sociedade civil.

Nos grandes centros urbanos como Recife, que ainda enfrenta problemas de urbanização desenfreada, os parques urbanos oferecem espaços para lazer e educação em contato com a natureza, promovendo ainda igualdade social pois todas as camadas sociais convivem com direitos e deveres iguais.

Dentre todos os desafios na gestão de parques urbanos, o mais proeminente é o de construção de uma aliança de governança participativa entre os stakeholders. Assim, faz-se necessário a adoção de um modelo de gestão onde haja a integração dos fatores urbano, ambiental, social, econômico e cultural.

Tendo como uma de suas finalidades a promoção do direito ao esporte, lazer e da cidadania, especialmente através da construção e/ou gestão de espaços esportivos e da promoção do desenvolvimento local, de acordo com o item II do parágrafo 4 de seu estatuto social, o Instituto de Gestão do Esporte e da Cultura – IGEC, entende que a valorização destes espaços públicos através de uma gestão eficiente e integrada com a comunidade, fomentará o apego pela cidade, assim como, ajudará a difundir o conceito da boa cidadania, onde os direitos e deveres dos cidadãos estão interligados, e o respeito e cumprimento de ambos contribuem para uma sociedade mais equilibrada.

2 - Conhecimento do Problema

Os parques urbanos atualmente são vistos como elementos importantes para o convívio social e o equilíbrio ambiental. Silva et al. (2007) enfatizam a destinação desses espaços urbanos ao lazer contemplativo e à prática de esportes, aliada ao fornecimento de serviços ambientais como conforto térmico, conservação e conhecimento da biodiversidade, controle da poluição sonora e do ar, considerados proporcionais à densidade de árvores existentes nos locais.

Em pesquisa realizada por Isabelle Maria Jacqueline Meunier em 2009, sobre as PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS DE MORADORES DO GRANDE RECIFE-PE EM RELAÇÃO AOS PARQUES URBANOS cerca de 70% dos entrevistados responderam às opções "caminhar, passear, namorar, conversar, meditar, descansar, relaxar ou praticar esportes, referente às atividades que se dedicam a fazer em parques urbanos. Pode-se dizer que um parque que dê oportunidade a realização dessas práticas atende a grande parte das expectativas dos frequentadores, sem, no



entanto, deixar de considerar a importância dos locais para recreação infantil, eventos educativos e os que permitam maior tranquilidade dos frequentadores, para estudo e leitura.



Projetos como a gestão dos Parques Santana Ariano Suassuna e Urbano da Macaxeira, focados inicialmente na manutenção, no bom funcionamento e no oferecimento de boas oportunidades de atividades esportivas e de lazer continuadas, visam aumentar a frequência do parque, disseminar o desporto e a cultura da preservação do meio ambiente e dos equipamentos públicos.

O modelo de gestão oferecido pelas organizações sociais, facilitam e agilizam essa gestão, uma vez que na condição de entidades de direito privado, tenderão a assimilar características de gestão cada vez mais próximas das praticadas no setor privado, o que deverá representar, entre outras vantagens: a contratação de pessoal nas condições de mercado; a adoção de normas próprias para compras e contratos; e flexibilidade na execução do seu orçamento.

3 - Metodologia

Considerando a afirmativa de Silva Filho (2003), de que os parques urbanos são locais "onde todos podem correr, brincar e divertir-se", aliada a importância de se criar um hábito saudável e frequente no que diz respeito à realização de uma atividade física, a metodologia a ser utilizada nesta gestão gira em torno da manutenção dos parques, no que diz respeito à limpeza, segurança e bom funcionamento de seus equipamentos; e, no oferecimento de oportunidades esportivas, culturais e de lazer, criando e regulamentando programações nas respectivas áreas..

Esta gestão deve-se guiar em três vertentes: esportivas, culturais e de lazer e de qualidade.

O Programa e Qualidade é baseado na limpeza, conservação e manutenção do parque, a fim de que, a curto prazo, seja possível oferecer à população um parque de "qualidade", atrativo e agradável.

O Programa de Atividades culturais e de lazer baseia-se na realização de oficinas, eventos, atividades recreativas e educativas em parceria com instituições públicas e privadas.

O Programa Esportivo visa regulamentar e criar uma grade de programação das atividades esportivas que os parques podem oferecer.

A fim de regular o uso do Parque, bem como informar sobre horários e assuntos diversos, serão dispostos em locais de fácil visibilidade os seguintes impressos: Quadro de Horários e Política de Conduta e Segurança. O quadro de horários contemplará o horário de funcionamento das atividades; a Política de Uso e Segurança contemplará todas as regras e diretrizes para um bom convívio social, diretrizes educativas, uma boa utilização dos espaços públicos, assim como, de sua preservação e conservação.

4 – Objetivos

Geral

Realizar, através do modelo de "organizações sociais", com excelência, a gestão administrativa, esportiva, de lazer e turística dos Parques Santana Ariano Suassuna e Urbano da Macaxeira Ministro Fernando Lyra.

[Handwritten signature and initials]

Específicos

Oferecer e fomentar atividades de lazer e desporto;
 Prover os equipamentos da devida infraestrutura, limpeza e conservação;
 Favorecer a inclusão social e promover a cidadania, proporcionando um serviço gratuito à população e realizando atividades de interação entre os diversos públicos;
 Integrar socialmente a comunidade do entorno;
 Difundir a ideia de que os espaços públicos devem ser valorizados.

**5 – Metas e ações/atividades para o cumprimento**

1. Realização de pesquisas e estudos de campo a fim de descobrir quais as operações necessárias e inerentes no processo de gestão dos parques;
2. Dar ciência e induzir o estudo do manual de operações para a realização da fiscalização das atividades;
3. Realizar levantamento das ocorrências relativas à segurança e à postura dos envolvidos para embasar a política de conduta e segurança;
4. Propor ações e projetos que fomentem a visitação do parque;
5. Realizar reuniões com a comunidade a fim de ouvir as demandas locais e propor ações mais eficazes;
6. Elaborar projeto de patrocínio dos parques, bem como, difundir o parque como excelente local de realização de eventos, fomentando as empresas realizadoras de eventos;
7. Realizar análise dos possíveis eventos que poderão ser realizados nos parques, criando embasamento para elaboração do manual de eventos;

IV - QUADRO DE METAS

Nº	AÇÕES	INDICADORES	PERÍODO	META PREVISTA
01	Definir o Manual de Operações	Manual Desenvolvido e Aprovado	1º Semestre	1
			2º Semestre	0
			3º Semestre	1
			4º Semestre	0
			ANUAL	2
			ICM %	100%
02			1º Semestre	0

	Monitorar a execução das atividades estabelecidas no Manual de Operações	Elaboração de Relatório de monitoria da execução das atividades	2º Semestre	1
			3º Semestre	1
			4º Semestre	1
			ANUAL	3
			ICM %	100%
03	Apresentar política de Conduta e Segurança	Aprovação da Política	1º Semestre	1
			2º Semestre	0
			3º Semestre	1
			4º Semestre	0
			ANUAL	2
			ICM %	100%
04	Articular com as Secretarias Estaduais e Municipais ações de comunicação e ativação nos Parques	Quantidade de ações realizadas através das parcerias estabelecidas	1º Semestre	3
			2º Semestre	6
			3º Semestre	7
			4º Semestre	8
			ANUAL	24
			ICM %	100%
05	Realizar ações comunitárias com as escolas da região	Quantidade de ações realizadas	1º Semestre	4
			2º Semestre	8
			3º Semestre	10
			4º Semestre	10
			ANUAL	32
			ICM %	100%
06	Gerar Receita	Faturamento	1º Semestre	0
			2º Semestre	R\$30.000,00
			3º Semestre	R\$40.000,00
			4º Semestre	R\$60.000,00
			BIANUAL	R\$130.000,00
			ICM %	100%

07	Desenvolver Manual de Eventos	Manual Aprovado	1º Semestre	1
			2º Semestre	0
			3º Semestre	1
			4º Semestre	0
			ANUAL	2
			ICM %	100%
08	Realizar Reuniões com a Comunidade	Número de Reuniões	1º Semestre	4
			2º Semestre	6
			3º Semestre	6
			4º Semestre	6
			ANUAL	22
			ICM %	100%
09	Elaborar Grade de Programação e Plano de Comunicação e Divulgação dos Parques para difusão de sua programação	Grade e Plano de comunicação elaborados e aprovados	1º Semestre	1
			2º Semestre	1
			3º Semestre	1
			4º Semestre	1
			ANUAL	4
			ICM %	100%
10	Realizar pesquisa de perfil e satisfação	Quantidade de relatórios apresentados	1º Semestre	2
			2º Semestre	2
			3º Semestre	2
			4º Semestre	2
			ANUAL	8
			ICM %	100%
11	Promover a ocupação dos quiosques de alimentação	Percentual de ocupação dos quiosques	1º Semestre	70%
			2º Semestre	100%
			3º Semestre	100%
			4º Semestre	100%



			ANUAL	100%
			ICM %	100%
12	Acompanhar o funcionamento dos quiosques de alimentação	Relatório de avaliação do funcionamento	1º Semestre	1
			2º Semestre	1
			3º Semestre	1
			4º Semestre	1
			ANUAL	4
			ICM %	100%
13	Implantar áreas de convivência	Espaço em funcionamento	1º Semestre	1
			2º Semestre	1
			3º Semestre	1
			4º Semestre	1
			ANUAL	4
			ICM %	100%



ANEXO I – CURRÍCULOS

10 / 60
E

Pablo Rodrigo Ferreira Coelho

Cargo proposto: COORDENADOR GERAL

Brasileiro, nascido no dia 22/10/1977. Endereço: Rua do Futuro, 514, apto 1001 – Graças Recife/ PE Cel : 55(81) 99973.6876 e-mail : pablocoelho77@hotmail.com



Formação Acadêmica

- Graduação em Administração de Empresas pela FIR (Faculdade Integrada do Recife) 2003
- Especialização em Planejamento e Gestão Organizacional pela UPE (Universidade de Pernambuco) 2005

Resumo das Qualificações:

- 09 anos de experiência profissional liderando e formando equipes no Exército Brasileiro, chefiando diversos setores como: Financeiro, Licitações, Materiais, Comunicação Social, Aprovisionamento, dentre outros;
- Experiência em Gestão de Franquia da BR Aviation, administrando a empresa em todas as suas áreas);
- Experiência no relacionamento com clientes/ fornecedores;
- Facilidade de adaptação à mudanças e ambientes multiculturais.

Experiência Profissional :


- Estribo Engenharia Ltda. (Out./2011-Atual) – Empresa do Setor da Construção Civil
 - o Cargo: Sócio – Diretor Comercial
 - o Principais responsabilidades:
 - Sócio responsável pela área comercial da empresa, através do relacionamento com imobiliárias, clientes e fornecedores;
 - Responsável pelas compras de materiais, controle de logística e pagamento de pessoal.
- Colégio Militar do Recife (FEV.2004 – OUT.2011) – Exército Brasileiro
 - o Cargo: 1º Tenente (Oficial) Chefe do Setor Financeiro;
 - o Oficial de Relações Públicas;
 - o Oficial Aprovisionador;
 - o Encarregado do Setor de Material;
 - o Membro da Comissão de Licitação;
 - o Comandante da Cia. de Comando e Serviço, liderando e formando novos Oficiais, Sargentos e Soldados.
- Souza Coelho Comercial Ltda. (2000 – 2003) – Franquia da Petrobrás (BR Aviation)
 - o Cargo: Sócio - Diretor
 - o Administrador de empresa familiar (posto de gasolina de aviação);
 - o Controle financeiro;
 - o Controle de Estoque.

Idiomas

Inglês – Avançado (University of West Florida – 2011/2012)

Cursos

11/09/12

- 
- Curso de "Licitações, Contratos, Formação de Pregoeiro e Operacionalização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), pelo Departamento de Engenharia e Construção do Ministério da Defesa (JUL.2008)
 - Curso de "Formação de Pregoeiros" através do Departamento de Logística e Serviços Gerais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (João Pessoa/ PB – JUL.2008)
 - Curso de "Operações na Caatinga" pelo Exército Brasileiro, realizado pelo 72 Batalhão de Infantaria Motorizado (Petrópolis/PE – JUL.2007)
 - Curso de "Auto-avaliador" do Prêmio da Qualidade e Gestão Pernambuco (Recife/ PE – ABR.2007)
 - Curso Básico de "Atendimento Pré-Hospitalar e Resgate", pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (Recife/ PE – NOV.2006)
 - Curso de "Formação de Avaliadores do Prêmio da Qualidade e Gestão Pernambuco" pela FIEPE/ SEBRAE (JUN.2005).

Jailton Januário dos Santos

Cargo proposto: COORDENADOR DE ATIVIDADES

Brasileiro, casado, nascido em 24/05/1968. Endereço: Av. Santos Dumont, 508, Ap 803 Afritos, Recife – PE - CEP: 52050-050, Fone: 81.9.9976-4952 - E-mail: jailton@igec.org.br,

Graduado em Licenciatura em Educação Física pela Universidade de Pernambuco – UPE, em 1990. CREF: 00319 – G/PE

Pós-graduação em Reabilitação Cardíaca e Atividade Física para grupos especiais, pela Universidade Gama Filho – UGF, Rio de Janeiro/RJ, em 2009.

Especialização em Treinamento Funcional, pela instituição Movimento Voluntário Funcional – MVF, Rio de Janeiro/RJ, em 2012.

- Diretor da Running Assessoria Esportiva;
- Diretor da Clínica de Avaliação Física Funcional;
- Professor Coordenador Físico do Country Club Recife;
- Instrutor do Pilar Físico da FIFA;
- Membro da Comissão de Arbitragem de Pernambuco e Preparador Físico dos Árbitros;
- Projeto Recife: Realizador e coordenador dos Cursos:
 - Fisiologia do Exercício e reabilitação cardíaca – 2006;
 - Desvios Posturais – 2007;
 - Nutrição Esportiva – 2008;
 - Treinamento Funcional – 2009;
 - Core Training e Treinamento Funcional – 2010;
 - Treinamento de Corrida – 2011;
 - Nutrição Esportiva – 2012.

Rafael Cabral de Mello Valença dos Santos
Cargo Proposto: SUPERVISOR DE OPERAÇÕES

Brasileiro, solteiro, nascido em 20/06/1983 anos, residente na Rua dos Xavantes, nº. 150, Casa Amarela - Recife-PE - CEP: 52070-180. Telefone: 81.9.99740-8558. Email: rafael@igec.org.br



Graduado em Gestão Financeira pela Faculdade Maurício de Nassau.

SMS Vídeo Locadora
Função: Gerente Geral
Início: 01/08/2003 até 31/10/2005

Restaurante La Plage Crepes e Saladas
Função: Gerente de Restaurante
Início: 01/11/2005 até 31/04/2006
Início: 01/05/2006 até 20/10/2008

Restaurante: La Plage Crepes e Saladas – Villa Cozinha de Bistrô – Ponte Nova e Lanchonete Ricotta
Função: Gerente de Operações
Início: 21/10/2008 até 09/06/2009

Restaurante Tout Vin, Café e Bistrot
Função: Gerente de Restaurante
Início: 18/12/2009 até 28/05/2010

VICON – Vieira Construções LTDA
Função: Aux. Administrativo
Início: 14/06/2011 até 18/12/2010

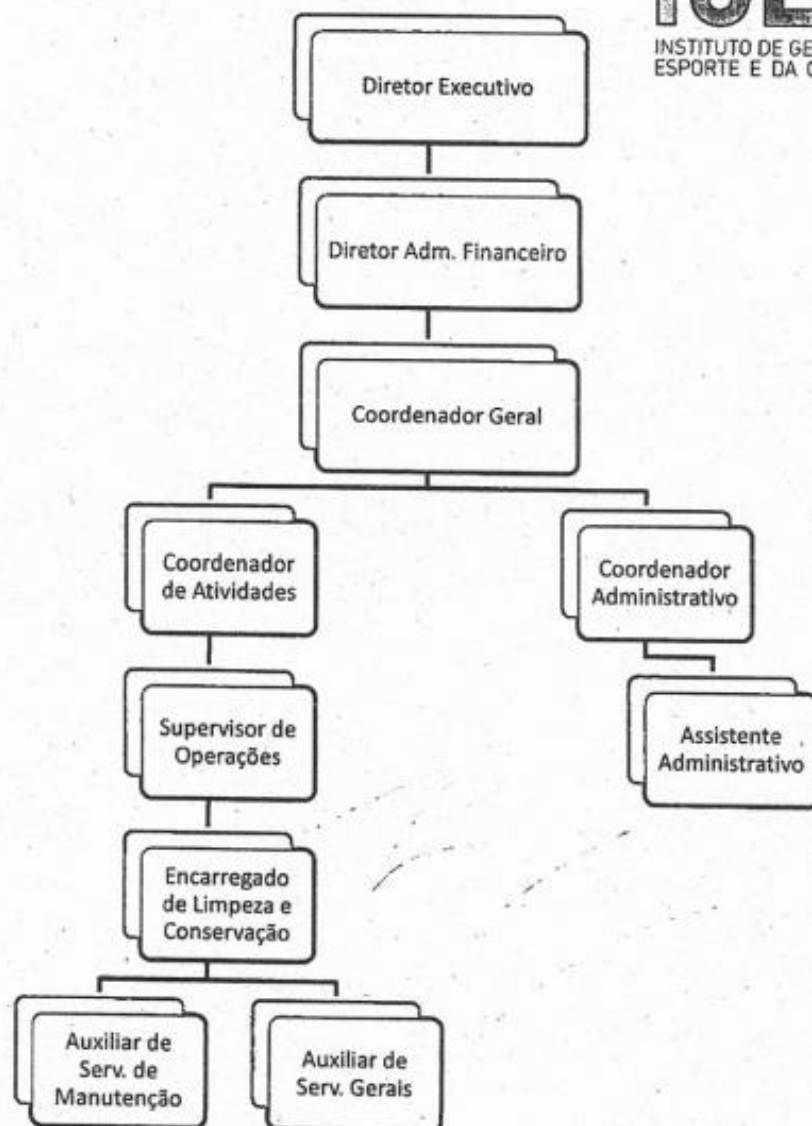
TRATOS Camisetas Promocionais
Função: Aux. Departamento Pessoal
Início: 28/12/2010 até 08/01/2013

Restaurante: La Vague Crepes e Saladas – Villa Cozinha de Bistrô – Ponte Nova e Bercy Village
Crepes e Saladas
Função: Chefe de Manutenção
Início: 18/02/2008 até 14/01/2015

Óticas Carol
Função: Gerente Administrativo Financeiro
Início: 15/01/2015 até presente data

ANEXO I-D
ORGANOGRAMA PROPOSTO

IGEC
INSTITUTO DE GESTÃO DO
ESPORTE E DA CULTURA





Manual Realização de Atividades e Eventos

Parque Santana Ariano Suassuna

Parque Urbano da Macaxeira



Sumário

1. OBJETIVO	3
2. PAPER – CONCEITO E RELEVÂNCIA	3
3. CONTATO E RESERVA DE ESPAÇO/DATA	3
4. FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO/TERMO DE CESSÃO DE USO	4
5. REALIZAÇÃO DO EVENTO	5
6. AVALIAÇÃO DO EVENTO	5
7. VALORES SUGERIDOS	6



1. OBJETIVO

Este documento propõe-se a orientar as etapas e procedimentos a serem atendidos para a realização de atividades e eventos nos Parques Santana Ariano Suassuna e Urbano da Macaxeira. Assim como apresenta uma tabela de valores referenciais para reserva de espaços, quando se aplicar a cobrança de taxa.

2. PAPER – CONCEITO E RELEVÂNCIA

Neste contexto, o paper é reconhecido como um instrumento que apresenta dados e informações sobre um assunto específico e que serão usadas como plataforma de orientação para o desempenho de atividades direcionadas. O conteúdo deste documento traz: descritivo completo do evento, cronograma de realização (considerar montagem e desmontagem), contato dos representantes do contratante/parceiro, equipe IDG de plantão, equipe suporte da Setur-L, orientações para a Gerência de Operações e Coordenação de Segurança, qualquer outro pertinente.

Este documento configura-se como uma eficiente alternativa de compartilhamento de informação entre a equipe, visto o completo conteúdo que apresenta.

3. CONTATO E RESERVA DE ESPAÇO/DATA

Indica-se que toda solicitação/pedido seja formalizado através de e-mail ou ofício, diretamente ao Coordenador de Atividades e Eventos do IDG. Além disso, Para reserva prévia de espaço e data, faz-se necessário primeiramente conhecer alguns detalhes, quais sejam:

- 1 Dados e contatos do representante da ação;
- 2 Natureza do Evento;
 - Eventos Particulares (aniversários, festas, encontros, confraternização, etc)
 - Festivais (música, gastronomia, cultural, etc)
 - Eventos corporativos;
 - Eventos Institucionais;
 - Eventos Comerciais;



- Exposição (arte, produtos, feira, salão, amostra, etc);
- Espetáculo (teatral, dança, música, cinema, etc);
- Ações com objetivos específicos/ outros;

3 Data e horário para realização;

4 Área do Parque a ser utilizada

Toda e qualquer solicitação é previamente avaliada pelo Coordenador de Atividades e Eventos e apenas será aprovada se a realização da atividade/evento atender as orientações expostas no Manual de Convivência de cada Parque e compreender as diretrizes da Secretaria de Turismo e Lazer, que são compartilhadas em reuniões periódicas de trabalho com o IDG.

O retorno sobre o pedido de reserva de espaço deverá ser igualmente formalizado e estas tratativas conduzidas sempre pelo Coordenador de Atividades e Eventos. Semanalmente, este coordenador deve validar com o Gerente Geral os pedidos pendentes de aprovação. Compreende-se que em casos de solicitações excepcionais, o assunto deva ser compartilhado com a Setur-L para decisão em conjunto.

4. FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO/TERMO DE CESSÃO DE USO

Até 48h antes da realização do evento o documento correspondente a atividade/evento a ser realizado deve estar devidamente formalizado entre IDG e contratante/parceiro. Este instrumento jurídico cumpre o dever de apresentar/esclarecer os direitos e deveres entre as partes. Devem, portanto, constar as informações:

- 1 Dados do contratante/parceiro
 - Se pessoa jurídica (CNPJ, endereço da empresa ou instituição, contatos, dados do representante legal);
 - Se pessoa física (nome completo, CPF, contato, endereço);
 - Se Secretaria ou órgão estadual/municipal (dados do órgão, endereço, dados do representante, nome completo, cargo ocupado, responsável da instituição pela ação)
- 2 Data, horário e local específico onde dar-se-á realização da(s) atividade(s);



3 Descritivo completo do evento com indicativo se haverá montagem de estrutura;

4 Apresentar informações de empresa terceirizada pelo contratante para realização de algum serviço inerente ao evento autorizado, se houver;

Importante ressaltar que a formalização do contrato só deve ser realizada após comprovado depósito bancário acordado entre as partes, prazo de 72hrs antes da realização do evento para depósito da taxa administrativa nos casos aplicáveis. Este documento deve constar em três vias e cujas páginas devem ser todas rubricadas e assinado ao final.

Nesta etapa compreende-se atuação direta do Coordenador de Atividades e do Auxiliar Administrativo. O Departamento Jurídico e a Gerência de Operações devem ser considerados para consultar técnicas.

5. REALIZAÇÃO DO EVENTO

É responsabilidade do Coordenador de Atividades:

- 1 Definir escala de trabalho, junto com o Gerente de Operações;
- * 2 Compartilhar o Paper do evento no prazo de até 48h de sua realização com o Gerente de Operações, Coordenador de Segurança e demais equipe;
- 3 Acompanhar a realização dos eventos, caso não esteja em horário de trabalho, orientar o supervisor IDG de plantão;
- 4 Assegurar-se que o definido em contrato será respeitado;
- 5 Assegurar-se que será feito registro fotográfico.

* 6. AVALIAÇÃO DO EVENTO

Todo e qualquer evento realizado no Parque deve ser posteriormente avaliado pela equipe durante reunião semanal. A fim de monitorar e avaliar bem a realização dos eventos nos Parques indica-se que o supervisor/representante IDG de plantão em cada evento elabore um Relatório e o compartilhe com a equipe no prazo máximo de até 72h após a realização do mesmo. Este documento deve apresentar como se deu o



desenvolvimento das atividades, relacionar o realizado com o previsto no Paper, apresentar dados de público, comentar sobre reação dos participantes, avaliar o desempenho da equipe IDG, listar os aspectos negativos e positivos, anexar fotos. Com esta dinâmica, identifica-se possíveis problemas que devam ser evitados e a elaboração de planejamento mais eficiente para atender a demanda torna-se mais fácil.

Fica a cargo do Coordenador de Atividades as ações de feedback com o contratante/parceiro.

7. TABELA DE VALORES SUGERIDOS

Antes de tudo, é importante ressaltar que a taxa aplicada refere-se a reserva de espaço e não ao direito privado de uso. E considerando que não há referencial de cobrança de valores para uso/reserva de espaço nos Parques, fez-se pesquisa de preço praticado em espaços semelhantes e próximos aos equipamentos para embasar a definição da quantia pleiteada por horário e espaço.

Para aplicação/negociação dos valores, a especificação e natureza de cada proposta de uso devem ser ponderadas e, quando for possível, sugere-se que o contratante ofereça algum tipo de contra partida ao equipamento.

Os valores apresentados nas tabelas 1 e 2 referem-se a realização de eventos.

Tabela 1.

Tabela de Preços X Tipo do Evento				
Capacidade (Número de Pessoas)	Eventos Particulares (Valor R\$ Por 4h)	Eventos Corporativos (Valor R\$ Por 4 horas)	Eventos Comerciais (Valor R\$ Por 4h)	Eventos Institucionais (Valor R\$ Por 4h)
Até 100	200,00	500,00	600,00	400,00
entre 100 e 200	300,00	700,00	800,00	600,00
entre 200 e 300	400,00	900,00	1.000,00	800,00
entre 300 e 400	600,00	1.100,00	1.200,00	1.000,00
entre 400 e 500	800,00	1.350,00	1.500,00	1.200,00
mais de 500	1.000,00	1.750,00	2.000,00	1.500,00
mais de 1000	1.200,00	2.500,00	2.000,00	2.000,00



Descrição:

Eventos Particulares: aniversários, festas, encontros, confraternização.

Eventos Corporativos: encontros/reunião de empresas.

Eventos Institucionais: instituições de ensino, Igrejas, ONGs, OS, projetos sociais, de órgãos/entidades do poder público.

Eventos Comerciais: marcas em geral que pratiquem merchandising e exposição/divulgação de produto.

Tabela 2.

Equipamentos Esportivos Reserva para Evento			
ESPAÇO	OBSERVAÇÃO	TEMPO	VALOR
1. Quadra Poliesportiva		1h30m	R\$ 80,00
2. Quadra de Tênis		1h30m	R\$ 100,00
3. Campo de Futebol		1h30m	R\$ 150,00
4. Skate Park		1h30m	R\$ 200,00
5. Pista de Bicicross	INTERDITADA	n/a	n/a

A tabela abaixo indica os valores que devem ser praticados quando do uso dos espaços por grupos agendados para período acima de dois meses.

Tabela 3

Equipamentos Esportivos Parque Santana Ariano Suassuna			
ESPAÇO	OBSERVAÇÃO	TEMPO	VALOR MENSAL
1. Quadra Poliesportiva	Um horário semanal	1h30m	R\$ 80,00
2. Quadra de Tênis	Um horário semanal	1h30m	R\$ 100,00
3. Campo de Futebol	Um horário semanal	1h30m	R\$ 150,00
4. Skate Park	Um horário semanal	1h30m	R\$ 200,00
5. Pista de Bicicross	INTERDITADA	n/a	n/a



Manual Realização de Atividades e Eventos

Parque Santana Ariano Suassuna

Parque Urbano da Macaxeira